

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DA POPULAÇÃO LGBTI+

Identidade e perfil sociodemográfico



Descrição de página: A capa apresenta o título da pesquisa em caixa alta na cor branco e fundo amarelo.

Abaixo dele está uma ilustração de quatro perfis de pessoas distintas e sem gênero definido nas cores vermelho, marrom, amarelo, azul e roxo e ambos olham para uma mesma direção.

Equipe responsável

DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Anderson Henrique França Figueiredo Leão

Luiz Henrique Miguel

Simone Braghin

Rodrigo Cavalcante Michel

Priscila Freires Rosso

RELATÓRIO

Coordenação

Gabriela Melo

Iveli de Paula Sousa

Marcos Felipe Lopes de Almeida

Redação e Revisão

Anielle Oliveira Monteiro

Beatriz Hiromi da Silva Akutsu

Everton Cabral Maciel

Gabriel Oliveira

Gabriela Melo

Gabriela Pessoa de Oliveira

Gabriella Gontijo Souza Macedo

Iveli de Paula Sousa

Juliana Grangeiro Ferreira

Leandro Mendes de Melo

Lívia Oliveira Lino

Marcos Felipe Lopes de Almeida

Maria Raquel Lopes

Nathan Chagas Simões

Nathália Lúcia Mendes de Souza

Pedro Barbabela

Pedro Henrique Dias Alves Bernardes

Priscila Freires Rosso

Ramon Silva Costa

Rodrigo Cavalcante Michel

Identidade Visual

Jeff Avelino

Esta é uma publicação da TODXS (todes), licenciada com uma Licença Creative Commons – Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional, o que significa que qualquer pessoa é livre para: compartilhar, copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato; adaptar, remixar, transformar ou construir materiais a partir deste; sendo a utilização apenas para fins não comerciais e desde que seja dado o devido crédito às pessoas autoras, fornecido o link para a licença e indicado se foram feitas alterações.



Descrição de página: Esta página possui fundo azul, texto com letras brancas e um desenho com formas abstratas nas cor azul claro, amarelo e preto.

AGRADECIMENTOS

A produção deste relatório só foi possível graças às contribuições de várias pessoas apoiadoras:

Aline Tusset De Rocco
Ana Clara Schneider
Andyara Pedrosa Vasconcelos
Brenn Souza
Duda Schiavo
Gabriel Sevla
Isabella Arruda
Jaqueline Gomes de Jesus
Luciana Oliveira Machado
Luiz Eduardo Cardoso
Luma Nogueira de Andrade
Matheus Marinho
Neimar Kiga
Paulo Vitor de Paula Medeiros de Matos
Rafael Carrano Lelis
Sandyara Peres
Talita Pagani
Vanessa Grão

Essa participação foi imprescindível para aumentarmos o nível de diversidade e inclusão no nosso relatório, contemplando uma diversidade de corpos que interseccionam uma variedade de marcadores sociais de orientação sexual, identidade de gênero, étnico-racial, deficiência, classe social e outros.

A TODXS (todes) agradece pela confiança e parceria em busca do propósito de transformar o Brasil em um país verdadeiramente inclusivo e livre da discriminação para pessoas LGBTI+.

SUMÁRIO

4 AGRADECIMENTOS

7 PREFÁCIO

10 APRESENTAÇÃO

9 INTRODUÇÃO

10 METODOLOGIA

18 Técnicas de Coleta

19 Abrangência

20 Período de coleta e divulgação

21 Blocos e áreas temáticas

22 Bloco A - Identidade e perfil sociodemográfico

23 Bloco B - Mercado de Trabalho e Renda

24 Bloco C - Saúde

25 Bloco D - Participação e compreensão política

26 Bloco E - Discriminação

27 Validação dos dados

28 Relatório da Pesquisa Nacional

10 RESULTADOS E DISCUSSÕES

- 18 Ano de nascimento
- 19 Identidade étnico-racial
- 20 Identidade de gênero
- 21 Características sexuais
- 22 Orientação sexual
- 23 Deficiência
- 24 Quem sabe que você é LGBTI+
- 25 Nupcialidade
- 26 Escolaridade
- 27 Filiação
- 28 Religião
- 29 Domicílio
- 30 Análises cruzadas
 - 18 População LGBTI+ indígena
 - 19 População LGBTI+ negra
 - 20 População LGBTI+ com deficiência
 - 21 Quem sabe que você é LGBTI+
 - 22 Nupcialidade
 - 23 Escolaridade
 - 24 Filiação
 - 25 Religião

10 CONCLUSÃO

10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

10 APÊNDICE

18 A. Segurança e inclusão digital de pessoas LGBTI+

18 Referências bibliográficas

10 GLOSSÁRIO

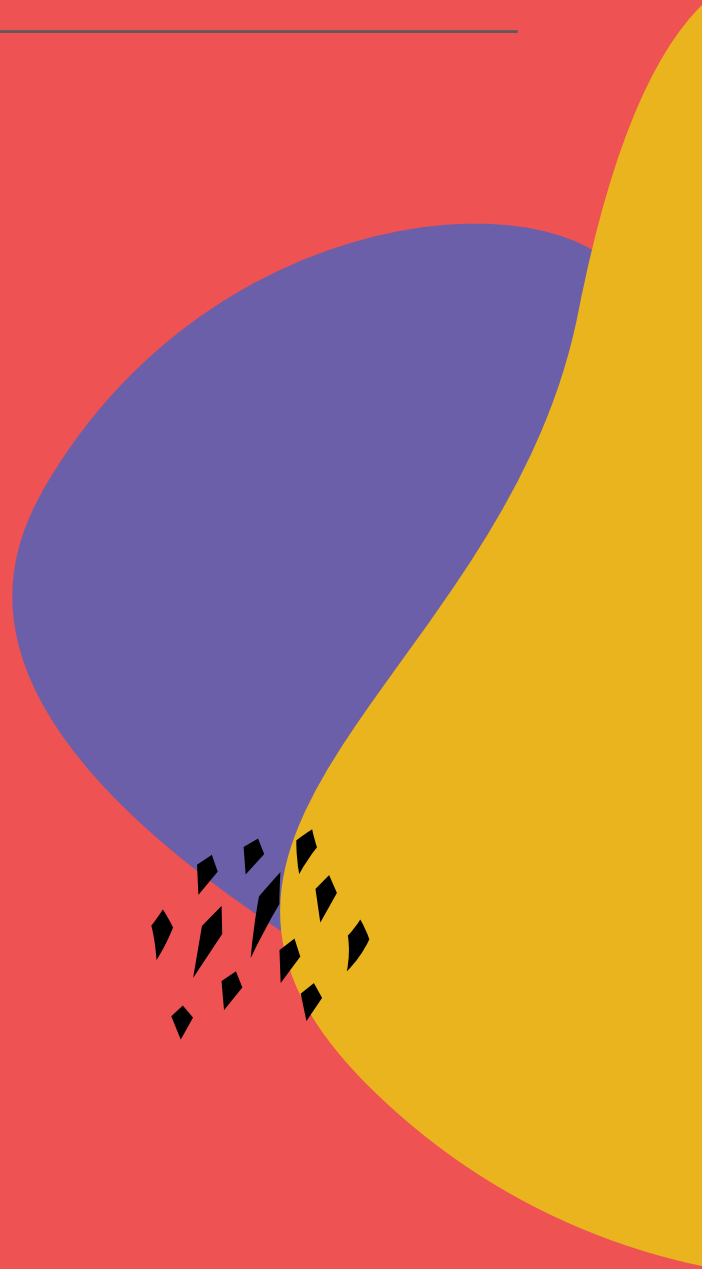
18 Orientação sexual

18 Identidade de gênero

10 QUESTIONÁRIO

18 Livro de códigos

18 Perguntas



PREFÁCIO

A produção de dados sobre as condições socioeconômicas e demográficas da população brasileira com orientação sexual e identidade de gênero dissidentes é um desafio histórico que deve ser superado por instituições governamentais e não governamentais. A falta de informação não é por acaso, a maior parte dos dados que conhecemos foram minuciosamente pensados e implementados pela sistematização heteronormativa que tenta negar e/ou eliminar a existência de tais pessoas. Desde os timbiras, que sofreram a ação exógena dos colonizadores, até os dias de hoje, existem lógicas de extermínio de tais corpos, começando com a carne e continuando com a maneira como se fala ou não dela.

As pesquisas que foram (ou que possam vir a ser) produzidas sobre a população LGBTI+, precisam respeitar a História e a luta desses grupos. Uma grande quantidade de dados nas mãos erradas pode ser tão perigosa quanto a falta. Mas, quando bem utilizados, desmantelam a ideia de que existem crimes perfeitos. Os fios e os rastros que aparecem nos documentos e nas pesquisas quantoqualitativas denunciam as necroracionalizadas, as necrotécnicas e as necrosistematizações que foram conduzidas pelo Estado. Os tentáculos estatais, criados para abraçar e garantir a vida (biopolítica), sufocam lentamente

os filhos e as filhas indesejadas, necroeducando a sociedade para manter a mesma necropolítica de forma necro(naturali)zada.

A coleta de dados, sozinha, não resolverá o processo histórico da negação de Direitos à população LGBTI+. Mas, sem ela não é possível comprovar e cobrar políticas públicas e afirmativas imprescindíveis para reverter a situação. O Estado controla, através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e de outras instituições, os dados que podem ou não ser coletados, decidindo a quem se direciona o censo e sobre quem ele pode perguntar. Apenas em 2010 o IBGE contabilizou a população residente com cônjuges do mesmo sexo, criando dados que ainda não condiz com a totalidade de homossexuais que vivem de acordo com esses critérios.

Os gays e as lésbicas continuam sub-representados e sub-representadas. Mas, a pior situação em termos de catalogação de dados é a das travestis, transexuais e intersexuais, que acabam desaparecendo ou perdendo as suas especificidades, aparecendo como pessoas cisheterossexuais ou como homossexuais. Quando esse extermínio da possibilidade de existência é realizado pelo próprio Estado acontece uma necropolítica de gênero e das sexualidades dissidentes. Quando alguém estuda sobre a população brasileira através dos dados

do IBGE as pessoas travestis, transexuais e intersexuais desaparecem, porque na coleta as informações específicas são inexistentes.

O apagamento desta população através do censo contribui para aumentar ainda mais a violência. Quando o Estado não reconhece a existência destes corpos, deixando fora da coleta de dados, acaba negando políticas públicas e afirmativas para o acesso aos direitos fundamentais e, conseqüentemente, aos status de humanidade e cidadania. Esta população seria para o Estado Nacional uma multidão de não humanos? O que ela precisa fazer para obter esse status social? Se enquadrar nas identidades legitimadas pelo Estado? E se não se enquadrar? Vai ser considerada uma ameaça a humanidade hegemônica? Este perigo justifica a ausência ou o apagamento de parte da população LGBTI+ do censo? Essa morte estatística pode legitimar as mortes físicas? Ou é a violência física e psicológica que alimenta a violência das metodologias de pesquisa das instituições estatais?

A maioria dos dados sobre a população LGBTI+ foram produzidos pelas organizações não governamentais. Os relatórios de assassinatos elaborados e divulgados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) e Associação de Travestis e Transexuais (ANTRA) nos últimos anos tem revelado que o Brasil é o país que mais mata LGBTI+ no mundo. Daí a importância dos dados, eles denunciam internamente e externamente o desrespeito a tais modus-vivendi. As universidades também são espaços que tem contribuído com o desenvolvimento de pesquisas sobre a referida população, mas as interferências do atual presidente nesta pauta com base na suposta ideologia

de gênero tem promovido retrocessos. A nomeação de reitores que não receberam o maior número de votos, que não entraram na lista tríplice ou sequer participaram do processo de eleição acadêmica, revela a imposição política que vai contra a autonomia universitária, criando um alinhamento forçado com a política-ideológica que elimina essas temáticas.

As organizações não governamentais sentem os efeitos deste retrocesso e reagem, fortalecendo as conexões em todas as capitais do país e Distrito Federal. Essa mobilização supre parte das lacunas deixadas pelo Estado em relação a produção de dados sobre a população LGBTI+. É assim que surge esse trabalho, realizado sem recursos específicos, mas com capacidade de conquistar aliados, aliadas e aliades para a superação das adversidades com criatividade.

O estudo realizado foi construído e reconstruído de acordo com as necessidades da própria pesquisa, que exigiu algumas adaptações. A ideia central era obter dados sobre a população LGBTI do Brasil em geral, sendo este um desafio astronômico considerando as especificidades de cada letra da sigla e o campo de estudo. Confesso que estranhei tamanho desafio, pois ao trabalhar com tantas variáveis e variantes o resultado poderia ser reducionista e/ou generalista. Evidentemente estes riscos são possíveis e para uma análise acadêmica isto poderia culminar em ajustes, mas como não estamos tratando de uma dissertação ou tese para obtenção de título de pós-graduação lato-senso ou stricto senso, podemos entender essa abrangência como um grande desafio a ser alcançado. Esse trabalho, tecido a várias mãos, é protagonizado por um time

de voluntários que possui saberes teóricos, por conhecerem a dinâmica acadêmica das universidades em diferentes níveis, e conhecimentos práticos que surgem da vivência na comunidade LGBTI+. O resultado quantitativo de cada questão do questionário aplicado aos participantes é apresentado através da fundamentação teórica e das análises.

O grupo percebeu a complexidade do desafio assumido e revelou para além dos dados quantitativos, os problemas sociais que a própria pesquisa ajudou a alimentar. A “metodologia digitalizada”, adotada com uma plataforma online estabelecida para o acesso ao questionário pelas pessoas respondentes em todo o país acabou privilegiando a obtenção de informações de pessoas LGBTI+ de classe média e alta por estas terem acesso às tecnologias necessárias para a participação como computador, internet e celulares. Evidentemente o trabalho apresenta dados que centram no perfil majoritário de uma parte da população LGBTI de classe média, branca, homossexual e Cis. Apesar disso em uma segunda parte o trabalho coloca no centro da análise os marcadores sociais e neste recorte é apresentado dados da população LGBTI negra, indígena, deficiente e informações específicas sobre as pessoas trans participantes.

O esforço empreendido, que revelou erros e acertos, resultou na produção e disseminação de saberes sobre a referida população dentro dos limites metodológicos e tecnologias disponíveis. A ação foi grandiosa não apenas pela extensão do campo de estudo, número de respondentes e pessoas colaboradoras, mas também por esta iniciativa surgir de uma organização não governamental que

sem os recursos e estrutura necessária resolveu agir ao invés de silenciar e aceitar a lógica imposta. Como a TODXS foi além de seus “limites”, não faltará quem menospreze e tente deslegitimar sua iniciativa. Mas, o novo não surge se nos mantivermos presos aos limites impostos pelo modus operandi do sistema.

Travesti Profa. Dra. Luma Nogueira de Andrade

APRESENTAÇÃO

A TODXS (todes) torna público e disponibiliza à sociedade o Relatório da Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+, que visa contribuir para a produção de conhecimento científico e para a formulação de ações empresariais e de políticas públicas baseadas em evidências. Por meio da apresentação de variáveis e indicadores, esta publicação busca disponibilizar conhecimento com base em estatísticas comparáveis e confiáveis sobre a população LGBTI+ no Brasil, traçando um panorama com foco nas condições socioeconômicas e demográficas, identidades, comportamentos, educação, trabalho, saúde, participação política e discriminação.

A TODXS (todes) é uma organização não governamental (ONG), criada em 2017, suprapartidária e sem fins lucrativos que promove a inclusão de pessoas LGBTI+ na sociedade com iniciativas de formação de lideranças, pesquisa, conscientização e segurança. A TODXS (todes) é formada por um time de pessoas voluntárias trabalhando de forma remota, em todo o território nacional, na criação de projetos de alto impacto para a população LGBTI+ brasileira. Existimos para transformar o Brasil em um país verdadeiramente inclusivo e livre da discriminação para pessoas LGBTI+.

A área de Pesquisa e Desenvolvimento da TODXS (todes) é composta por um time especializado na população LGBTI+ e suas interseccionalidades que busca, por meio de levantamento de dados inéditos e produções de pesquisas de fácil acesso e entendimento, criar embasamento de inteligência de mercado, políticas públicas e impacto social.

O presente estudo é fruto do desafio assumido no primeiro semestre de 2018 para obtenção de dados relevantes sobre a população LGBTI+, traduzindo um novo ciclo de atuação da organização e o orgulho das pessoas que foram e das que são integrantes da organização.

Com a divulgação deste trabalho, a TODXS (todes) socializa os dados obtidos na tentativa de minimizar a escassez de dados sobre a referida população e espera que este material seja utilizado inclusive por pessoas pesquisadoras para ampliar análises, reverberando no fortalecimento e desenvolvimento de outros estudos desta natureza. Assim, a TODXS (todes) reafirma a necessidade da sistematização das variáveis e do reconhecimento público das dimensões e particularidades da população LGBTI+.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de dimensões continentais, com uma população, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), de aproximadamente 210 milhões de habitantes, e marcado por desigualdades sociais, políticas, raciais, de gênero e de acesso a bens. Essas disparidades, por sua vez, são caracterizadas pela pobreza, desemprego, machismo, racismo¹, LGBTIfobia², misoginia³, capacitismo⁴, violência, entre outras questões relacionadas a adversidades sociais. Esse contexto encontra-se presente no dia a dia das pessoas LGBTI+ (pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, trans, intersexos e demais identidades e expressões de gênero e orientações sexuais), com agravantes para as que vivem em situação de pobreza, as mulheres, as pessoas com deficiência, as pessoas negras, as pessoas trans, entre outras que trazem no corpo, na pele, na aparência, nas atitudes e

nos comportamentos a diversidade da existência humana.

Ao discutirmos sobre a população LGBTI+ no Brasil, a escassez de dados oficiais governamentais torna-se um obstáculo para a produção de estudos e pesquisas que possam servir de subsídio para políticas públicas focadas nas reais necessidades desse grupo. Algumas Unidades Federativas brasileiras produziram dados sobre a violência contra a população LGBTI+, conforme apresentado no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (BUENO; LIMA, 2019). Contudo, ainda assim, não é possível saber com exatidão sobre a violência que vitimiza esse grupo especificamente, tendo em vista que, nos registros de violência, os campos sobre orientação sexual e identidade de gênero não necessariamente são obrigatórios ou sequer existem para serem preenchidos.

Embora seja uma preocupação constante, as demandas das pessoas LGBTI+ não se resumem ao combate aos

1. De acordo com Silvio Almeida (2019, p. 25), o racismo “é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencam”.

2. Medo, opressão ou ódio irracional dirigidos às pessoas LGBTI+ em virtude de orientação sexual e/ou identidade/expressão de gênero que fogem aos padrões heteronormativos e cisnormativos.

3. A palavra é utilizada para designar o comportamento de

ódio, desprezo, discriminação aversão ou violência a mulheres (LOURENÇO, 2020).

4. É um sistema que inferioriza e discrimina pessoas com deficiência, estando associado com a produção de poder e se relaciona com a temática do corpo por uma ideia de padrão corporal perfeita; também sugere um afastamento da capacidade e da aptidões seres humanos, em virtude da sua condição de deficiência (CAMPBELL, 2020; CERTEZA, 2019).

atos de violência.

Por outro lado, entende-se também que as políticas públicas são complementares e, portanto, não é possível reduzir os crimes tipificados em lei sem pensar as políticas de educação, saúde, cultura, esporte, trabalho, entre outras.

Considerando que o fortalecimento da sociedade civil organizada é fundamental na luta pelo reconhecimento de direitos de grupos historicamente excluídos e/ou em situação de vulnerabilidade, busca-se uma aproximação com a história do movimento LGBTI+ no Brasil e seu protagonismo nas diversas pautas da política pública nacional, numa incessante busca pelo reconhecimento gradual da pauta LGBTI+ e da diversidade de experiências vividas pelas pessoas integrantes desse grupo.

Logo, a Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+ nasce no contexto de necessidade de se reconhecer as vivências, experiências, alegrias, dores, possibilidades e desafios dos nossos pares e, apesar de inédita, torna-se mais um capítulo do trabalho realizado há décadas por diferentes atores do movimento LGBTI+ brasileiro, que ganhou força a partir da década de 1970 e possibilitou a projeção dos direitos desse grupo a nível nacional. Nesse sentido, foi criado, em 1978, o “Somos: grupo de afirmação homossexual”, compreendido como o primeiro movimento organizado de indivíduos homossexuais⁵ voltado para questões políticas.

O movimento LGBTI+ ganha força e traz o debate da diversidade sexual e de gênero para o âmbito público, com as publicações do “O Lampião da Esquina”, jornal voltado principalmente para homens cis homossexuais e que permaneceu ativo de 1978 a 1981, e da revista “Chanacomchana”, com foco em mulheres cis lésbicas. Ao longo do período de transição da Ditadura Militar para o governo democrático, inicia-se o diálogo do movimento LGBTI+ com o governo brasileiro.

Inicialmente, buscou-se incluir a proibição da discriminação por orientação sexual na Assembleia Constituinte (1987-88), mas sem sucesso (LELIS; ALMEIDA; ROSA, 2019). Entretanto, durante o mesmo período, movimentos feministas ganham maior visibilidade e começam a conquistar as primeiras políticas públicas para mulheres durante a década de 1980 (FARAH, 2004), processo que será fundamental para o início das políticas de inclusão de minorias sociais no país.

Tal época também foi marcada por episódios violentos e arbitrários, como é o caso da Operação Tarântula, deflagrada em fevereiro de 1987, que chegou a prender trezentas travestis, com a justificativa de combate à epidemia de HIV/AIDS⁶ (Vírus da Imunodeficiência Humana/ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) (CAVALCANTI; BARBOSA; BICALHO, 2018).

Impulsionado também pela epidemia de HIV/AIDS e pela sua

5. Nesse sentido, “homossexualidades era o termo utilizado até o começo dos anos de 1990 para se referir ao conjunto de orientações sexuais e identidades de gênero consideradas não

normativas ou dissidentes” (QUINALHA, 2018, p. 15).

associação à população gay, inicia-se uma nova fase do movimento, com ações articuladas de combate à AIDS e início do reconhecimento da visibilidade a lésbicas, bissexuais, travestis e trans, ainda que com pautas voltadas principalmente à saúde (FACCHINI; DANILIAUSKAS; PILON, 2013). Com a liderança da população LGBTI+ no combate à AIDS⁶, a articulação do movimento em diferentes frentes e, ainda, a realização da primeira Parada do Orgulho LGBT em São Paulo, a diversidade sexual e de gênero não mais se restringe apenas aos espaços privados, expandindo-se aos espaços públicos, com possibilidades reais de conquistas de reconhecimento e de políticas públicas junto a diversas esferas de poder governamentais.

Em 1996, o governo brasileiro reconhece, timidamente, homossexuais⁷ como grupo vulnerável no Programa Nacional de Direitos Humanos I — PNDH I (BRASIL, 1996). Simultaneamente, governos estaduais começam a adotar políticas locais voltadas à população LGBTI+, a exemplo do Rio de Janeiro, que em 1999 lança a primeira política de segurança LGBTI+, o Disque Defesa Homossexual (CARRARA; AGUIÃO; LOPES; TOTA, 2017). Em 2002, ocorreram ações mais concretas a nível federal com o lançamento do PNDH II, que apresenta objetivos específicos de reconhecimento e de promoção de políticas públicas voltadas à população LGBTI+.

Finalmente, em 2003 é instituída a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH-PR), tornando-se essencial para o

lançamento, em 2004, do Programa Brasil Sem Homofobia — BSH, que marcou um novo período do reconhecimento da pauta do movimento LGBTI+ perante a esfera federal brasileira. Esse programa torna-se a primeira iniciativa do Governo Federal que reconhece a população LGBTI+ como grupo historicamente discriminado e violentado, além de buscar estabelecer metas para a criação de políticas públicas específicas, por meio da delimitação de 53 ações e diretrizes em áreas da saúde, educação e segurança pública (BRASIL, 2004). Humanos da Presidência da República (SEDH-PR), tornando-se essencial para o lançamento, em 2004, do Programa Brasil Sem Homofobia — BSH, que marcou um novo período do reconhecimento da pauta do movimento LGBTI+ perante a esfera federal brasileira.

Entretanto, o BSH não apresentou metas e indicadores específicos, levando a uma implementação falha e, ao mesmo tempo, inviabilizando a realização de uma avaliação de resultados que pudesse mostrar de fato os ganhos para a população LGBTI+. Esse erro é corrigido apenas em 2009 com o lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, que definiu metas, prazos e órgãos responsáveis pelas ações (BRASIL, 2009a).

Simultaneamente, aconteceram diversas conquistas em relação às políticas públicas para a população LGBTI+, tais como: a cirurgia de transgenitalização foi incorporada ao Sistema Único de Saúde (SUS) e, em 2009, o Conselho Nacional de Saúde aprova a Política Nacional de Saúde

6. De acordo com UNAIDS (2017, p. 26), "o HIV é um vírus que enfraquece o sistema imunológico, podendo levar, em último caso, à AIDS".

7. Termo utilizado no período para se referir às pessoas LGBTI+.

Integral LGBT; programas de capacitação são realizados para criação de material que abordasse homossexualidade e homofobia (MELLO et al. , 2012); em 2010, é criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT.

Dando continuidade, no ano de 2013, com o objetivo de articular as políticas públicas voltados para pessoas LGBTI+ e executadas em diversos órgãos governamentais, foram criados o Sistema Nacional LGBT e o Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT. No mesmo ano, foi lançada a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, contemplando ações voltadas para a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, bem como o incentivo à representatividade do grupo nas instâncias de participação social (BRASIL, 2013b). Os anos seguintes, por sua vez, são marcados pelo aumento da atuação do Governo Federal, assim como da esfera municipal e regional com a criação de conselhos locais.

No último Plano Plurianual - PPA⁸ do governo federal (2016-2019), ainda foi possível observar cerca de 50 objetivos e metas voltados à população LGBTI+, situados de maneira transversal entre os diferentes ministérios do governo (BRASIL, 2016a). Entre outras ações recentes realizadas pelo governo brasileiro, é importante ressaltar o decreto presidencial nº 9.278/18 (BRASIL, 2018a), que possibilitou a inclusão do nome social⁹ na

carteira de identidade.

Por fim, o ano de 2019 também é marcado pelo aumento de pautas políticas que estimulam gêneros e sexualidades normativas, em detrimento da diversidade LGBTI+, a exemplo da suspensão pelo governo federal de editais culturais para produções artísticas relacionadas à temática LGBTI+.

Na contramão, alguns governos estaduais fortaleceram iniciativas específicas para a cultura LGBTI+, a exemplo do governo do Ceará, que mantém editais de apoio a projetos de cultura LGBTI+, além de promover o “ For Rainbow – Festival de Cinema e Cultura da Diversidade Sexual”.

Simultaneamente, em junho do mesmo ano, o STF enquadrou a homofobia e a transfobia como crimes equivalentes à Lei de Racismo (Lei 7.716/1989), até que o Congresso Nacional edite lei sobre a matéria (BRASIL, 2019). Inclusive, outras conquistas para pessoas LGBTI+ foram viabilizadas pelo STF, como é o caso do reconhecimento da união estável entre casais do mesmo gênero em 2011 (BRASIL, 2011) e a retificação do registro civil de pessoas trans, independentemente de procedimento cirúrgico, bastando a manifestação de vontade em retificar da pessoa, em 2018 (BRASIL, 2018b).

Considerando esse retrospecto, em poucos momentos observou-se a realização de coleta de dados sobre a população LGBTI+ por parte de órgãos do governo federal. Como exemplo,

8.O Plano Plurianual (PPA) é o documento de médio prazo que contempla o planejamento governamental para um período de quatro anos, a ser seguido pelo Governo Federal, Estadual e Municipal, nas três esferas de poder (Executivo, Legislativo e Judiciário), tendo início no segundo ano do mandato do governante eleito, com término no primeiro ano do governo seguinte, de modo a garantir a continuidade de ações

governamentais, mesmo havendo mudança de gestão.

9.Nome pelo qual as pessoas trans preferem ser chamadas e reconhecidas. É o nome que espelha a real identidade de gênero da pessoa trans, sendo assim, incompatível com o nome que consta no registro civil.

é possível identificar no Censo 2010 (IBGE, 2010) lares compostos por casais do mesmo sexo e o “ Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: Ano de 2013 ” da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal (BRASIL, 2016b) , além de ser possível citar alguns exemplos a nível regional ou municipal, como o Dossiê LGBT+ 2018, realizado pelo estado do Rio de Janeiro (MATOS; LARA, 2018). Entretanto, essa não é uma prática comum entre outras Unidades Federativas e ainda não é realizada pelo governo federal. Nesse cenário, a tarefa de conhecer a realidade da população LGBTI+ no Brasil fica a cargo de entidades não governamentais, que se esforçam para suprir esse déficit informacional, mas nem sempre dispõem de recursos técnicos e metodológicos, o que se torna um entrave na produção de estudos confiáveis e estatisticamente relevantes. Assim, a realidade e as vivências de pessoas LGBTI+ continuam pouco conhecidas no Brasil, principalmente em termos de dados. Isso dificulta tomadas de decisões e eficiência no que diz respeito, em especial, a políticas públicas direcionadas, sobretudo a nível nacional.

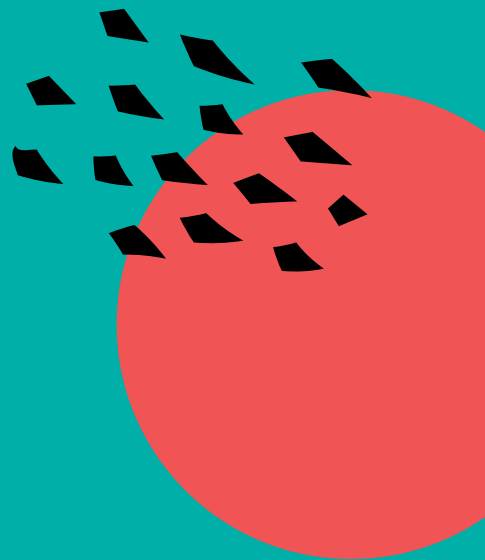
Até o momento, na tentativa de somar esforços e combater a invisibilização das violências sofridas pela população LGBTI+ no Brasil, foi também realizado pela área de Pesquisa e Desenvolvimento os relatórios Mapeando Violências Contra Pessoas LGBTI+ no Brasil em 2018 e em 2019. Os dados foram obtidos através das denúncias registradas no TODXS App de agressões sofridas por pessoas LGBTI+. Entre as principais descobertas, cabe destacar que, em 2018, a grande

maioria das pessoas denunciantes (92,3%) afirmaram que não haviam registrado boletim de ocorrência referente àquela denúncia feita no aplicativo, o que revela como um grande volume de casos de LGBTIfobia não são computados pelos meios oficiais (TODXS, 2019).

Motivados pelos resultados encontrados pelo relatório sobre a LGBTIfobia e pela necessidade de se levantar informações sobre pessoas LGBTI+ no Brasil, a TODXS desenvolveu a Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+.

Dessa maneira, estamos disponibilizando informações sobre a população LGBTI+ que podem fundamentar o desenvolvimento de projetos, programas e políticas governamentais, não governamentais que atendam as necessidades de pessoas LGBTI+ na sociedade.

METODOLOGIA



Descrição de página: Esta página possui fundo verde, título em preto escrito na vertical de baixo para cima no canto esquerdo e um desenho na forma abstrata nas cores preto e rosa.

METODOLOGIA

A PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DA POPULAÇÃO

LGBTI+ foi desenvolvida ao longo de seis etapas: estruturação e planejamento, elaboração do instrumento de pesquisa (questionário), pré-teste do instrumento, aplicação do questionário, validação dos dados e redação do relatório.

A etapa de estruturação e planejamento da pesquisa ocorreu no primeiro semestre de 2018, sendo selecionados os referenciais teóricos necessários para definir os conceitos a serem utilizados e as áreas temáticas a serem tratadas. As identidades de gênero e as orientações sexuais, bem como os tipos de preconceito englobados pela pesquisa, são temas sensíveis e que vêm sendo alvo de estudos em diversas áreas do conhecimento, a exemplo das Ciências Sociais, Humanas e Saúde etc.

Na sequência, durante o segundo semestre de 2018, houve a elaboração do questionário, tomando como base pesquisas confiáveis, por exemplo o Censo IBGE, realizadas anteriormente nas áreas temáticas abrangidas por esta pesquisa. A equipe responsável pela elaboração optou por manter as terminologias da forma mais compreensível possível, algumas vezes se aproximando mais do senso comum que dos termos técnicos empregados pela militância e pelos estudiosos, para garantir que o questionário fosse acessível para a maior parcela de LGBTI+ possível, independentemente de conhecimento sobre a temática.

Posteriormente, também no segundo semestre de 2018, ocorreu o pré-teste do instrumento de coleta de dados, com o objetivo de verificar a adequação

aos objetivos e a sua acessibilidade, a partir de uma amostra diversa de respondentes. Em um primeiro momento, a amostra visava variáveis-chaves, tais como, identidade de gênero, étnico-racial e nível de escolaridade para selecionar um perfil representativo da população LGBTI+ e, em seguida, o pré-teste foi direcionado por meio de anúncios no Facebook, para capitais mais populosas de cada uma das cinco regiões do país. A coleta durou 19 dias e obteve 2.709 respostas. A partir dessas, para garantir a representatividade da amostra e confiabilidade estatística, contratou-se um estatístico para definir parâmetros mínimos do plano amostral¹⁰ de aplicação da pesquisa no restante do país, combinando a cidade, a orientação sexual e a identidade de gênero.

Por fim, tendo este plano como base, a aplicação do questionário da Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+ foi iniciada pela TODXS em 05 de abril de 2019. A Pesquisa manteve sua aplicação online e coletou respostas de habitantes, maiores de 18 anos, das 27 capitais das Unidades da Federação. Nas seções subseqüentes apresentaremos informações detalhadas sobre a pesquisa.

10. Veja aqui o plano amostral.

Descrição de página: Esta página possui o início da metodologia com fundo branco, título em verde, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto. No final da segunda coluna temos as notas de rodapé.

TÉCNICAS DE COLETA

INICIALMENTE, DURANTE O PERÍODO DE PLANEJAMENTO DE PESQUISA, foi discutida a possibilidade de realizar aplicação em centros físicos e online . Por meio de parcerias com ONG's, centros locais e outros, os Centros de Aplicação permitiriam alcançar segmentos da população sem acesso à internet e maior disseminação a nível local.

Entretanto, para garantir a uniformidade da metodologia, optou-se pelo uso único do método online . Tendo em vista que 71% dos domicílios brasileiros têm acesso à internet (NIC.BR, 2020), a aplicação online , auxiliada por ampla divulgação, seria a melhor opção de coleta a nível nacional. Portanto, a pesquisa por amostragem foi estruturada em uma plataforma online que permitisse a realização das 115 perguntas, incluindo condicionais, e acesso à base de dados para análise posterior. Dessa forma, selecionou-se a plataforma online SurveyMonkey (<https://pt.surveymonkey.com>).

Todos os dados inseridos na plataforma foram tratados de forma confidencial pela equipe, garantindo que nenhum nome ou demais informações de participantes fossem divulgados.

ABRANGÊNCIA

A PESQUISA COLETOU INFORMAÇÕES DE PESSOAS LGBTI+ das 27 capitais das Unidades da Federação. Dessa forma, as seguintes cidades foram contempladas: Aracaju (SE); Belém (PA); Belo Horizonte (MG); Boa Vista (RR); Brasília (DF); Campo Grande (MS); Cuiabá (MT); Curitiba (PR), Florianópolis (SC); Fortaleza (CE); Goiânia (GO); João Pessoa (PB); Macapá (AP); Maceió (AL); Manaus (AM); Natal (RN); Palmas (TO); Porto Alegre (RS); Porto Velho (RO); Recife (PE); Rio Branco (AC); Rio de Janeiro (RJ); Salvador (BA); São Luís (MA); São Paulo (SP); Teresina (PI) e Vitória (ES).

A aplicação exclusivamente em capitais foi objeto de debate entre a equipe da TODXS e o público externo. É importante ressaltar que a Pesquisa: (i) utilizou-se um método que possui amostras representativas da população do universo¹¹ ; (ii) nasceu devido à ausência de pesquisas confiáveis sobre a população LGBTI+ de municípios de médio e pequeno porte. Por isso, foi necessário mapear municípios comparáveis em suas características em cada uma de suas regiões; e (iii) seriam necessários mais recursos financeiros para a realização de uma pesquisa que levasse em consideração os municípios de médio e pequeno - algo que a organização não possuía no momento.

Desse modo, optou-se por manter um plano amostral reduzido e que permitisse criar índices iniciais de qualidade e confiabilidade para que, em oportunidades futuras de aplicação da pesquisa, seja possível expandir sem perder a qualidade.

PERÍODO DE COLETA E DIVULGAÇÃO

COM DURAÇÃO DE APROXIMADAMENTE TRÊS MESES, o período de coleta e divulgação foi iniciado em 04 de abril e encerrado no dia 03 de julho de 2019. De acordo com o planejamento e pré-teste realizados, a expectativa era circular a Pesquisa por, no máximo, um mês e meio (até 25 de maio de 2019) - tempo em que se esperava alcançar o número de respostas estimadas no plano amostral.

Porém, com o volume de respostas inferior ao número programado para algumas cotas e regiões¹², a pesquisa foi estendida por mais um mês e meio e intensificadas as atividades de comunicação online .

11. Tal metodologia é diferente, por exemplo, do Censo, que realiza a análise de todo o universo existente.

Descrição de página: Esta página possui o início da metodologia com fundo branco, título em verde, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto. No final da segunda coluna temos as notas de rodapé.

Durante esse período, a publicação em grupos do WhatsApp e Facebook foi ampliada para grupos específicos, além de fazermos a análise parcial dos dados para verificar grupos sub-representados até então. Apesar do esforço, não houve aumento considerável do número de respondentes, principalmente de homens e mulheres trans, travestis e pessoas não binárias, e a pesquisa foi encerrada com cerca de 35200 respostas, sendo 15326 validadas, explicadas mais adiante. Consideramos que esbarramos em um desafio estrutural chave para angariar mais respostas: limitações do acesso à internet por pessoas vulnerabilizadas, temática aprofundada no APÊNDICE A. Com isso, ficou evidenciada a necessidade de aprimorar a metodologia para futuros levantamentos.

BLOCOS E ÁREAS TEMÁTICAS

O QUESTIONÁRIO APLICADO TINHA CINCO BLOCOS DE PERGUNTAS, que abordaram as seguintes temáticas: identidade, perfil sociodemográfico, educação, saúde, discriminação, mercado de trabalho e renda e, por fim, participação e compreensão política. As questões foram construídas de forma a apresentar fluidez e facilitar a compreensão dos entrevistados, minimizando as possibilidades de exaustão, de erros em respostas e de eventuais problemas metodológicos em geral.

Utilizou-se o Censo IBGE como base para a construção das questões para que outras pessoas pesquisadoras da temática possam realizar estudos e buscar o diálogo para efeitos comparativos. Para as perguntas que dialogam com identidade de gênero e sexualidade, utilizaram-se referenciais teóricos que abordam a temática.

Abaixo, uma breve explicação de cada bloco e suas variáveis apresentadas:

BLOCO A - IDENTIDADE E PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Neste bloco de perguntas, o objetivo inicial é compreender as singularidades individuais em categorias como idade, identidade étnico-racial e de gênero, características sexuais, orientação sexual, deficiência, quem sabe que a pessoa respondente é LGBTI+, nupcialidade¹³, escolaridade, filiação, religião e domicílio.

BLOCO B - MERCADO DE TRABALHO E RENDA

O objetivo do segundo bloco de perguntas é compreender como a população LGBTI+ se coloca no mercado de trabalho e a sua faixa de remuneração. Para tanto, buscou-se construir variáveis com os cuidados necessários, como é o caso das ocupações de trabalho, que foram selecionadas de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) para, assim, possibilitar futuras pesquisas comparativas com dados do Censo, da RAIS e de outras pesquisas nacionais.

12. Em muitas capitais das regiões Sul e Sudeste, por exemplo, conseguimos preencher com facilidade as cotas referentes a homens e mulheres cis e homossexuais. Em contrapartida, cotas referentes à população trans e travesti ficaram sub-representadas, principalmente na região Norte do país. No Plano Amostral e na apresentação de dados da pesquisa, é possível acessar a análise com detalhes.

13. Engloba o estado civil da pessoa respondente, se mora ou já morou com cônjuge ou companheira/o/e, a escolaridade dessa pessoa e, por fim, qual a natureza da união, ou seja, união estável, civil e/ou religiosa.

Descrição de página: Esta página possui a continuação da metodologia com fundo branco, letras pretas, com retas verdes separando os subtópicos e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto. No final da segunda coluna temos as notas de rodapé.

BLOCO C - SAÚDE

O objetivo do bloco referente à saúde é conhecer os processos de saúde-doença numa perspectiva ampliada, contemplando a saúde mental, sexual e reprodutiva das pessoas LGBTI+. Assim, as perguntas abordam questões relevantes sobre acesso aos serviços de saúde, frequência de consultas e exames, atendimento especializado em saúde mental, prevenção e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis. O presente bloco foi construído de acordo com a pesquisa do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

BLOCO D - PARTICIPAÇÃO E COMPREENSÃO POLÍTICA

O bloco de participação e compreensão política visa a quantificar o envolvimento da população LGBTI+ em espaços de poder e decisão. Para tanto, questionou-se acerca de filiação partidária, visão política, compreensão e acompanhamento de políticas e projetos voltados ou não à população LGBTI+ ou a pautas sociais diversas. O presente bloco foi construído majoritariamente de acordo com a pesquisa "Latin American Public Opinion Project" (LAPOP).

BLOCO E - DISCRIMINAÇÃO

A discriminação por identidade de gênero e sexual foi um dos pontos de maior preocupação e especificidade desta pesquisa, portanto, tal bloco de perguntas abordou questões sobre a discriminação em diversos segmentos sociais de apoio e convivência, como escola, trabalho, serviços públicos, espaços de lazer, entre outros.

VALIDAÇÃO DOS DADOS

Logo que a aplicação do questionário foi finalizada, sistematizou-se o banco de dados, excluindo questionários incompletos (menos de 50% preenchido) e as respostas com informações inconsistentes¹⁴. Foram contabilizadas cerca de 35 mil respostas e, após a validação dos dados, passamos a utilizar uma amostra de cerca de 15 mil respondentes.

Para área de Pesquisa e Desenvolvimento da TODXS, ainda restou a tarefa de sistematização e análise qualitativa de questões abertas. Apesar de esse processo ser bastante trabalhoso, para algumas perguntas optou-se por utilizar respostas sem categorização analítica (abertas) por serem mais ricas em termos de conteúdo. Os tópicos que possuíam perguntas que permitiam a participantes responderem usando suas próprias palavras foram "Identidade étnico-racial", "Identidade de gênero", "Orientação sexual", "Religião", "Domicílio" e "Deficiências".

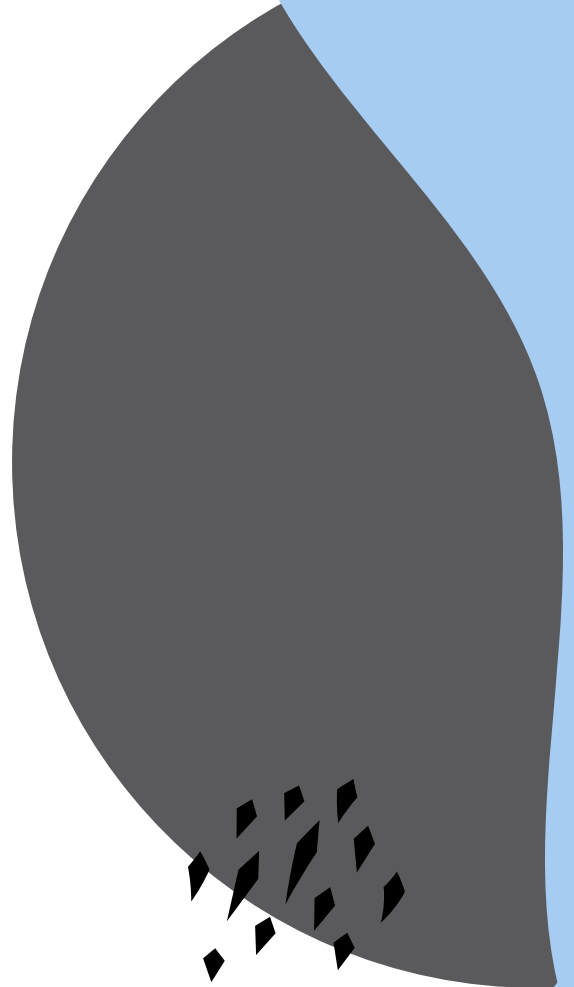
RELATÓRIO DA PESQUISA NACIONAL

Após o fechamento das etapas anteriores de coleta dos dados sobre a população LGBTI+ no Brasil, este grupo de trabalho conduziu a elaboração deste Relatório. Para isso, efetuou uma revisão bibliográfica minuciosa e exaustiva sobre estudos pertinentes à temática LGBTI+ e suas interseccionalidades, que serviu para estabelecer conexões com os dados aqui obtidos.

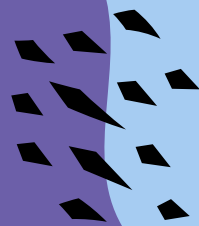
14. Dados que não são compatíveis ou que não se enquadram nas categorizações possíveis da pergunta, por exemplo as respostas "a, J, amor, d, bj" referentes a religião, entre outras variações.

Descrição de página: Esta página possui a continuação da metodologia com fundo branco, letras pretas, com retas verdes separando os subtópicos e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto. No final da segunda coluna temos as notas de rodapé.

É importante ressaltar que a pesquisa tem caráter amostral, portanto, não representa de forma absoluta a realidade da população LGBTI+. Contudo, é capaz de fornecer um panorama do perfil dessa população, a partir de dados que, anteriormente, não existiam de forma sistemática e com rigor metodológico.



RESULTADOS E DISCUSSÕES



Descrição de página: Esta página possui fundo roxo, título em branco escrito na vertical de baixo para cima no canto direito e um desenho de forma abstrata nas cores azul claro e preto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A POPULAÇÃO LGBTI+ É PLURAL NA SUA PRÓPRIA CONSTITUIÇÃO, assim, visando compreender as particularidades do grupo na sociedade, este relatório, em um primeiro momento, aborda os seguintes temas: idade e as diferentes gerações de respondentes; pluralidade de identidades de gênero; diversidade em orientação sexual; deficiência; e condição do domicílio de participantes.

O bloco pontua ainda a existência de várias realidades e vivências por meio da pergunta “Quem sabe quem você é LGBTI+?”, que possibilitou uma aproximação com as situações de discriminação. Por outro lado, serão ressaltadas as representatividades em relação à identidade étnico-racial numa perspectiva histórico-social, com discussões sobre interseccionalidade, reconhecimento e privilégio branco.

Também foram produzidas análises acerca das relações com as instituições sociais de apoio, como família, igreja e escola. Para tanto, o bloco apresenta análises do comportamento da amostra perante a religiosidade e como a LGBTIfobia presente em alguns discursos religiosos afeta as pessoas LGBTI+. Da mesma forma, analisamos questões sobre família, filiação, nupcialidade, bem como a importância do reconhecimento e estabelecimento do direito à união estável e ao casamento entre pessoas do mesmo gênero conquistados na década de 2010 pela comunidade LGBTI+.

Por fim, foram analisados dados acerca do histórico escolar da população LGBTI+, em especial, níveis escolares,

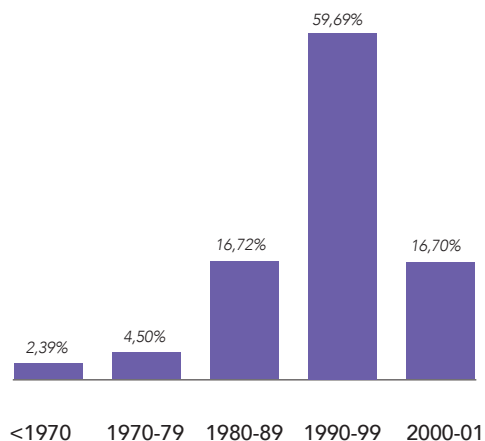
anos estudados, hiatos (atraso nas séries), tipo de escola e de formação (pública ou privada), se seus parentes/responsáveis tiveram acesso à educação e quais seus níveis de escolarização até o momento de preenchimento do questionário. Isso posto, os dados foram comparados com os do Censo de 2010 (IBGE).

Optou-se por apresentar, num primeiro momento, os dados isolados de cada variável. No entanto, em razão da importância da leitura interseccional, foi dedicado um tópico para a análise cruzada dos diversos elementos abordados neste relatório.

A seguir, serão apresentados os gráficos por categoria e suas respectivas análises.

ANO DE NASCIMENTO

O PRIMEIRO PONTO A SER DESENVOLVIDO NESTE RELATÓRIO de pesquisa diz respeito ao ano de nascimento de respondentes. Nesse sentido, torna-se importante destacar que, por questões de natureza jurídica e ética, o trabalho delimitou a construção de dados a partir das respostas de indivíduos maiores de 18 anos. Apesar da delimitação feita para nossa análise, deve-se pontuar e reconhecer a existência de jovens menores de 18 anos e crianças LGBTI+ que estão inseridos em diferentes contextos sociais no Brasil.

GRÁFICO 1: ANO DE NASCIMENTO**NÚMERO DE RESPOSTAS: 15326**

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de porcentagem do ano de nascimento de respondentes, mostrando que 2,39% nasceu antes de 1970, 4,50% nasceu entre 1970 e 1979, 16,72% nasceu entre 1980 e 1989, 59,69% nasceu entre 1990 e 1999 e que 16,70% nasceu após o ano 2000.

Conforme Gráfico 1, quase 60% das pessoas participantes nasceram na década de 1990, seguidas por 16,70% nos anos 2000 e 2001, demonstrando que 76,39% da população respondente é formada por jovens. O menor grupo é o de pessoas nascidas antes de 1970, que correspondeu apenas a 2,39% do total de participantes. Uma hipótese para esse perfil jovem de respondentes é o fato da pesquisa ter sido realizada apenas por meio da internet e sua divulgação ter se dado majoritariamente por redes sociais.

Para além do acesso à internet, ao analisar a categoria geracional, é importante levar em consideração os processos históricos, sociais e culturais vivenciados pelas pessoas respondentes da pesquisa para pensar de que forma essas mudanças podem ter impactado no processo de socialização de cada grupo etário.

As pessoas nascidas antes da década de 1970 passaram por mais períodos de restrição de direitos e liberdades, se comparadas com as demais categorias.

Só para citar alguns exemplos, esse grupo etário vivenciou todo o regime ditatorial no Brasil, de 1964 a 1985, bem como o período de enquadramento da homossexualidade como doença, que durou até 1985¹⁵. Acompanhou também a desconsideração da travestilidade e transexualidade como doença mental, em 2019, no entanto persiste a sua patologização como incongruência de gênero¹⁶. Dessa forma, nota-se que esse grupo etário viveu desde contextos de fortes perseguições e estigmas até os de maior liberdade, como afirma Carlos Henning, antropólogo brasileiro:

Na mesma linha, publicações acadêmicas recentes têm afirmado que o momento contemporâneo assiste pela primeira vez a esses sujeitos alcançarem a meia idade e a velhice sem serem submetidos ao contexto visto como de extrema perseguição, controle e estigmatização da primeira metade do Século XX (HENNING, 2013, p. 2).

De forma complementar a essas reflexões, é igualmente importante levar em consideração os diferentes significados atribuídos às pessoas LGBTI+ em cada faixa etária e como isso pode impactá-las: no Brasil, ser LGBTI+ com 18 anos é o mesmo que o ser com 70 anos? Em uma sociedade que valoriza a juventude, envelhecer nem sempre é um processo fácil. De acordo com o sociólogo Guilherme Passamani (2015), a preocupação com a debilidade da saúde e com doenças, por exemplo, parece ser comum entre pessoas idosas heterossexuais e LGBT. No entanto, o processo de envelhecimento para o segundo grupo possui especificidades, como as preocupações com as possíveis limitações ao livre exercício da sexualidade:

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

[...] por outro lado, parece próprio das pessoas com conduta homossexual uma preocupação demasiada com as questões que envolvem a dependência, pois ela estaria diretamente relacionada com a possibilidade ou não de prolongamento da visibilidade da orientação sexual e de vivência da homossexualidade. Tal situação, então, é peculiar entre pessoas com condutas homossexuais, uma vez que a heterossexualidade não precisa voltar para qualquer 'armário' (PASSAMANI, 2015, p. 183).

Para compreender esses diferentes processos de envelhecimento e seus significados sociais, Henning propôs um sistema hierárquico de valoração da velhice. Na parte mais alta desse sistema, estariam os velhos heterossexuais, com maior poder aquisitivo, boa saúde (física e mental), alto nível de escolaridade e vida sexual relativamente ativa dentro de um casamento monogâmico, ou seja, esse grupo representa aqueles que seguem o modelo da "juventude como estilo de vida". Logo abaixo, estariam aqueles que representariam as "más-velhices":

Figurando abaixo do topo e prosseguindo até a base, conformando "não-tão-boas-velhices" ou mesmo "más-velhices" (e ordenados de maneira não necessariamente vertical, nem consecutiva), poderiam figurar:

15. Nesse momento, a despatologização foi promovida pelo Conselho Federal de Medicina, sendo que, apenas em 1990, foi adotada a mesma medida pelo Conselho Federal de Psicologia e Organização Mundial da Saúde.

16. Anteriormente, a Classificação Internacional de Doenças (CID-10) previa questões relacionadas à identidade de gênero dentro da categoria de transtornos mentais. Em 2018, com a publicação do CID-11, a transexualidade e travestilidade passou a ser considerada como "incongruência de gênero", agora vinculada à saúde sexual. Tal mudança representou um avanço na desconstrução de estereótipos e possibilita o reforço de políticas públicas, contudo ainda não foi reconhecida a completa despatologização (MARTINS, 2018).

velhos solteiros, sem filhos, os frequentemente adoentados, com práticas sexuais homoeróticas e/ou identidades sexuais homossexuais, assim como transgênero e transexuais, os que não se aposentaram ou não recebem pensões, pobres ou de classes populares, [...] demitidos, altamente dependentes, sem controle sobre as funções corporais, com mobilidade reduzida, baixa escolaridade [...] (HENNING, 2013, p. 183).

Da mesma forma que existem diferenças nos processos de envelhecimento entre esses grupos, também existem especificidades dentro do grupo de pessoas LGBTI+, em outras palavras, o envelhecimento dessa população também não ocorre de forma homogênea, mas varia de acordo com o lugar social que cada pessoa ocupa:

A análise do envelhecimento contemporâneo tende a estar cada vez mais tomada a partir da compreensão de que existem inúmeras expressões sociais díspares de "velhice" – ou melhor, de velhices no plural – pondo em relevo a maneira como a inter-relação de marcadores sociais como gênero, "raça", classe social, coorte/geração, localidade, nível educacional, identidade sexuais, entre outros, influenciam na promoção de experiências peculiares de envelhecimento (HENNING, 2013, p. 6)

Um dos exemplos que ilustra essa pluralidade pode ser encontrado na expectativa de vida da população trans no Brasil, que é de 35 anos, número menor que a metade da média nacional, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2020). Esse dado brutal nos revela que, na média, no Brasil, as pessoas trans não atingem a velhice. Sobre essa questão, em entrevista para o El País, Léo Barbosa, homem trans de 49 anos, ao refletir sobre as dificuldades que ele encontrou para sobreviver, afirmou "Estou fazendo hora extra no mundo" (OLIVEIRA, 2019).

Por fim, deve-se pensar sobre a trajetória de vida de cada segmento que compõe a população LGBTI+ que desbravou a história e construiu um conhecimento de grande relevância para as novas gerações. Suas vivências foram perpassadas por diversos marcos históricos como a epidemia de HIV/AIDS nas décadas de 1980 e 1990 e a conquista de direitos que impactaram diretamente a realidade de diversos conhecidos e mesmo dessas pessoas. Além disso, torna-se importante ressaltar que nos últimos anos a existência e visibilidade desse grupo permite criar algumas questões e reflexões que devem ser levantadas como os efeitos do uso contínuo e prolongado de anti retrovirais, tratamentos hormonais e o uso de silicone industrial nos corpos trans que podem ser fatores que comprometem a saúde da população LGBTI+.

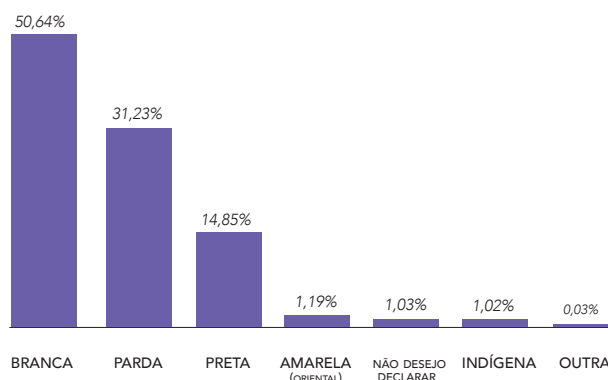
IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL

COMPRENDEMOS RAÇA COMO CONCEITO SOCIAL, SEM FUNDAMENTO CIENTÍFICO/BIOLÓGICO ALGUM, que varia de acordo com o contexto, ou seja, é “determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam” (MUNANGA, 2003). Também de acordo com Munanga (2003), podemos definir etnia como “um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum, têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão” (MUNANGA, 2003).

Com o intuito de compreender o perfil étnico-racial da população LGBTI+ brasileira, perguntou-se às pessoas respondentes como se auto-reconheciam em relação à cor/raça. As opções de resposta disponíveis eram: preta, parda, branca, amarela (oriental), indígena, não desejo declarar e outra.

A escolha dessas categorias teóricas de cor/raça teve como base os parâmetros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais especificamente, o Censo de 2010.

GRÁFICO 2: COMO VOCÊ SE DECLARA EM RELAÇÃO A SUA COR OU RAÇA/ETNIA?



NÚMERO DE RESPOSTAS: 15173

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de porcentagem sobre declaração em relação a cor ou raça e etnia de respondentes, mostrando que 50,64% se declara branca, 31,23% se declara pardo, 14,85% se declara preta, 1,19% se declara amarela (oriental), 1,03% desejou não se declarar, 1,02% se declara indígena e 0,03% declarou outra cor, raça e etnia.

Tal qual como o Censo de 2010, a categoria “parda” não foi considerada residual, como em edições anteriores do Censo. Para tanto, somente as pessoas autodeclaradas pardas integram esse grupo, assim como nas demais categorias, nas quais não foram consideradas respostas similares, aproximadas ou parecidas. Em cada uma dessas categorias, somente as pessoas que se autodeclararam pertencentes a esse grupo o integram.

O único grupo residual no quesito cor/raça é o grupo “outra”, que corresponde a 0,03% de respondentes. Esse grupo compreende 6 pessoas LGBTI+ que se autodeclararam: albina, árabe, turca, judaica e indiana. Ressalta-se ainda que o percentual de pessoas que não responderam como se autodeclararam em relação à cor/raça corresponde a 1,03%.

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

Embora imperfeita, a classificação racial utilizada no recenseamento promovido pelo IBGE permite que reflexões sobre a racialização da sociedade brasileira sejam feitas (SENKEVICS, 2015) e, por isso, houve sua reprodução nesta pesquisa. O histórico de embranquecimento populacional e a construção tardia das identidades fez com que a nomenclatura sobre raça fosse imprecisa, de forma que tais categorias consigam minimamente representar a situação racial do país. Ainda, há a possibilidade de agregar as categorias “parda” e “preta” e compreendê-las como expressão do conjunto da população negra (GOMES, 2011), embora a categoria parda tenha sido utilizada de forma residual em censos anteriores, como supracitado. Contudo, vale ressaltar as possibilidades que perpassam o termo “pardo”. É um termo conquistado pela população negra e a integra estatisticamente, porém pessoas indígenas também podem integrar o termo “pardo”. É um debate necessário para a compreensão da racialização brasileira, uma vez atravessada por violências, racismo e o mito da democracia racial e que impede que as pessoas afirmem sua racialidade.

Como se observa no Gráfico 2, os grupos com maior quantidade de respondentes foram o grupo composto por pessoas autodeclaradas brancas, pardas e pretas, sendo que as pessoas LGBTI+ autodeclaradas de cor branca correspondem a 50,64%, de cor parda a 31,23% e de cor preta a 14,85%. Portanto, pessoas negras constituem 46,08% dos respondentes. Patricia Hill Collins (2005), ao analisar a sociedade estadunidense, pontuou como o racismo e o heterossexismo¹⁷ são sistemas que se retroalimentam. É comum que pessoas que se encontrem nas margens de ambos os sistemas precisem levantar questões acerca da interseccionalidade das opressões com mais frequência do que pessoas em posição de privilégio.

A autora aponta, também, como as experiências das pessoas pretas LGBTI+ são afetadas pelos pressupostos de heterossexualidade da população negra e de branquitude da população LGBTI+ (COLLINS, 2005). Assim, comprova-se como as experiências de outras racialidades são comprometidas pela intersecção raça e sexualidade ao observarmos que mais de 50% das pessoas respondentes são brancas.

Dessa forma, entendemos necessário afirmar que raça é uma categoria estruturante da sociedade e como o racismo opera enquanto um sistema que visa ao controle de corpos, a depender da sua racialização. A universalização das experiências da branquitude no movimento LGBTI+ e o apagamento das histórias de agência da população negra, indígena e amarela se mostram como características intrínsecas dos estudos sobre sexualidade. No Relatório do Grupo Gay da Bahia sobre Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil (OLIVEIRA, 2020), as pessoas autoras ressaltam a ausência de informações acerca da racialidade das pessoas, o que impede a precisão dos dados:

A categoria cor nem sempre é fácil de se trabalhar na sociedade brasileira e, aqui cabe uma explicação: na falta de informação jornalística sobre raça, cor, etnia, procuramos identificar tal particularidade a partir das imagens das vítimas publicadas na notícia sobre sua morte, reconhecendo contudo faltar o rigor classificatório da auto definição ou do seu registro civil (OLIVEIRA, 2020, p. 52).

Mesmo assim, ao cruzarmos os dados de ambas as pesquisas, embora a maior parte da população LGBTI+ seja branca, são pessoas LGBTI+ negras as que mais morrem vítimas de mortes violentas, cujos dados representam

17. O heterossexismo pode ser definido como a crença na superioridade inerente de uma forma de expressão sexual sobre outra, da qual decorreria o direito de dominar (COLLINS, 2005).

37,08% das mortes identificáveis nos critérios acima (OLIVEIRA, 2020)

Compreender a branquitude de forma racializada visa a contribuir com o rompimento da universalidade e normalidade branca, sendo a pessoa não branca racializada, o Outro e sujeito que não é digno de humanidade. As experiências da população LGBTI+ não são únicas e universais, sendo os marcadores raciais essenciais para compreendê-las de forma ampla. Vanilda Oliveira (2006) argumenta sobre a possibilidade de pessoas LGBTI+ negras, por exemplo, experimentarem as opressões por orientação sexual ou identidade de gênero diferentemente das pessoas que não enfrentam o racismo.

Cardoso (2010) traz a perspectiva de pensar em dois grupos que compõem identidade racial branca, denominadas pelo autor de branquitude crítica, que seria antirracista, e branquitude acrítica, que seria racista, sendo que ambos os grupos têm em comum a condição de privilégios. Por sua vez, a diferença se dá quando a branquitude crítica questiona seu lugar de privilégio, enquanto a branquitude acrítica reforça essa condição e dela se aproveita, ou seja, “a branquitude se expressa tanto desaprovando os privilégios obtidos com sua identidade racial quanto argumentando em favor da superioridade racial e pureza nacional” (CARDOSO, 2010, p. 613).

Joílson Santana Marques Júnior (2016) argumenta, em seu artigo sobre produções de conhecimento sobre a temática LGBTI+ e raça, a dificuldade de enegrecer os debates sobre diversidade sexual, assim como a dificuldade de reconhecimento dos sujeitos Afrolgbt+ dentro do movimento negro (MARQUES JÚNIOR, 2016). Essa característica dialoga com os pressupostos de heterossexualidade da negritude e da branquitude LGBTI+¹⁸ de Patricia

Hill Collins (2005).

O padrão heteronormativo das masculinidades negras que perpassa as vivências de homens gays negros traz grandes impactos àqueles que não performam o padrão hegemônico. Alan Costa (2017) debate acerca das afetividades da bicha preta em seu texto “Bichas pretas: entre objeto, o abjeto – poucas vezes afeto” e do impacto do racismo nas construções afetivas.

Numa sociedade em que o feminino é violentado, em que as mulheres negras são colocadas no lugar da objetificação e da servidão, ser uma bicha preta afeminada sob o espectro de uma masculinidade hegemônica é tornar-se invisível para as afetividades. É viver em um ciclo de solidão inacabável. Mesmo nos amando o suficiente para entender o quanto somos fabulosas, a rejeição e o preterimento afetivo nos derrubam (COSTA, 2017, p. 1).

As mulheres lésbicas negras, como apresentado por Regina Santos e João Góis (2007), buscavam a organização política, uma vez que não se eram bem-vindas tanto no movimento negro quanto no movimento feminista, esse segundo caracterizado pela lógica universalista da branquitude (SANTOS; GÓIS, 2007). Perceber-se enquanto uma mulher negra lésbica era compreender que sua identidade perpassa diversas opressões que se encontram em cruzamento, e não sobrepostas (OLIVEIRA, 2006).

A interseccionalidade raça e sexualidade é uma variável importante na observação da população LGBTI+. Segundo o Gráfico 2, as pessoas autodeclaradas amarelas correspondem a 1,19% das pessoas respondentes. No Brasil, as pessoas amarelas ainda são vistas por grande parte da sociedade como se fossem todas iguais. De acordo com Dezem (2005 apud SAYURI, 2017, p. 1): “muitos brasileiros não sabem diferenciar um japonês de um chinês e um coreano.

18. Termo utilizado pela autora para se referir às pessoas LGBTI+.

Tem uma característica nossa, LGBTs asiáticas, que em espaços LGBTs, nós somos vistos como asiáticos e aí rola uma fetichização, em espaços asiáticos, nós somos LGBTs. Então, é um não-lugar, entende? A gente nunca tem um lugar específico ou de agora tá começando a aparecer militância LGBT asiática, já tem grupos a respeito que falam sobre isso (HIGA, 2017).

Em função dos processos históricos de racialização, as pessoas amarelas, assim como ocorre com outros grupos identitários não brancos, não se encaixam no padrão de beleza estabelecido pela sociedade, pois muitas vezes ou são consideradas feias, sendo rejeitadas, ou são vistas como exóticas e, então, fetichizadas. É como exemplifica Hikaru Masao, um dos fundadores do grupo “Asiáticos pela Diversidade”:

Essa mestiçagem já te coloca num patamar que você não é branco nem negro. Somos exóticos. Dizem que pessoas mestiças são lindas e diferentes, nos fetichizam. Aí, quando você é LGBTQI+, tem cara no bar que já chega agarrando, tudo, tentando beijar, do nada e, se a pessoa asiática reclama, dizem ‘ai, é que eu achei que por você ser japonês é quietinho, né, passivo’ (MASAO, 2020).

Assim, notamos que o corpo amarelo é marcado por estereótipos: é exotizado, fetichizado e visto como passivo. No que se refere especificamente aos homens, Hugo Katsuo (2019), em sua pesquisa sobre a representação e o consumo do corpo amarelo na pornografia gay ocidental, observa que o homem amarelo é comumente infantilizado e visto como menos homem, se comparado aos demais.

Ainda, tivemos 1,02% das pessoas respondentes se autodeclararam indígenas, o que representou cerca de 155 indivíduos. Em levantamento preliminar, foi possível perceber uma baixa produção acadêmica a respeito dos entrelaçamentos entre indígenas e as sexualidades.

A maior parte da produção vem sendo construída nos últimos 10 anos, da qual podemos identificar os estudos desenvolvidos por Estevão Rafael Fernandes e por Diógenes Cariaga. Os autores vêm desenvolvendo pesquisas a fim de contribuir com interpretações, releituras e conhecimentos a partir das histórias de indígenas LGBTI+ no Brasil, nos Estados Unidos e Canadá.

Nos últimos anos, os escritos de Estevão Rafael Fernandes (2013; 2015a; 2015b; 2016) têm ganhado destaque nos estudos que relacionam indígenas, moralidades, colonização, resistência e diferentes formas de sexualidade. Em sua tese de doutorado, o pesquisador buscou compreender, por meio de uma comparação entre Brasil e Estados Unidos, as formas como as moralidades desenvolvidas pelos/para povos indígenas estavam vinculadas à sua incorporação dessas pessoas através do processo de colonização. Fernandes adota em suas análises uma abordagem decolonial¹⁹ e de uma perspectiva two-spirit (dois espíritos) - que ‘será trabalhada posteriormente no texto. No processo de colonização, houve a criação de um aparato burocrático-legal-administrativo, ou seja, de certas instituições, como a igreja e a polícia, que buscaram moldar e normalizar as sexualidades indígenas não heterossexuais.

Cariaga (2015), por outro lado, buscou desenvolver sua pesquisa junto a três jovens LGBTI+ Kaiowa na cidade de Dourados, no estado do Mato Grosso do Sul. O trabalho foi desdobramento de questionamentos e inquietações que surgiram ao longo do desenvolvimento de sua dissertação de

19. A perspectiva decolonial refere-se à tentativa de construção de um projeto que tem o objetivo de romper com os laços de poder coloniais, possibilitando a construção de teorias e práticas a partir da realidade de atores e atoradas do sul global. Para uma discussão aprofundada, sugerimos a leitura de Quijano (2005), Mignolo (2007) e Grosfoguel (2008).

de mestrado sobre as transformações do modo de ser dos Kaiowa a partir da educação das crianças focando nas questões sobre a maneira como o indivíduo utiliza do seu corpo enquanto um meio de se relacionar com outras pessoas (o que denominamos de corporalidade), idade e ciclo de vida. No trabalho sobre a sexualidade dos kaiowa, Cariaga (2015) buscou por meio de entrevistas, individuais e em dupla, compreender a trajetória de vida desses indivíduos, suas experiências sexuais e como eles entendiam o significado sobre ser indígena e gay. O autor aponta para a necessidade de se pensar a partir de categorias nativas, pois as comparações feitas buscam compreender os modos de vida (sexual) dos indígenas a partir de categorias não indígenas como corpo, prazer, reprodução, parentesco e política.

Por meio das entrevistas realizadas com os jovens Kaiowa, tornou-se possível perceber que as homossexualidades têm sido entendidas como parte de uma gramática de comportamento ou de moralidades da modernidade. Além disso, Cariaga (2015), em conformidade com McCallum (2013), aponta que a perspectiva utilizada por Fernandes (2013) por meio da comparação e dos interesses de aproximação com o conceito de dois espíritos do movimento indígena canadense e estadunidense encontra uma baixa interlocução com a produção teórica no Brasil e na América Latina.

No âmbito das organizações da sociedade civil, podemos ressaltar uma pluralidade de organizações e coletivos que possuem páginas em plataformas digitais como Instagram, Facebook e Twitter. Podemos aqui citar os perfis do instagram @indigenaslgbtq e @indigenaslgbt_crateus que vêm compartilhando informações e gerando visibilidade sobre a vida e as experiências desses indivíduos de forma descontraída e acessível.

Esses canais são formas de resistência contra os aparatos repressivos e regulatórios de normatização das sexualidades dissidentes apontadas por Fernandes (2015b).

Tais plataformas de contestação e visibilização possibilitam-nos compreender mais sobre os “movimentos indígenas, as relações interétnicas, políticas indigenistas, assim como relações de poder nestes dois contextos nacionais” (FERNANDES, 2015b, p. 7).

Em diálogo com as produções citadas e visando a ecoar as vozes já existentes, a disponibilidade dos dados nos levou a desenvolver tópicos específicos no Relatório para mapearmos e cruzarmos os dados construídos pela Pesquisa (Análises interseccionais). Reconhecemos que a ausência do cruzamento de dados nas Análises interseccionais sobre a população LGBTI+ amarela (oriental), por falta de recurso, é uma falha nossa e uma lacuna para compreendermos de forma integral as interseccionalidades entre raça, gênero e sexualidade. Desse modo, traremos em futuros relatórios uma análise específica acerca dos contextos vividos pela população LGBTI+ amarela no Brasil.

IDENTIDADE DE GÊNERO

COMPREENDEMOS QUE GÊNERO SE REFERE AOS PAPÉIS, COMPORTAMENTOS, EXPRESSÕES atividades e atributos socialmente construídos do que se considera apropriado culturalmente, ou seja, não é determinado pelas características sexuais. Gênero está relacionado à auto-identificação e comumente é visto de maneira binária (feminino e masculino), mas também podemos pontuar outros gêneros, que são não-binários, como gênero fluído etc.

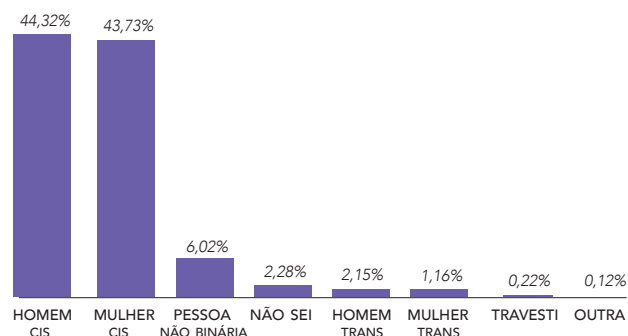
Para fins práticos deste Relatório, utilizamos pessoa transexual e pessoa transgênero como termos intercambiáveis, inclusive entendendo que os próprios movimentos sociais de pessoas trans fazem uso de ambas as terminologias. Há, também, o entendimento, de que o termo “trans” é utilizado como conceito “guarda-chuva”, contemplando inúmeras identidades não cisgêneras, como por exemplo: mulher trans, homem trans, pessoa trans não binária, travesti, dentre outras.

É conhecido que a identidade “travesti” e parte da população não binária (aquelas que se identificam como pessoas trans não binárias) estão inseridas dentro da grande e diversa comunidade trans (ou população T). Visando a uma análise mais específica e respeitando as singularidades desses dois grupos (sobretudo a de “travesti”, no Brasil e no contexto latino-americano, enquanto identidade sociopolítica), optamos por colocá-los como alternativas distintas no questionário.

A presente pesquisa abordou a temática da identidade de gênero, por meio das seguintes opções a serem identificadas pelas pessoas respondentes: Homem cis; Mulher cis; Homem trans; Mulher trans; Travesti; Pessoa não binária; Não sei; e Outra. O Gráfico 3 apresenta os percentuais de como as pessoas LGBTI+ respondentes se identifica. Ressalta-se que a pessoa podia selecionar apenas uma alternativa dentre as acima indicadas.

20. Há a crença de que só existem dois gêneros legítimos, “homem” e “mulher”, e que cada pessoa deve se enquadrar estritamente em um ou em outro, com base no gênero que lhe foi designado no nascimento. De acordo com essa lógica binarista, quem nasce com uma vagina deve se enquadrar na categoria “mulher” e quem nasce com um pênis, na categoria “homem”.

GRÁFICO 3: QUAL SUA IDENTIDADE DE GÊNERO?



NÚMERO DE RESPOSTAS: 15252

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de porcentagem sobre a identidade de gênero de respondentes, mostrando que 44,32% são homens cis, 43,73% são mulheres cis, 6,02% são pessoas não binárias, 2,28% não sabem, 2,15% são homens trans, 1,16% são mulheres trans, 0,22% são travestis e 0,12% se identificam com outra identidade de gênero.

Percebe-se que 88,05% de respondentes são pessoas cis, sendo 44,32% homens e 43,73% mulheres, portanto, o perfil majoritário da pesquisa é de pessoas cis.

O terceiro maior percentual é a opção “Pessoa Não binária”, que representa 6,02%. Ressalta-se ainda que dentre as identificações não binárias apareceram algumas variações, tais como: gênero fluido, agênero, bigênero ou ambigênero, demigênero, gênero neutro, gênero queer e gênero non-conforming, além de respostas como “trans não binário”, “mulher não binária”, “trans masculino”. Percebe-se que o termo “Não binário” abrange várias identidades de gênero e cada uma com suas especificidades.

Aproximadamente 3,53% do total de respondentes fazem parte da população T, sendo: 2,15% de homens trans, 1,16% de mulheres trans, e 0,22% de travestis.

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

A identidade trans com mais respondentes foi “Homem trans”, representando 2,15% do total de respostas válidas nesta opção não ocorreram tantas variações, sendo elas: “transgênero”, “homem transexual” e “transviado”.

A segunda identidade trans com mais respondentes foi a “Mulher trans”, representando 1,16% do total de respostas válidas. As variações dessa identidade foram poucas, sendo elas: “mulher transexual”, sendo uma respondente que ainda não assumiu a sua transexualidade; e a outra sendo o caso de uma pessoa intersexual que foi registrada como homem, mas assumiu sua identidade enquanto mulher trans.

Como menor número, “Travesti” corresponde a 0,22% de respondentes, com apenas uma variação que foi “Mulher trans (travesti e transexual sinônimos)”. Além das pessoas cis e trans, algumas pessoas respondentes informaram que não sabem ou que seriam outra identidade de gênero, diferente daquelas listadas nas opções do questionário. O percentual das pessoas que responderam “Não sei” foi de 2,28%, enquanto de “Outro” foi 0,12%. Na categoria “Não sei” estão inclusas: (1) as pessoas que responderam de forma objetiva; (2) e aquelas que clicaram em “Outro”, mas descreveram que não sabem quais das identidades as representariam. Essa opção pode indicar tanto pessoas que estão em fase de descobrimento/aceitação de sua identidade, quanto aquelas que não possuem proximidade com essas nomenclaturas.

Por fim, foram identificadas sete variações de respostas na categoria “Outro”. Essas variações foram: “intersexo”, “magigirl”, pessoas que não se importam com suas identidades de gênero, pessoas que estão em momento de questionamento de identidade de gênero, “two spirits”, “fronteiriço” e pessoas que não se identificam com as identidades apresentadas.

CARACTERÍSTICAS SEXUAIS

DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA+10:

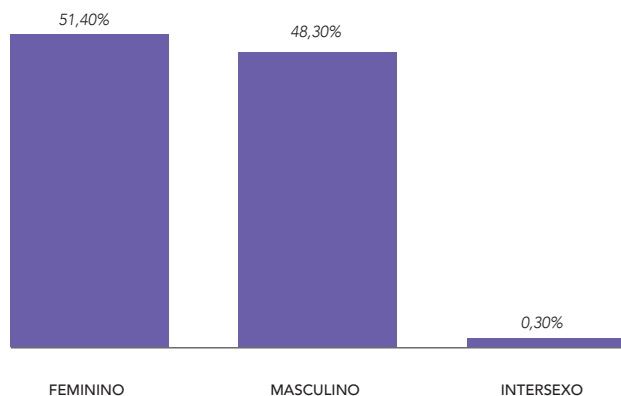
Características sexuais são relacionadas às características físicas de cada pessoa relacionada ao sexo, incluindo genitália e outras anatomias reprodutivas e sexuais, cromossomos, hormônios e características secundárias que surgem da puberdade (THE YOGYAKARTA PRINCIPLES PLUS 10, 2017, p. 6, tradução nossa).

Desse modo, o “I” de LGBTI+ se refere às pessoas intersexo ou intersexuais, cujas características sexuais se formam, desde o nascimento, a partir de uma série de variações naturais e genéticas do corpo, que incluem diferenças cromossômicas, particularidades relativas às gônadas e aos órgãos genitais, produção de distintos hormônios etc. Historicamente, conhecemos a intersexualidade, no senso comum, como “hermafroditismo” - terminologia defasada que caiu em desuso -, embora o campo médico-científico e os movimentos sociais de pessoas trans e intersexuais evidenciem que as genitálias ambíguas são uma das mais de 40 tipologias da intersexualidade (SIMÕES, 2018).

Em todo o mundo, Brasil incluso, pessoas intersexo são submetidas a operações médicas ainda durante a primeira infância, com propósitos cosméticos e mutiladores (NAÇÕES UNIDAS BRASIL [ONUBR], 2017). Isso é feito, muitas vezes, para que profissionais da saúde adequem as características sexuais de crianças, adolescentes e jovens ao fenótipo e à expectativa de identidade de gênero que pais e responsáveis atribuíram.

No ano de 2017, foi fundada a Associação Brasileira de Pessoas Intersexo (ABRAI), com o objetivo de articular pessoas intersexuais para defender seu direito à autodeterminação sexual e de gênero. Algumas das principais bandeiras do movimento são (i) o combate a intervenções clínicas desnecessárias e tratamentos médicos forçados, equivalentes a graves violações aos direitos humanos das pessoas intersexo, podendo ser consideradas análogas à tortura e aos maus tratos; e (ii) a informação e visibilidade, seja no plano das políticas públicas, seja na consciência social, visto que tanto o senso comum desconhece quem são as pessoas intersexuais quanto muitas destas não detêm autonomia da vontade para consulta livre, prévia e informada quanto a quem são (ONUBR, 2017).

GRÁFICO 4: EM RELAÇÃO A CARACTERÍSTICAS SEXUAIS VOCÊ É:



NÚMERO DE RESPOSTAS: 15326

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de porcentagem em relação às características sexuais de respondentes, mostrando que 51,40% feminino, 48,30% masculino e 0,30% intersexo.

É curioso observar que 0,30% ou 46 pessoas respondentes à Pesquisa Nacional se identificam como intersexo.

Segundo estudos do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), estima-se que, ao redor do mundo, entre 0,05% e 1,7% da população global nasce com características intersexuais (ONU, 2015). Apesar desses números, a população intersexo vem lutando há anos contra a invisibilização, dentro e fora do movimento LGBTI+. Para além das reivindicações no que diz respeito à imposição de cirurgias e tratamentos médicos em crianças intersexo, o grupo também demanda que o movimento LGBTI+ abrace, de fato, as pautas de pessoas intersexo.

A incorporação da letra “I” na sigla LGBTI+ foi um grande passo na luta pela representatividade deste segmento dentro do movimento. No ano de 2018, houve um considerável avanço nesta questão, a exemplo da Parada de São Paulo (a maior do país) que utilizou pela primeira vez a terminologia LGBTI+, assim como a do Rio de Janeiro, que adotou a terminologia LGBTI.

ORIENTAÇÃO SEXUAL

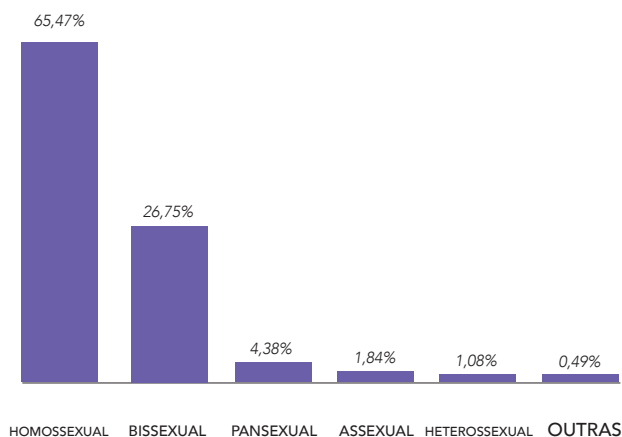
COMPREENDEMOS QUE ORIENTAÇÃO SEXUAL ²¹ **É A ATRAÇÃO SEXUAL QUE UMA PESSOA SENTE OU NÃO POR OUTRAS PESSOAS** ²². Alguns exemplos: heterossexual, homossexual, bissexual, assexual, entre outras. A pesquisa também questionou sobre a orientação sexual, solicitando que respondentes se identificassem com as seguintes: heterossexual (homens e mulheres trans, travestis ou intersexo); homossexual (gays e lésbicas); bissexual; assexual; e outras. Ressalta-se que a pessoa podia selecionar apenas uma alternativa dentre as acima apresentadas.

Uma análise mais detalhada foi feita dentro da opção Outras (campo aberto). Com isso, houve a oportunidade de acrescentar a categoria “pansexual” nas opções, excluir ²³ e realocar as respostas, totalizando, 15296 de respostas.

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

Para tanto, gerou-se o Gráfico 5 que demonstra a distribuição das orientações sexuais das pessoas respondentes.

GRÁFICO 5: EM RELAÇÃO À SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL, VOCÊ SE CONSIDERA?



NÚMERO DE RESPOSTAS: 15296

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras em relação à orientação sexual de respondentes, mostrando que 65,47% se considera homossexual, 26,75% se considera bissexual, 4,38% se considera pansexual, 1,84% se considera assexual, 1,08% se considera heterossexual e 0,49% considera ter outra orientação sexual.

Observa-se que 4,38% das pessoas respondentes se consideram pansexuais e 1,84% se autodeclararam assexuais. Destaca-se que 63 pessoas se apresentaram como demissexuais, sendo alocadas dentro do espectro de assexualidade.

Um detalhe que devemos ressaltar é que, por uma escolha metodológica, não foi levado em consideração a expressão de gênero nas perguntas do questionário.

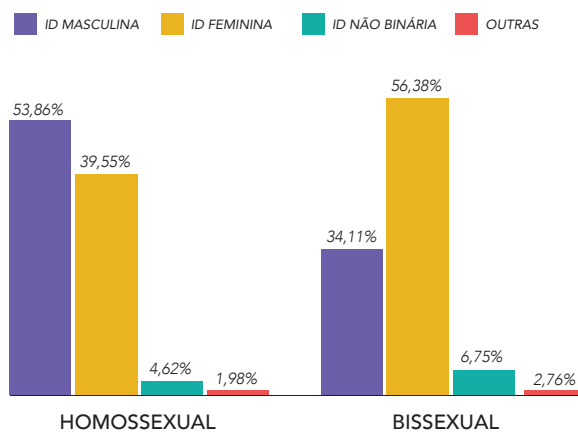
21. Maiores informações podem ser encontradas no Glossário, ao final do relatório.

22. Importante diferenciar da orientação romântica, que é atração romântica ou possibilidade de se apaixonar que uma pessoa pode sentir por outras pessoas. Não necessariamente envolve sexo, ou seja, não está relacionada diretamente com a orientação sexual. Alguns exemplos: heteroromântica, birromântica, aromântica. 23. 30 respostas apagadas pois não correspondiam com a pergunta (Exemplo: A, M, Oi).

A categoria Outros correspondeu a 0,49% do total de respondentes, nela representadas: pessoas que preferiram não definir; androssexual; ginessexual; polisssexual; queer; sapiosexual e trissexual.

O maior percentual encontrado neste estudo foi de pessoas que se autodeclararam como homossexuais, com 65,47%, e em seguida as bissexuais, com 26,75%. Para melhor apresentar essas duas variáveis, foram analisadas juntamente com Identidade de gênero e agrupadas nas categorias seguintes: identidade não binária (id. não binária): pessoas não binária; identidades femininas (id. feminina): mulheres cis, mulheres trans e travestis; identidades masculinas (id. masculina): homens cis e homens trans. A categoria heterossexual teve o percentual de 1,08%, nela foram desconsideradas pessoas cis (Homens cisgênero e Mulheres cisgênero) e que não são intersexo

GRÁFICO 6: IDENTIDADE DE GÊNERO X ORIENTAÇÃO SEXUAL X RELAÇÃO A SUA COR OU RAÇA/ETNIA?



NÚMERO DE RESPOSTAS "HOMOSSEXUAL": 9986

NÚMERO DE RESPOSTAS "BISSEXUAL": 4060

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de porcentagem da identidade de gênero em relação à orientação sexual mostrando que, das 9.986 pessoas respondentes que se autodeclararam

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

homossexuais, 53,86% têm identidade de gênero masculina, 39,55% têm identidade feminina, 4,6% têm identidade não binária e 1,98% declaram outras identidades; entre as 4.060 pessoas respondentes bissexuais, 34,11% indicaram identidade masculina, 56,38% feminina, 6,75% não binária e 2,76% se identificam com outras identidades.

De acordo com o Gráfico 6, a categoria homossexual apontou 53,86% de representatividade de Id. Masculina, 39,55% de Id. Femininas, 4,62% de id. não binária e 1,98% de outros. Por sua vez, a categoria bissexual teve 56,38% de representatividade de Id. Feminina, 34,11% de Id. Masculina, 6,75% de id. não binária e 2,76% outros. Destaca-se que, durante a aplicação do questionário, houve grande facilidade para alcançar homens gays, de modo que foi o grupo que mais se aproximou das cotas de resposta definidas no Plano Amostral.

Esse cenário traz um dado interessante e necessário de ser discutido: o protagonismo do segmento gay dentro do movimento. Para compreender um pouco as diferenças de participação entre os segmentos LGBTI+, acredita-se ser necessário traçar um breve histórico do movimento no Brasil, de modo a focalizar as desigualdades existentes dentro do próprio grupo. Antes de iniciar, deve-se pontuar que esse padrão não é algo novo dos movimentos, mas possui raízes históricas, baseadas em diferenças de gênero, raça, identidade de gênero, classe, etnia e outros marcadores sociais.

No Brasil, o “Somos: grupo de afirmação homossexual”, criado em 1978 em São Paulo, é compreendido como o primeiro movimento organizado de indivíduos homossexuais²⁴ voltado para questões políticas. Há indícios históricos de outros grupos de sociabilidades homoeróticas em diversas cidades do Brasil, porém não havia, até aquele momento, a tentativa de institucionalização nem de participação política (MORANDO, 2012).

Vale pontuar que, no momento de criação do Somos, não havia nenhuma outra identidade que não fosse a dos homens cis gays²⁵ (FACCHINI, 2002; TREVISAN, 2018).

Oito meses após a criação do Somos, as mulheres passaram a participar das reuniões e discussões da organização (FERNANDES, 2018). Dentro do grupo, as mulheres lésbicas trouxeram a importância da discussão de pautas como os direitos sexuais e reprodutivos, o machismo e as questões feministas. Após três meses de atividades dentro da organização, as mulheres lésbicas começaram a denunciar a existência de uma série de posturas machistas e discriminatórias cometidas pelos ativistas gays. Como exemplo, Fernandes (2018) aponta que elas queriam ser referidas como lésbicas e não como bichas, termo utilizado por militantes gays para identificar tanto gays como lésbicas dentro do Somos²⁶.

Após a passeata de 1º de maio de 1980, ocorrida em São Bernardo do Campo (SP), o Somos passou por uma crise entre seus membros. O movimento de mulheres lésbicas feministas (LF), que compunham e participavam enquanto subgrupo autônomo dentro do Somos, decide por sua separação, fazendo com que houvesse uma reformulação interna ao movimento de mulheres lésbicas. Assim, o LF passou a ser conhecido como GALF – Grupo de Ação Lésbico-Feminista (FERNANDES, 2018), atuando em mais frentes no que tange à reivindicação e à conquista de direitos para as mulheres.

24. Termo utilizado no período para se referir às pessoas LGBTI+.

25. Naquele período, a discussão sobre a participação de pessoas transexuais e travestis era praticamente inexistente. No que tange às bissexuais, havia uma crítica a respeito da identidade bissexual, que era entendida por muitos ativistas como um meio para não assumir a homossexualidade. No entanto, Facchini (2002) afirma que, mesmo sendo criticada, em alguns momentos a bissexualidade foi entendida como subversão às regras.

26. Marisa Fernandes (2018) destaca ainda que os militantes gays utilizavam os termos “racha” ou “rachada” para identificá-las, o que não era de seu agrado.

O caso envolvendo as mulheres lésbicas no movimento é um ótimo exemplo para ilustrar as disparidades de participação e de engajamento dos segmentos dentro dos movimentos LGBTI+. A falta de discussões e visibilidade de demandas específicas de cada segmento em um ambiente com grande participação de homens gays cis pode representar uma barreira de silenciamento contra as demais identidades. Devido à incapacidade de grande parte dos ativistas gays cis brancos, historicamente vistos como expoentes do movimento LGBTI+, em incorporar perspectivas interseccionais e diálogos com mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência e pessoas idosas LGBTI+²⁷ às pautas levantadas, muitas lutas têm sido silenciadas dentro do próprio movimento. Isso, inclusive, levou ao surgimento de coletivos e associações em paralelo, como a aproximação das mulheres lésbicas e bissexuais com os movimentos feministas ou a criação de grupos específicos para a população travesti e trans.

Com relação às pessoas bissexuais, sua inserção no movimento brasileiro foi ainda mais tardia, em razão do estigma existente de que não seria uma orientação sexual própria e, no contexto de HIV/AIDS, essas pessoas eram acusadas de fazer a “ponte bissexual do HIV” entre os mundos heterossexual e o homossexual. Com isso, a partir dos anos 2000, bissexuais passaram a exigir reconhecimento por parte do movimento social brasileiro, sendo criados diversos coletivos de ativismo bissexual (JAEGER et al., 2019).

A história de alguns movimentos que reivindicam o reconhecimento de orientações sexuais e identidades de gênero não é muito bem documentada no Brasil, especialmente nos casos de categorias relativamente novas, como a pansexualidade e a assexualidade.

No caso da primeira, é comum encontrar relatos sobre a palavra, explicando que “pan” vem do grego e significa todos, em oposição ao “bi”, que significa dois. No entanto, não há citações sobre quem foram as primeiras pessoas a adotarem essa definição ou como ela chegou ao país. Por esta razão, apesar de extensa pesquisa, não conseguimos encontrar referências verificáveis sobre a temática, o que impediu a sua inclusão de maneira mais aprofundada neste relatório. Entretanto, reconhecemos a importância da pansexualidade.

Já no movimento assexual, questiona-se especialmente a sexonormatividade²⁸ presente na sociedade. Pessoas que não sentem atração sexual sempre existiram, mas foi só em 2001 que criou-se o primeiro grande grupo de assexuais do mundo, que deu origem a AVEN (Asexual Visibility and Education Network). O grupo é online e já conta com mais de 80 mil pessoas. No caso brasileiro, a internet também foi responsável por aproximar a comunidade assexual, primeiro em um processo de reconhecimento de similares, mas também buscando aumentar a produção científica e a despatologização da assexualidade (BEZERRA, 2015). Alguns grupos se encontram pessoalmente para trocarem experiências e propor ações educativas. É comum embates com o movimento LGBTI+, que por vezes engloba as pessoas “Assexuais” por meio da letra “A” formando a sigla LGBTQIA. Isso é um resultado da luta por visibilização da assexualidade.

27. Há uma grande crítica tecida ao movimento LGBTI+ que aponta que as ações e o reconhecimento das demandas são orientadas por seãentos dominantes, principalmente por homens gays cis brancos.

28. Compreendemos que as normas sociais estabelecem a universalidade da experiência de atração sexual e do interesse afetivo-sexual.

Em nosso levantamento, não foi possível encontrar artigos que trabalhassem especificamente com a questão do protagonismo gay cis dentro do movimento, mesmo que a maior parte das pessoas pesquisadoras tratem dessa desigualdade de participação. Índícios dessa atuação desproporcional podem ser encontrados em obras clássicas sobre a história do movimento LGBTI+ no Brasil como em McRae (1990), Facchini (2002; 2005), Fernandes (2018) e Trevisan (2018). Para tentar explicar esse déficit participativo ou exclusão de certos segmentos dentro do movimento, pode-se tomar como hipótese que o protagonismo gay cis pode ser explicado por questões que perpassam os marcadores de gênero, raça, classe e identidade de gênero, principalmente.

Construções e padrões sociais tendem a estabelecer maior acesso e oportunidades para homens cisgêneros. Nesses casos, a orientação sexual desses indivíduos pode ser, muitas vezes, negociada para se ter aceitação. Nesse levantamento, não é dito que homens gays não sofrem discriminação ou violência, mas que possuem certos privilégios que os permitem atuar de forma mais livre que outros grupos, como de mulheres lésbicas e homens trans. A facilidade de articulação e participação em face aos outros segmentos faz que muitos temas girem em torno das demandas do segmento gay invisibilizando lutas por direitos e reconhecimentos de outros grupos.

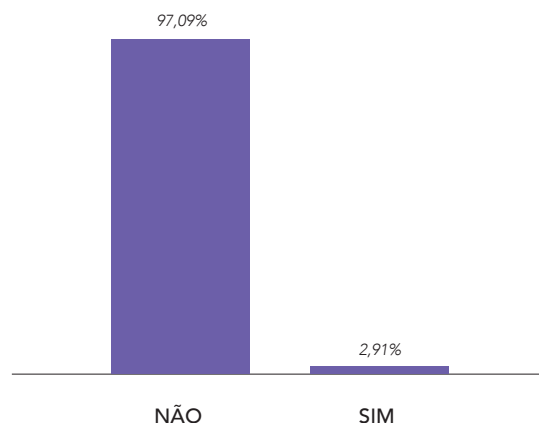
DEFICIÊNCIA

A CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, incorporada no Brasil pelo Decreto nº 6.949/2009 (BRASIL, 2009b), e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015) definem que:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial [auditiva e visual], os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Diferentemente do IBGE, que pergunta se a pessoa tem alguma dificuldade e qual o grau, em nossa pesquisa primeiramente foi levantado o percentual dessas pessoas com a pergunta “Você possui algum tipo de deficiência?”.

GRÁFICO 7: VOCÊ POSSUI ALGUMA DEFICIÊNCIA?



NÚMERO DE RESPOSTAS: 15025

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de porcentagem, mostrando que 97,09% de respondentes não possuem alguma deficiência e 2,91% dos respondentes possuem alguma deficiência.

O Gráfico 7 apresenta o percentual de pessoas com deficiência dentro da comunidade LGBTI+ de 2,91% ou 437 pessoas, ao passo que o percentual estimado para a população brasileira é de 6,7%, segundo o Panorama Nacional e Internacional da Produção de Indicadores Sociais de 2018.

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

Foi utilizado esse panorama, pois emprega a base de dados do Censo de 2010, mas adotando as recomendações internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) para os indicadores sobre pessoas com deficiência²⁹.

Vale ressaltar que as respostas do questionário são autodeclaradas, por isso pressupõe-se que a pessoa respondente tenha percepção e se identifique acerca de ter ou não deficiência. Assim, pode ser que algumas pessoas, na verdade, têm deficiência, mas não responderam nesse sentido, evidenciando a dificuldade na coleta desse dado.

A seguir, buscou-se descobrir os tipos de deficiências que as pessoas possuem. Para isso, a partir dos resultados encontrados após a organização dos dados, foram definidas as seguintes categorias de análise para as deficiências: física, visual, auditiva, múltipla (quando há mais de uma deficiência), intelectual³⁰, Transtorno do Espectro Autista e outras deficiências. Para essas categorizações, utilizou-se como base a definição já citada da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Algumas respostas como “esquizofrenia”, “bipolaridade” e “síndrome do pânico” não foram consideradas como deficiência, por serem transtornos mentais de acordo com a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde - CID 10 (OMS, 1997), bem como “epilepsia”, que é uma doença crônica neurológica, de acordo com a mesma classificação. Portanto, essas respostas foram excluídas, tanto para a construção do Gráfico 7 quanto do Gráfico 8, por não serem consideradas deficiências.

De forma similar, foram desconsideradas 67 respostas de pessoas que responderam afirmativamente que possuem deficiência, porém, nas especificações, apontaram infecção pelo HIV ou imunodeficiência causada pela

infecção do HIV (quadro de AIDS), o que não se encaixou nos parâmetros utilizados, como também respostas relacionadas a questões hormonais e a doenças crônicas.

Do mesmo modo, não foram consideradas como deficiência declarações de dificuldade ou transtorno de aprendizagem, ou, ainda, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), sendo também as respostas excluídas da contagem geral de pessoas com deficiência.

A necessidade de compreensão da deficiência foi reforçada com essas respostas, visto que, em certos casos, foram mencionadas doenças em vez de deficiências. Verificasse, portanto, a existência de uma confusão a respeito de que deficiência é o mesmo que estar doente.

Destaca-se que, desde Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, o modelo social é o reconhecido atualmente, pois compreende a deficiência como resultado das limitações e estruturas do corpo, bem como da influência de fatores sociais e ambientais em que a pessoa está inserida.

29. O dado divulgado pelo Censo de 2010 é de que 24% da população brasileira possui deficiência, considerando pessoas que responderam que têm “alguma dificuldade”, “grande dificuldade” ou “não conseguem de modo algum” enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus, bem como aquelas que possuem deficiência mental/intelectual. No entanto, adotando as recomendações da ONU e OMS, a partir de sugestões do Grupo de Washington (GW) de Estatísticas sobre Deficiência, agruparam-se as pessoas que declararam ter deficiência mental/intelectual com as pessoas que têm “grande dificuldade” ou “não conseguem de modo algum” enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus, concluindo que 6,7% da população brasileira possui deficiência.

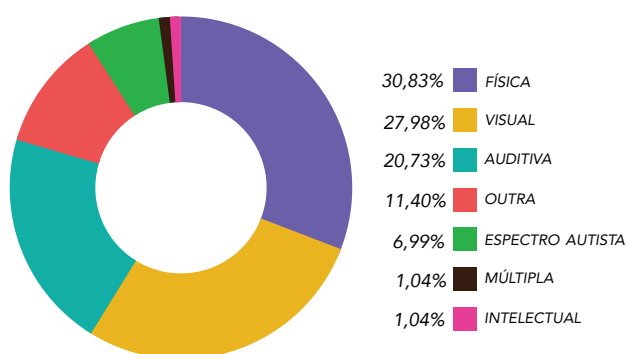
30. Prefere-se aqui tal terminologia em vez de apenas “mental”, a fim de não causar dúvidas conceituais com transtornos mentais, de acordo com a Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual seguida pela OMS.

Assim, a abordagem da deficiência evoluiu, deixando de seguir o modelo médico, em que ela era entendida como uma limitação da pessoa (LANNA JÚNIOR, 2010).

Com relação às pessoas com Transtorno do Espectro Autista, optou-se por seguir a previsão da Lei nº 12.764/2012 (BRASIL, 2012), que considera a pessoa com transtorno do espectro autista como pessoa com deficiência, elaborada após definição do Censo do IBGE. Ademais, não há consenso quanto ao enquadramento ou não como deficiência intelectual. Então, decidiu-se por considerar o Transtorno do Espectro Autista como uma categoria específica, para permitir relações com estudos de outros órgãos, por exemplo a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo, que adotam a mesma medida. Ainda assim, possibilita o agrupamento com deficiência intelectual para quem desejar analisar os dados dessa forma.

Em seguida, dentre as pessoas que responderam afirmativamente ter deficiência e as especificaram, obtivemos os seguintes resultados apresentados no Gráfico 8.

GRÁFICO 8: SE SIM (POSSUO DEFICIÊNCIA), QUAL?



NÚMERO DE RESPOSTAS: 386

Descrição do Gráfico: Gráfico de rosca de porcentagem sobre qual deficiência as pessoas respondentes possuem, mostrando que 30,83% possuem deficiência física, 27,98% possuem

deficiência visual, 20,73% possuem deficiência auditiva, 11,40% possuem outra deficiência, 6,99% possuem espectro autista, 1,04% possuem deficiência múltipla e 1,04% possuem deficiência intelectual.

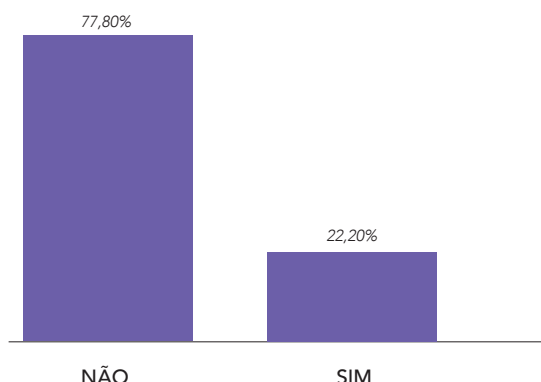
Nota-se no Gráfico 8 que, entre as pessoas LGBTI+ com deficiência, 30,83% se declararam com alguma deficiência física, 27,98% visual, 20,73% auditiva, 11,40% outras deficiências, dentre as quais "olfativa", "paladar", de "comunicação", "gagueira", de "aprendizado". As pessoas LGBTI+ dentro do espectro autista representaram 6,99% das respostas. Já as pessoas LGBTI+ que foram incluídas na categoria deficiência intelectual representaram 1,04%, mesmo percentual, 1,04%, para as pessoas com deficiência múltipla. Dentre as 437 pessoas que declararam ter alguma deficiência, não foram consideradas 51 respostas, pois não responderam qual tipo deficiência possuem (NR).

A nível nacional, a partir da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2013 (IBGE, 2015), foi obtido que 6,2% da amostra da pesquisa, a qual estimou 200,6 milhões de pessoas residentes em domicílios particulares em 2013, possuía pelo menos uma das quatro deficiências consideradas (física, visual, auditiva e intelectual). Percebeu-se uma prevalência de 0,8% de deficiência intelectual, 1,3% de deficiência física, 1,1% de deficiência auditiva e 3,6% de deficiência visual.

Por fim, dentro da amostra de pessoas que auto declararam possuir deficiência, foi questionado sobre a necessidade de acessibilidade.

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

GRÁFICO 9: VOCÊ PRECISA DE ALGUMA ACESSIBILIDADE PARA EXERCER AS ATIVIDADES HABITUAIS, COMO TRABALHAR, IR À ESCOLA ETC?



NÚMERO DE RESPOSTAS: 428

Descrição do Gráfico: Gráfico de barra de porcentagem de necessidade de alguma acessibilidade para exercer as atividades habituais como trabalhar, ir à escola, etc dos respondentes, mostrando que 77,80% não necessitam e 22,20% necessitam.

O Gráfico 9 apresenta os resultados obtidos: 22,20% precisam de um mecanismo de acessibilidade para exercerem atividades do dia a dia, enquanto que as demais 77,80% não necessitam. Segundo o Censo 2010, 33,24% da população brasileira que possui alguma deficiência não consegue, de modo algum, realizar as atividades rotineiras ou possuem grande dificuldade. Esse percentual é maior em comparação ao que foi obtido entre as pessoas LGBTI+ com deficiência, como apresentado. Tal diferença pode ser explicada pela forma online de coleta de dados desta pesquisa, o que pode ter dificultado o acesso e o preenchimento por pessoas com deficiência.

Importante pontuar que a dificuldade é potencializada pela baixa ou inexistente acessibilidade. Os efeitos do capacitismo na nossa sociedade podem ser vistos, por exemplo, através da forma como os espaços públicos e privados são projetados e na ausência de acessibilidade.

Dantas, Silva e Carvalho (2014) apontam que a visão capacitista atribuída à pessoa com deficiência acarreta também uma invisibilidade de sua sexualidade e do reconhecimento da sua identidade de gênero, pois a pessoa passa a ser resumida à sua deficiência, ignorando-se demais aspectos da sua existência. Concepções capacitistas tendem a retratar a pessoa com deficiência como “frágil”, “assexuada”, “eterna criança” que precisa de cuidados mesmo na fase adulta e que é incapaz de se posicionar e enfrentar os desafios da vida, ser independente, o que restringe a sua própria história. Ademais, a expressão do desejo e da sexualidade da pessoa com deficiência ainda é tida como um tabu por algumas pessoas (DENARI, 2006; DANTAS; SILVA; CARVALHO, 2014).

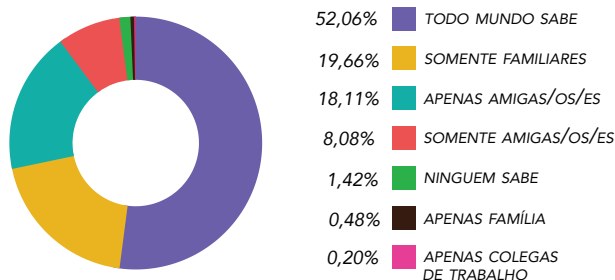
Dantas, Silva e Carvalho (2014) destacam a importância de se reconhecer a capacidade de desenvolvimento integral da pessoa com deficiência, abrindo espaços para o protagonismo e empoderamento nas suas escolhas de vida, incluindo nos campos da sexualidade e de identidade de gênero. Para isso, é imprescindível a adoção de políticas de acessibilidade que viabilizem parte da independência desse grupo.

QUEM SABE QUE VOCÊ É LGBTI+

PARA COMPREENDER MELHOR OS IMPACTOS DA DISCRIMINAÇÃO EM RELAÇÃO À ORIENTAÇÃO SEXUAL E À IDENTIDADE DE GÊNERO, este estudo questionou as pessoas participantes com a pergunta: “Quem sabe que você é LGBTI+?”, sendo dadas as seguintes opções: Todo mundo sabe (sou publicamente LGBTI+); Somente familiares e amigas/os/es; Apenas amigas/os/es; Somente amigas/os/es e colegas de trabalho; Ninguém sabe; Apenas família; e Apenas colegas de trabalho.

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

GRÁFICO 10: QUEM SABE QUE VOCÊ É LGBTI+?



NÚMERO DE RESPOSTAS: 15224

Descrição do Gráfico: Gráfico de rosca de porcentagem sobre quem sabe que as pessoas respondentes são LGBTI+, mostrando que em 52,06% dos casos todo mundo sabe, em 19,66% dos casos somente familiares sabem, 18,11% dos casos apenas amigas/os/es sabem, 8,08% dos casos somente amigas/os/es sabem, 1,42% dos casos ninguém sabe, 0,48% dos casos apenas família sabe e em 0,20% dos casos apenas colegas de trabalho sabem.

Observa-se, a partir do Gráfico 10, que 52,06% de respondentes são publicamente LGBTI+, 19,66% contaram somente para familiares e amigas/os/es, 18,11% apenas para pessoas amigas e 8,08% somente revelou entre amigas/os/es e colegas de trabalho. Importante verificar ainda que 1,42% das pessoas LGBTI+ participantes da pesquisa ainda não contaram sobre ser LGBTI+ para alguém, 0,48% apenas a família sabe e 0,20% apenas colegas de trabalho sabem. Sendo assim, 98,58% das pessoas que participaram já falaram para alguém de seu ciclo de convivência que são LGBTI+.

Abordar essa questão é importante para a melhor compreensão sobre as várias realidades e vivências das pessoas LGBTI+. Em alguns casos, dizer abertamente que faz parte da comunidade LGBTI+ pode colocar em risco a segurança, o trabalho e as relações sociocomunitárias, enquanto em outros casos a experiência pode ser mais tranquila. Inclusive, é importante considerar a possibilidade de que a pesquisa tenha alcançado mais as pessoas que são publicamente LGBTI+, tendo em vista as estratégias de divulgação utilizadas.

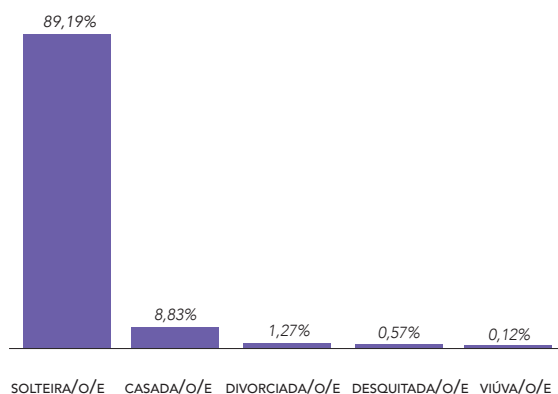
Ainda que pessoas não assumidas tenham ficado sabendo da pesquisa, pode ser que não se sentiram seguras e à vontade para compartilhar suas informações.

As relações entre ser LGBTI+ e os diversos contextos de discriminação serão exploradas em momento futuro, a partir dos dados relativos à discriminação coletados nesta pesquisa. Pequena parte nessa discussão se encontra no tópico de análise interseccional.

NUPCIALIDADE

EM RELAÇÃO À NUPCIALIDADE BUSCA-SE IDENTIFICAR DENTRO DA POPULAÇÃO LGBTI+ O ESTADO CIVIL, se mora ou já morou com cônjuge³¹ ou companheira/o/e, a escolaridade dessa pessoa e, por fim, qual a natureza da união, ou seja, união estável, civil e/ou religiosa. Os resultados estão apresentados no Gráfico 11.

GRÁFICO 11: QUAL É O SEU ESTADO CIVIL?



NÚMERO DE RESPOSTAS: 15326

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de porcentagem, sobre o estado civil das pessoas respondentes, mostrando que 89,19% são solteiras, 8,83% são casadas, 1,27% são divorciadas, 0,57% são desquitadas e 0,12% são viúvas.

31. Pessoa com quem está civilmente casada, gerando direitos e obrigações legais.

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

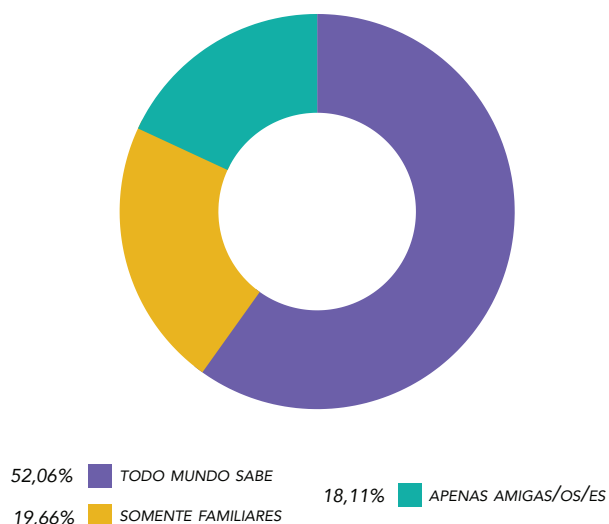
Observa-se, conforme aponta o Gráfico 11, que 89,19% das pessoas se encontravam solteiras no momento da pesquisa. Sobre as demais pessoas LGBTI+, 8,83% se encontravam casadas, 1,27% divorciadas, 0,57% desquitadas ou separadas judicialmente³², e apenas 0,12% viúvas.

É importante mencionar que o percentual alto de pessoas solteiras possui relação com o perfil das pessoas que nossa pesquisa atingiu, que é majoritariamente jovem, nascidas na década de 1990. Essa ideia ainda é reforçada pelos dados apresentados no relatório Estatísticas de Registro Civil 2018, realizada pelo IBGE (2014-2018)³³, o qual aponta que a idade média entre pessoas solteiras do mesmo sexo³⁴ ao contrair a união foi aproximadamente 34 anos entre os homens e 33 anos entre as mulheres, ou seja, idade em que abrange as pessoas nascidas na década de 1980, que representa 16,72% das pessoas LGBTI+ da pesquisa, vide Gráfico 1.

Para a análise correta dos dados e construção dos Gráficos 12 e 13, é importante ressaltar que não apenas as pessoas da categoria Casadas responderam ao questionamento sobre a natureza da união. Também foram contadas respostas de pessoas que colocaram estar divorciadas, desquitadas ou separadas judicialmente e viúvas.

Além disso, pessoas com estado civil solteira/o/e responderam a natureza da união em que estavam, isso ocorre pelo fato de que não há consenso acerca da mudança de estado civil em caso de união estável ou casamento religioso (ALVES, 2016), logo, as porcentagens são em relação a esse total.

GRÁFICO 12: VIVE EM COMPANHIA DE CÔNJUGE OU COMPANHEIRA/O/E?



NÚMERO DE RESPOSTAS: 15326

Descrição do Gráfico: Gráfico de rosca de porcentagem das pessoas que vivem em companhia de cônjuge ou companheira/o/e, mostrando que 59,87% nunca viveram com companheira/o/e, 18,09% não, mas já viveram, e, apenas, 22,04% responderam que sim.

Referente à pergunta “Vive em companhia de cônjuge ou companheira/o/e?”, 59,87% nunca viveram com companheira/o/e, 18,09% não, mas já viveram, e, apenas, 22,04% responderam que sim. Entre as pessoas que já viveram 71,22% são homossexuais (gays e lésbicas), em sua maioria são homens e mulheres cis com grande diferença percentual (38,07% e 26,08%, respectivamente), 21,46% são bissexuais, em que a maioria são mulheres cis, seguida de homens cis.

32. Segundo Maria Berenice Dias (2016), a diferença entre divórcio, desquite e separação é que apenas no divórcio há a dissolução do vínculo conjugal, permitindo novo casamento no futuro. Tanto na separação, quanto no desquite há separação do casal e de seus bens, mas sem a dissolução do vínculo conjugal, impedindo novo casamento.

33. Utilizamos o Relatório de 2018, pois o de 2019 ainda está em fase de análise, tendo acesso apenas a dados preliminares sobre óbitos.

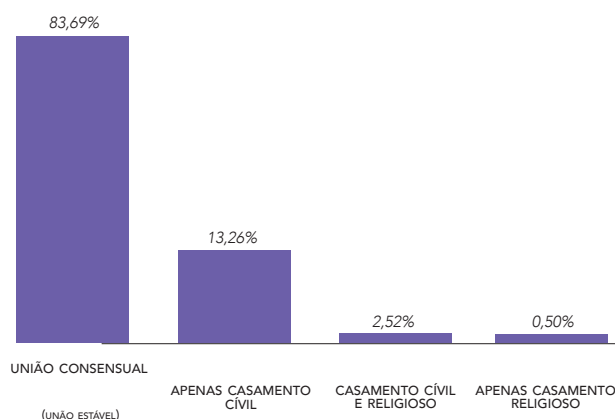
34. Termo utilizado no relatório do IBGE para se referir a pessoas do mesmo gênero.

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

Entre as pessoas que responderam que sim, isto é, que vivem com cônjuge ou companheira/o/e no momento da pesquisa, 75,64% são homossexuais (gays e lésbicas), com uma proporção parecida entre homens e mulheres cis (37,10% e 33,60%, respectivamente), e 18,79% são bissexuais, sendo as mulheres cis mais evidentes.

Buscou-se identificar a natureza da união das pessoas que se encontravam em uma relação, podendo ser união consensual (união estável), apenas casamento civil, apenas casamento religioso e casamento civil e religioso.

GRÁFICO 13: QUAL A NATUREZA DA SUA UNIÃO?



NÚMERO DE RESPOSTAS: 3378

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de porcentagem sobre a natureza da união de respondentes, mostrando que 83,69% estão em união consensual (união estável), 13,26% possuem apenas o casamento civil, 2,52% possuem o casamento civil e o religioso e 0,50% possuem apenas o casamento religioso.

Dentre a população pesquisada, 83,69% estavam em União consensual (União Estável) no momento da pesquisa, 13,29% tinham união com natureza apenas no casamento civil, 2,52% possuíam tanto no civil quanto no religioso, enquanto apenas 0,50% possuíam união apenas no casamento religioso. Nesse

contexto, é importante destacar o percurso do reconhecimento e estabelecimento do direito à união estável e ao casamento entre pessoas do mesmo gênero, que envolveu um processo de demandas do movimento LGBTI+ pela efetivação de direitos na via judicial (COSTA; OLIVEIRA, 2018).

O julgamento conjunto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em maio de 2011, formalizou a família homoafetiva no ordenamento jurídico brasileiro ao estender o regime jurídico da união estável às uniões entre pessoas do mesmo sexo³⁵ em todos os estados da federação. As ações pontuaram que o não reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo³⁶ resultava na violação dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III), da proibição de discriminações odiosas (art. 3º, inciso IV), da igualdade (art. 5º, caput), da liberdade (art. 5º, caput), e da proteção à segurança jurídica. Assim, o STF compreendeu que o art. 3º, inciso IV, veda as discriminações odiosas ao afirmar o dever de: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo³⁷, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Além disso, o princípio da segurança jurídica foi citado pela ADI nº 4.277/2011 e na ADPF nº 132/2011 para conferir a possibilidade dos casais de pessoas mesmo sexo³⁸ disporem de direitos e garantias constitucionais de forma satisfatória (COSTA; OLIVEIRA, 2018).

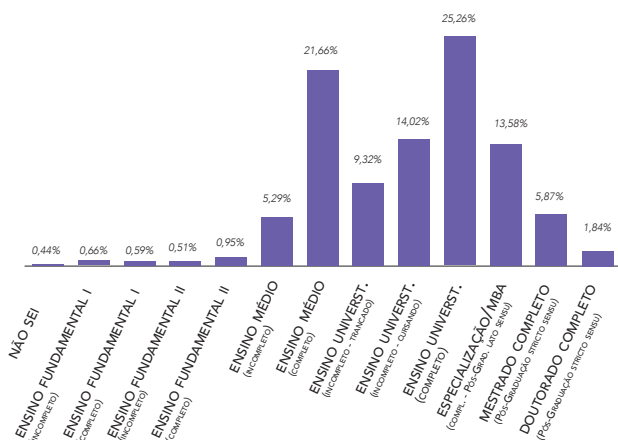
Nesse cenário, o número de uniões e casamentos aumentaram nos anos seguintes³⁹. De acordo com as Estatísticas de Registro Civil, em 2018 houve um aumento de 61,7%, com relação a 2017, dos casamentos entre pessoas do mesmo gênero (IBGE, 2014-2018). Esse aumento se encontra num contexto de redução no total de casamentos civis nacionais

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

e aumento de divórcios. Em 2019, ano que a pesquisa foi realizada, a Resolução n. 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (BRASIL, 2013a) completava seis anos, foi a partir dessa conquista que se tornou obrigatório os cartórios realizarem casamento entre casais do mesmo sexo⁴⁰, proibindo autoridades competentes de se recusarem a habilitar ou celebrar casamento civil e união estável de pessoas do mesmo gênero. Desde então, o número de casamentos LGBTI+ aumentaram, tendo apenas uma pequena queda em 2016, enquanto entre casais heterossexuais a proporção tem caído.

Por último, perguntou-se qual o nível de escolaridade mais alto do atual cônjuge da pessoa. Para essa pergunta, apenas as pessoas casadas e viúvas informaram a escolaridade do cônjuge. O Gráfico 14 apresenta os resultados:

GRÁFICO 14: EM RELAÇÃO AO CÔNJUGE, QUAL O NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ALTO?



NÚMERO DE RESPOSTAS: 1362

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de porcentagem sobre o nível de escolaridade mais alto em relação ao cônjuge das pessoas respondentes, mostrando que 0,44% não sabem, 0,66% possuem o Ensino Fundamental 1 incompleto, 0,59% possuem o Ensino Fundamental 1 completo, 0,51% possuem o Ensino Fundamental 2 incompleto, 0,95% possuem o ensino fundamental 2 completo, 5,29% possuem o ensino médio incompleto, 21,66% possuem o ensino médio completo, 9,32% possuem o ensino universitário incompleto e trancado, 14,02%

possuem o ensino universitário incompleto e cursando, 25,26% possuem o ensino universitário completo, 13,58% possuem Especialização ou MBA completo, 5,87% possuem o mestrado completo e 1,84% possuem o doutorado completo.

O resultado é bem diversificado, sendo 25,26% com ensino universitário completo e 21,66% com o ensino médio completo, o que representa quase metade das informações. Foram poucos que informaram alguma escolaridade abaixo do ensino médio completo, apenas 2,72% dos cônjuges, e 5,29% possuíam ensino médio incompleto. Já os cônjuges que possuíam alguma pós-graduação completa (especialização, mestrado e doutorado) representaram 21,29%, uma porcentagem, relativamente, alta. Por sua vez, as pessoas que ainda estavam cursando o ensino superior representaram 14,02% e os que trancaram 9,32% das respostas.

Ao serem analisados conjuntamente, dados e resultados sobre nupcialidade, foi observado que a formalização das uniões e casamentos entre pessoas do mesmo gênero ainda esbarra em obstáculos estruturais do contexto sociocultural no qual as pessoas estão inseridas. Desse modo, o debate deve envolver a pluralidade das pessoas LGBTI+, em quesitos como condições socioeconômicas, nível de escolaridade, raça, etnia, acesso à justiça etc.

35. Termo utilizado nas ações judiciais para se referir a pessoas do mesmo gênero.

36. Termo utilizado nas ações judiciais para se referir a pessoas do mesmo gênero.

37. Termo utilizado na Constituição Federal para se referir a gênero.

38. Termo utilizado nas ações judiciais para se referir a pessoas do mesmo gênero.

39. De acordo com o Registro de Estatísticas Vitais dos anos 2014 a 2018 o número absoluto de uniões entre pessoas do mesmo sexo foram: 2014 - 4.854 (0,44% do total); 2015 - 5.614 (0,50%); 2016 - 5.354 (0,48%); 2017 - 5.887 (0,55%); 2018 - 9.520 (0,90%) (IBGE, 2014-2018).

40. Termo utilizado na resolução para se referir a casais do mesmo gênero.

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

A nupcialidade do grupo de pessoas LGBTI+ deve ser compreendida por uma perspectiva que abranja as posições sociais de todas as pessoas, assim como deve dar enfoque às violências vivenciadas pelo grupo e suas múltiplas e diferenciadas características, que acabam lhes conferindo formas de opressão interseccionais, seja por questões étnicas, raciais, culturais, socioeconômicas ou até mesmo por suas particularidades e subjetividades.

Essa abordagem mostra-se relevante diante dos dados da pesquisa, que demonstram uma maior incidência de casamentos civis e uniões estáveis entre pessoas brancas e cis. É necessário destacar que os casamentos civis, que exigem um maior nível de formalidade e, portanto, dependem de um maior acesso a direitos, é mais recorrente entre pessoas brancas e cis, indicando como a lógica social dos privilégios afetam até mesmo a caracterização nupcial das pessoas LGBTI+, visto que a formalização demanda recursos financeiros. Nesse sentido, consultar os respectivos gráficos que abordam a relação entre nupcialidade e raça no final do relatório.

Dessa maneira, entende-se que uma via para o reconhecimento da pluralidade das relações, organizações, práticas e identidades não heterossexuais está na construção conjunta das forças sociais empreendidas pelos movimentos político-sociais arquitetados pela população LGBTI+ e da atuação de um Estado comprometido em afastar conjunturas socioculturais opressivas e discriminatórias. Esse reconhecimento leva a uma maior inserção das pessoas LGBTI+ na sociedade, seja pela garantia de efetivação de direitos civis fundamentais, como o casamento, ou por uma maior visibilidade para as demandas do grupo e para as relações afetivas não heteronormativas, sejam elas legalmente formalizadas ou não.

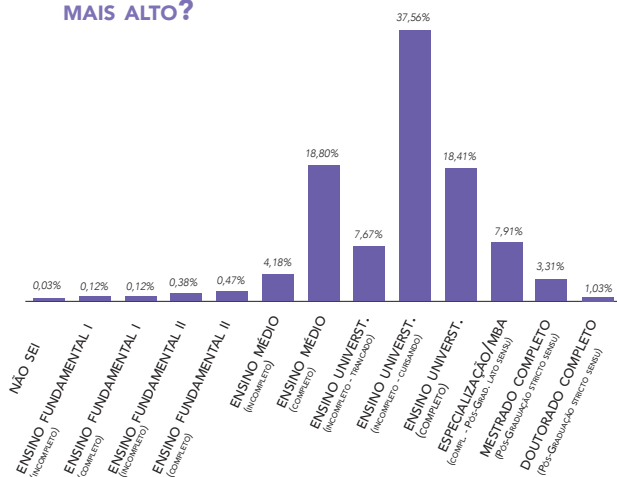
ESCOLARIDADE

AS QUESTÕES SOBRE EDUCAÇÃO TINHAM COMO OBJETIVO SABER O NÍVEL DE ESCOLARIDADE, isto é, o acesso ao ensino formal até o momento de preenchimento do questionário. Destaca-se que não se considera essa como a única forma válida ou superior de conhecimento, visto que pode ser obtido por outros meios e vivências.

Além disso, buscou-se conhecer o tipo de escola frequentada e como era a relação de exposição da sexualidade ou de identidade de gênero durante o ensino médio. Também foram respondidas questões sobre o nível de escolaridade da mãe, pai e/ou responsável.

Em relação ao nível de escolaridade, foi perguntado o nível mais alto, considerados os seguintes níveis: não possui escolaridade, fundamental I (completo e incompleto), fundamental II (completo e incompleto), ensino médio (completo e incompleto), ensino universitário (completo, incompleto cursando e incompleto trancado), especialização completa, mestrado completo e doutorado completo. O Gráfico 15 apresenta o percentual de respostas para cada um dos níveis. Ressalta-se que para esta questão houve 15.326 respostas válidas.

GRÁFICO 15: QUAL O SEU NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ALTO?



NÚMERO DE RESPOSTAS: 15326

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de porcentagem sobre o nível de escolaridade mais alto de respondentes, mostrando que 0,03% não sabem, 0,12% possuem o Ensino Fundamental 1 incompleto, 0,12% possuem o Ensino Fundamental 1 completo, 0,38% possuem o Ensino Fundamental 2 incompleto, 0,47% possuem o ensino fundamental 2 completo, 4,18% possuem o ensino médio incompleto, 18,80% possuem o ensino médio completo, 7,67% possuem o ensino universitário incompleto e trancado, 37,56% possuem o ensino universitário incompleto e cursando, 18,41% possuem o ensino universitário completo, 7,91% possuem Especialização ou MBA completo, 3,31% possuem o mestrado completo e 1,03% possuem o doutorado completo.

Observa-se que a maior parcela das pessoas LGBTI+ participantes desta pesquisa está cursando ensino universitário (37,56%). Apenas 0,03% não possui escolaridade registrada, 1,09% cursaram apenas o ensino fundamental, destes 0,12% possui o fundamental I incompleto, 0,12% possui o fundamental I completo, 0,38% ensino fundamental II incompleto, 0,47% ensino fundamental II completo. Tem-se que 22,98% cursaram até o ensino médio, 4,18% com ensino médio incompleto e 18,80% concluíram o ensino médio. Mais da metade, 63,64%, cursaram ou estão cursando o nível universitário, destes 37,56% estão cursando,

7,67% trancaram o curso e 18,41% concluíram.

Em comparação com os resultados do Censo 2010, considerando pessoas de 10 anos ou mais de idade por nível de instrução, tem-se que 5,31% da população LGBTI+ possui como maior nível de escolaridade fundamental completo ou médio incompleto em comparação com 17% da população do Brasil. Já para o nível de escolaridade médio completo ou superior incompleto tem-se 63,75% para a população LGBTI+ e 23,45% para a população do Brasil, e para o nível superior completo tem-se 30,25% para a população LGBTI+ e 8,31% para a população brasileira (IBGE, 2012d).

É válido cruzar tais resultados da presente pesquisa com os dados trazidos pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT, 2016) em relatório sobre as experiências de jovens LGBTI+ nos ambientes educacionais brasileiros. De acordo com a pesquisa, 24,5% de estudantes entrevistadas/os/es tinham a aspiração de concluir um curso de graduação, enquanto outros 65,2% afirmaram ainda pretender fazer uma pós-graduação. Entretanto, houve uma probabilidade maior de estudantes que vivenciaram níveis de discriminação no ambiente escolar não pretenderem continuar os estudos após o ensino médio, o que evidencia como agressões verbais e físicas e violência, sem medidas adequadas para combater tal cenário, podem levar a uma insegurança entre estudantes LGBTI+ (ABGLT, 2016).

Já Teixeira e Cardoso (2017), em estudo sobre fatores relacionados a homens gays, apontam que a maior permanência na escola entre homossexuais em comparação com heterossexuais poderia estar relacionada com os seguintes elementos: não terem filhas/os/es precocemente, a consideração de que devem superar barreiras advindas do preconceito social, e a percepção de que os estudos são a porta de entrada para uma sociedade mais igualitária.

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

GRÁFICO 16: ONDE VOCÊ CURSOU O ENSINO MÉDIO?



54,14% ■ SOMENTE EM ESCOLA PÚBLICA
 35,15% ■ SOMENTE EM ESCOLA PARTICULAR
 5,41% ■ MAIOR PARTE EM ESCOLA PÚBLICA
 5,31% ■ MAIOR PARTE EM ESCOLA PARTICULAR

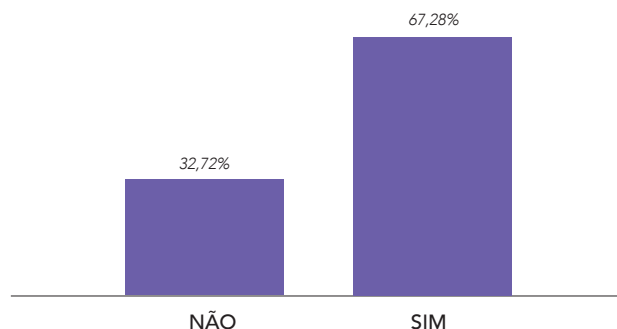
NÚMERO DE RESPOSTAS: 15154

Descrição do Gráfico: Gráfico de rosca de porcentagem sobre onde as pessoas respondentes cursaram o ensino médio, mostrando que 54,14% cursaram somente em escola pública, 35,15% cursaram somente em escola particular, 5,41% cursou a maior parte em escola pública e 5,31% cursou a maior parte em escola particular.

Referente ao tipo de ensino médio, particular ou público, foram consideradas as respostas de quem cursou no mínimo o ensino médio (incompleto), logo foram consideradas 15.461 respostas. Dessas, um pouco mais da metade, 54,14%, cursaram somente em escola pública, 5,41% a maior parte em escola pública, 35,15% somente escola particular e 5,31% maior parte em escola particular. Para essas mesmas pessoas foi questionado se durante o ensino médio a pessoa escondeu ou disfarçou ser LGBTI+, conforme Gráfico 17

41. *Bullying é a prática de atos violentos, intencionais e repetidos, contra uma pessoa, que podem causar danos físicos e psicológicos às vítimas.*

GRÁFICO 17: DURANTE O ENSINO MÉDIO, VOCÊ ESCONDEU SER OU DISFARÇOU NÃO SER LGBTI+?



NÚMERO DE RESPOSTAS: 15153

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de porcentagem perguntando se, durante o ensino médio as pessoas respondentes se esconderam ou se disfarçaram por serem LGBTI+, mostrando que 32,72% não se escondeu ou se disfarçou e que 67,28% se escondeu ou se disfarçou.

A maior parte das respostas, 67,28%, demonstram que as pessoas esconderam ser LGBTI+ durante o ensino médio e 32,72% nunca esconderam ser ou não precisaram disfarçaram ser LGBTI+, pois na época não tinham certeza da sua identidade de gênero e/ou orientação sexual.

Das pessoas que esconderam, 52,62% esconderam de todas as pessoas (colegas e agentes de ensino), 8,42% apenas dos colegas, 2,69% da administração pedagógicas (diretoria, coordenação etc), 1,78% apenas de pessoas funcionárias e 1,77% esconderam do corpo docente.

O número elevado de pessoas que se esconderam/disfarçaram durante o ensino médio pode estar associado ao bullying decorrente de pessoas LGBTI+ durante o ensino médio. A Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, realizada em 2015 pela Secretaria de Educação da

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

ABGLT (2016), mostra que 73% dos jovens LGBTI+ foram agredidos verbalmente pela sua orientação e 27% agredido fisicamente, 68% agredido verbalmente pela sua identidade e 25% agredidos fisicamente. Além disso, 36% sentiram ineficaz a resposta de agentes de ensino para impedir agressões.

O bullying escolar não ocorre apenas com crianças e adolescentes LGBTI+, mas ao comparar estudos com grupos específicos com pesquisas que envolvem a totalidade dos estudantes, é possível verificar que o percentual de LGBTI+ que sofrem agressões físicas, verbais ou indiretas (isolamento e exclusão social) é maior que a população geral de estudantes. Um estudo sobre bullying escolar realizado em Santa Catarina, com participação de estudantes independente da orientação sexual e identidade de gênero, apontou que 35% relataram terem sofrido algum tipo de violência no ambiente escolar (ZEQUINÃO; MEDEIROS; PEREIRA; CARDOSO, 2016). Portanto, esse número é inferior aos 73% de jovens LGBTI+ que sofreram agressão verbal pela orientação sexual, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil (ABGLT, 2016).

A estratégia de esconder ou disfarçar ser LGBTI+ no período escolar não é uma possibilidade para todos, pois há os grupos de pessoas que já trazem evidenciado no corpo e comportamentos a sua condição. Para essas pessoas LGBTI+, as opções são a evasão escolar ou a convivência com a LGBTIfobia. Andrade (2012), em sua tese de doutorado, identificou os processos de assujeitamento e resistência de travestis nas escolas estaduais do Ceará, estado onde, de acordo com a pesquisa, do total de 184 municípios, apenas 25 possuem homens e mulheres trans e travestis matriculadas. Nessa perspectiva, considerando que muitos LGBTI+, em especial a população de travesti e trans,

sequer acessam a escola, a autora aponta os processos de submissão das travestis às regras escolares, a exemplo do uso do banheiro e a chamada feita pelo nome de registro, e conclui:

As resistências ou assujeitamentos podem ser opostos e complementares simultaneamente, pois mesmo ao se assujeitar as travestis estão fazendo uso de tática para permanecer na escola, promovendo uma crise na forma tradicional como é conduzida esta em relação aos gêneros, induzindo mesmo que paulatinamente mudanças e aberturas no presente e no futuro (ANDRADE, 2012, p. 247).

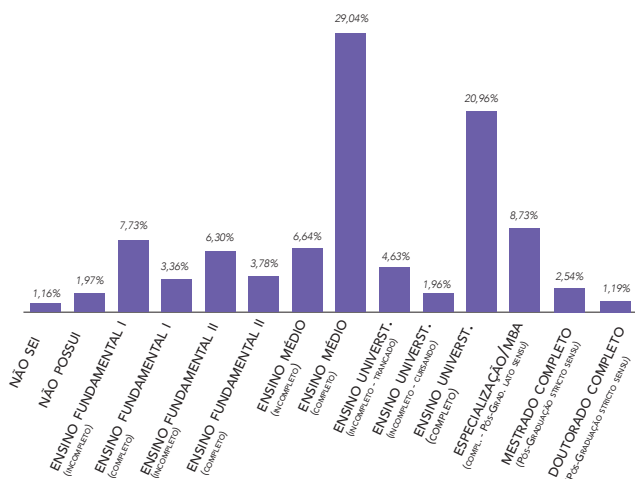
Nessa mesma direção, uma pesquisa realizada com estudantes de uma escola de ensino médio do estado do Mato Grosso do Sul (NEVES; BATISTA; LEVANDOSKI, 2020) apontou que 71,5% de estudantes apoiam as regras que proíbem as travestis de frequentarem a escola vestidas como mulher. Esse mesmo estudo concluiu que 79,4% aceitariam ter amigos gays desde que não apresentem traços femininos, sendo que desse total, 30% se identificaram como homossexuais e 10,5% como bissexuais. Em relação às lésbicas, 19,4% de estudantes que se identificaram como héteros e 20% dos que se apresentaram como homossexuais declararam que não teriam amizade com lésbicas com traços masculinos.

Nesses termos, a realidade do espaço escolar é contraditória, pois diz que acolhe pessoas LGBTI+ com o discurso de proteção, ao mesmo tempo que as normas institucionais e de convivência as submetem a um processo de rejeição e humilhação recorrente. Isso ocorre porque, em um cenário social e político que produz e reproduz a LGBTIfobia, a escola proporciona o encontro de pessoas jovens que buscam afirmação pessoal e social por meio da defesa de suas crenças e valores aprendidos na família, igreja e comunidade, ou seja, “a escola, também reproduz padrões sociais, coloniza

concepções, valores, lugares sociais, atuando assim na fabricação de sujeitos, influenciando seus corpos e identidades” (SANTOS; LAGE, 2018, p. 101).

Logo, os resultados dos estudos realizados por meio de dados nacionais de estudantes e das pesquisas desenvolvidas nos estados de Santa Catarina, Ceará e Mato grosso do Sul apontam para a mesma realidade de agressões e isolamento vivenciadas por pessoas LGBTI+, que, por sua vez, justificam a postura dos estudantes de esconder ou disfarçar ser LGBTI+ no ambiente escolar.

GRÁFICO 18: EM RELAÇÃO A MÃE OU PRIMEIRA PESSOA RESPONSÁVEL, QUAL O NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ALTO?



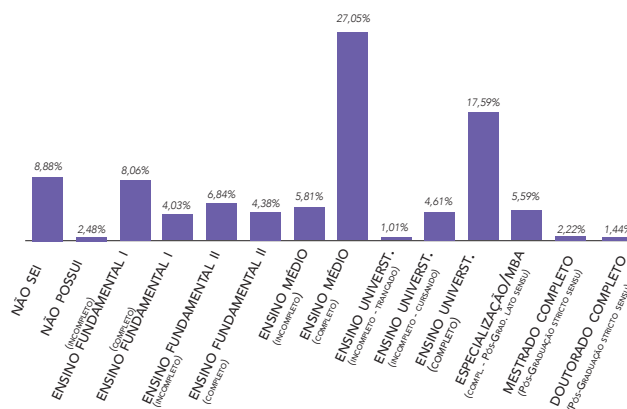
NÚMERO DE RESPOSTAS: 15326

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de porcentagem sobre o nível de escolaridade mais alto em relação a mãe ou primeira pessoa responsável de respondentes, mostrando que 0,03% não sabem, 1,97% não possuem,, 7,73% possuem o Ensino Fundamental 1 incompleto, 3,36% possuem o Ensino Fundamental 1 completo, 6,30% possuem o Ensino Fundamental 2 incompleto, 3,78% possuem o ensino fundamental 2 completo, 6,64% possuem o ensino médio incompleto, 29,04% possuem o ensino médio completo, 4,63% possuem o ensino universitário incompleto e trancado, 1,96%

possuem o ensino universitário incompleto e cursando, 20,96% possuem o ensino universitário completo, 8,73% possuem Especialização ou MBA completo, 2,54% possuem o mestrado completo e 1,19% possuem o doutorado completo.

Referente à educação da mãe ou da primeira pessoa responsável, Gráfico 18, tem-se que 21,17% cursou apenas o ensino fundamental, 7,73% apenas o fundamental I incompleto, 3,36% apenas o fundamental I completo, 6,3% o fundamental II incompleto, 3,78% o fundamental II completo. Além disso, 35,68% das mães ou das primeiras pessoas responsáveis cursou até o ensino médio, sendo 29,04% com o ensino médio completo e 6,64% com ensino médio incompleto. Ainda, 27,55% está cursando ou cursou o ensino universitário; desses, 20,96% possui curso universitário finalizado, 4,63% possui um curso trancado e 1,96% estão cursando. E 12,46% possui uma pós-graduação, sendo que 8,73% possui uma especialização ou MBA, 2,54% possui mestrado e 1,19% possui doutorado. Apenas 1,97% não possuem escolaridade e 1,16% não sabem.

GRÁFICO 19: EM RELAÇÃO AO PAI OU SEGUNDA PESSOA RESPONSÁVEL, QUAL O NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ALTO?



NÚMERO DE RESPOSTAS: 15326

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de porcentagem

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

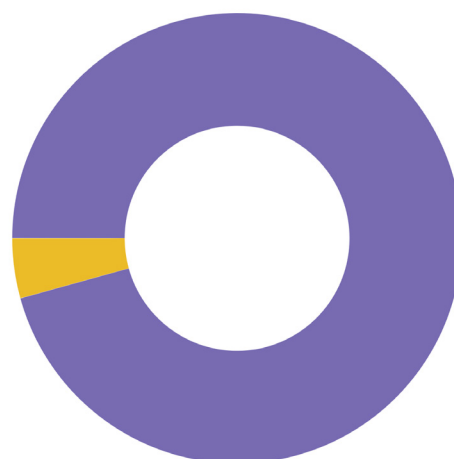
sobre o nível de escolaridade mais alto em relação ao pai ou segunda pessoa responsável de respondentes, mostrando que 8,88% não sabem, 2,48% não possuem, 8,06% possuem o Ensino Fundamental 1 incompleto, 4,03% possuem o Ensino Fundamental 1 completo, 6,84% possuem o Ensino Fundamental 2 incompleto, 4,38% possuem o ensino fundamental 2 completo, 5,81% possuem o ensino médio incompleto, 27,05% possuem o ensino médio completo, 1,01% possuem o ensino universitário incompleto e trancado, 4,61% possuem o ensino universitário incompleto e cursando, 17,59% possuem o ensino universitário completo, 5,59% possuem Especialização ou MBA completo, 2,22% possuem o mestrado completo e 1,44% possuem o doutorado completo.

Por último, para educação do pai ou da segunda pessoa responsável, Gráfico 19, tem-se que 23,31% cursaram apenas o ensino fundamental, sendo desses 8,06% o fundamental I incompleto, 4,03% o fundamental I completo, 6,84% o fundamental II incompleto e 4,38% o fundamental II completo. Ainda, 33,86% cursaram até o ensino médio, sendo 27,05% completo e 5,81% incompleto. Já em nível universitário, 23,31% estudaram/estudam, 17,59% possui esse nível completo, 4,61% trancaram um curso e 1,01% estão cursando. Apenas 9,26% possui uma pós-graduação, sendo 5,59% com especialização/MBA, 2,22% mestrado e 1,44% doutorado. Além disso, 8,88% não sabiam responder o nível de escolaridade e 2,48% não possui escolaridade, percentuais maiores em comparação com mãe/primeiro responsável.

FILIAÇÃO

O PRESENTE TÓPICO VISA APRESENTAR OS DADOS ACERCA DA POPULAÇÃO LGBTI+ BRASILEIRA QUE TEM FILHAS/OS/ES. Para isso, perguntou-se, inicialmente, se a pessoa tinha ou não filhas/os/es, conforme Gráfico 20. Em caso de positivo, a quantidade de adotadas/os/es e de biológicas/os/es, vide Gráficos 21 e 22.

GRÁFICO 20: POSSUI FILHAS/OS/ES?



95,71% ■ NÃO

4,29% ■ SIM

NÚMERO DE RESPOSTAS: 15326

Descrição do Gráfico: Gráfico de rosca de porcentagem de respondentes que possuem filhas/os/es, mostrando que 95,71% não possui e 4,29% possui.

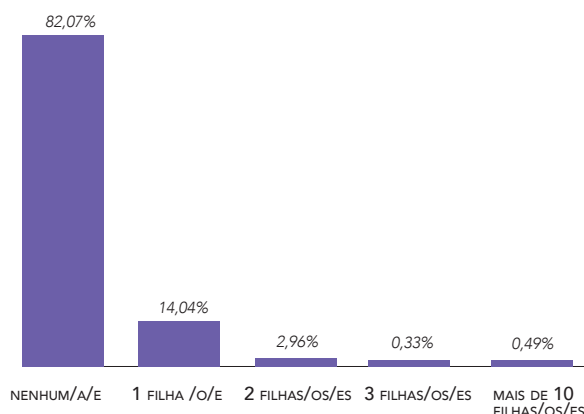
Como resposta a esse questionamento, tem-se o Gráfico 20, no qual 95,71% responderam que não possuem filhas/os/es, ao passo que 4,29% responderam positivamente à pergunta.

Um apontamento interessante surge ao cruzar os dados referentes à vivência em companhia de cônjuge ou companheira/o/e e as respostas afirmativas a respeito de ter filhas/os/es: verifica-se 50,84% das pessoas que têm filhas/os/es vivem em companhia de cônjuge ou companheira/o/e, enquanto 31,51% não vivem no momento, mas já viveram anteriormente, e 17,66% nunca viveram.

Para as pessoas que responderam positivamente à pergunta anterior, perguntou-se, ainda, qual a quantidade de filhas/os/es.

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

GRÁFICO 21: QUAL A QUANTIDADE DE FILHAS/OS/ES ADOTIVAS/OS/ES?



NÚMERO DE RESPOSTAS: 608

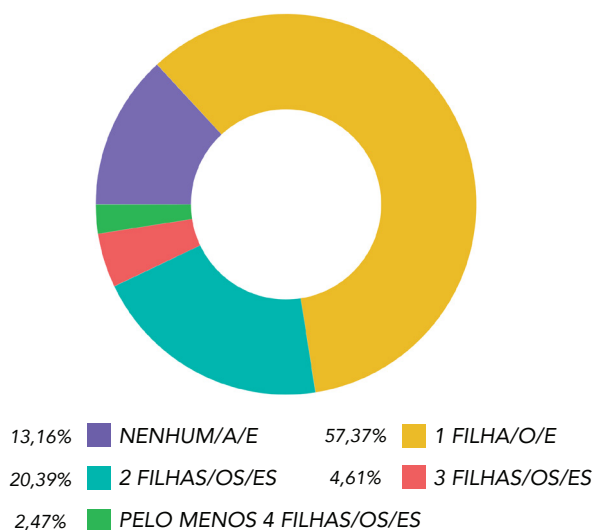
Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de respondem que indicaram possuir filhas/os/es com a porcentagem da quantidade de filhas/os/es adotivas/os/es, mostrando que 82,07% nenhum filha/o/e, 14,14% 1 filha/o/e, 2,96% 2 filhas/os/es, 0,33% 3 filhas/os/es e 0,49% mais de 10 filhas/os/es.

Conforme o Gráfico 21, é possível perceber que os grupos com maior quantidade de respondentes foram: o composto por pessoas que afirmaram que não tinham filha/o/e adotada/o/e, o que representa 82,07% de respondentes, seguido do grupo composto por pessoas que afirmaram que possuíam 1 filha/o/e adotiva/o/e, 14,14% e o grupo composto de respondentes que afirmaram que possuíam 2 filhas/os/es, 2,96%.

O grupo de pessoas que afirmaram que possuíam mais de 10 filhas/os/es adotivas/os/es representa 0,49% de respondentes. Destaca-se que as possibilidades foram inseridas pelas próprias pessoas respondentes, por isso há um grande contraste numérico entre as categorias. Logo em seguida, tem-se 0,33% de pessoas que possuem 3 filhas/os/es adotivas/os/es.

Perguntou-se, ainda, às pessoas respondentes que declararam que possuíam filhas/os/es, qual a quantidade de biológicas/os/es. As respostas obtidas estão representadas no Gráfico 22.

GRÁFICO 22: QUAL A QUANTIDADE DE FILHAS/OS/ES BIOLÓGICAS/OS/ES?



NÚMERO DE RESPOSTAS: 608

Descrição do Gráfico: Gráfico de rosca de respondentes que indicaram possuir filhas/os/es com a porcentagem da quantidade de filhas/os/es biológicas/os/es, mostrando que 13,16% nenhum filha/o/e, 59,38% 1 filha/o/e, 20,39% 2 filhas/os/es, 4,61% 3 filhas/os/es e 2,47% que têm pelo menos 4 filhas/os/es.

Constata-se que 59,38% possuem 1 filha/o/e biológica/o/e, já as pessoas que possuem 2 filhas/os/es representam 20,39% e, o terceiro grupo com maior quantidade de respostas é o das pessoas que não possuem filhas/os/es biológicas/os/es, com 13,16%. Em seguida, o quarto grupo é o com 3 filhas/os/es, 4,61%. Por fim, estão as pessoas que têm pelo menos 4 filhas/os/es biológicas/os/es, com 2,47% das respostas.

De modo geral, dentre as pessoas que têm filhas/os/es, verifica-se que 70,17% possuem 1 filha/o/e, 22,29% possuem 2 filhas/os/es, 4,71% possuem 3 filhas/os/es e 2,83% têm pelo menos 4 filhas/os/es.

A adoção legal por casais de pessoas de mesmo gênero é juridicamente possível no Brasil. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) elenca os requisitos objetivos e subjetivos

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

para que uma pessoa adote uma criança no País. O diploma legal não possui qualquer dispositivo que menciona a orientação sexual ou identidade de gênero da/do/de adotante como possível impeditivo para adoção. Entretanto, caso duas pessoas desejem adotar em conjunto, elas precisam estar em união estável ou casadas. Por isso, casais formados por pessoas do mesmo gênero só obtiveram o direito de adotar em conjunto em 2011, quando o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união estável desse grupo. Ressalta-se que, apenas em 2013, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 175/2013, que obrigou os cartórios a celebrarem o casamento entre pessoas do mesmo gênero.

Outra alternativa para casais LGBTI+ são os métodos de concepção alternativos, como a inseminação artificial. Acredita-se que os casais de mesmo gênero, tanto de homens quanto de mulheres, buscam mais a adoção do que os métodos biológicos, especialmente em razão do alto custo financeiro para se acessar essa possibilidade (ZAMBRANO, 2006). Entretanto, dentre os que decidem buscar a gravidez, as pessoas com útero possuem maior autonomia para acessar essa opção, vez que podem obter o esperma em bancos e engravidar (ZAMBRANO, 2006). Pesquisas realizadas ao

redor do mundo mostram que a maioria dos homens gays buscam a adoção e que o método de inseminação artificial possui maior demanda por mulheres lésbicas⁴². Ademais, algumas pessoas da população T não optam por esse método por entenderem que ele reforça a “parentalidade” associada à necessidade de um sêmen ou óvulo (ZAMBRANO, 2006), mantendo uma ordem vigente de família.

Por mais que a adoção e os métodos de concepção alternativos sejam jurídica e cientificamente possíveis para pessoas LGBTI+, a faixa etária e as dificuldades histórico-sociais e psicológicas são fatores que possivelmente explicam o número baixo de respondentes que possuem filhas/os/es, como é observado no Gráfico 20.

O ideal de família presente no imaginário da sociedade brasileira é baseado em uma concepção religiosa, baseado na tríade heterossexualidade-casamento-filiação (ARAN; CORRÊA, 2004), condenando a parentalidade por pessoas LGBTI+. Bento (2006) afirma que é sacralizada nos indivíduos a família heterossexual e com laços sanguíneos. De acordo com Danièle Hervieu-Léger (2003 apud ZAMBRANO, 2006), a reprovação seria o principal motivo para a invisibilidade dessas famílias constituídas por mães e pais gays, lésbicas, bissexuais, travestis e trans. Mais ainda, a defesa de um modelo único entendido como a “família nuclear” (ZAMBRANO, 2006), ou seja, o modelo hétero-cis parental, ocasionando na recusa do reconhecimento das demais formas de família, é mais uma forma de preconceito contra a população LGBTI+ (NADAUD, 2002 apud ZAMBRANO, 2006).

Com relação à parentalidade LGBTI+, perpetuam-se discursos que acreditam na necessidade de uma figura “masculina” e “feminina” para o devido desenvolvimento de uma criança. Indo mais além, existem pessoas que erroneamente defendem que uma criança

42. “Tarnovski (2003), em sua pesquisa realizada com homens que se identificavam como gays, em Florianópolis, refere que existe pouca demanda de novas tecnologias reprodutivas por parte de homens, sendo a adoção formal ou informal a forma de acesso à parentalidade mais procurada. Uziel (2002) mostra que a maior incidência de pedidos de adoção, no Rio de Janeiro, é feita por homens. Dos oito casos analisados por ela, apenas um era apresentado por mulher. Os dados de Eugênio (2003) apontam uma demanda maior de inseminação artificial por mulheres lésbicas, em seus projetos parentais. Sousa (2005) relata que, no Canadá, prevalece a busca de novas tecnologias por mulheres lésbicas, enquanto no Brasil, a maioria das famílias lésbicas estudadas pela autora é composta pela incorporação dos filhos de relacionamentos heterossexuais anteriores.” (ZAMBRANO, 2006, p. 133).

que possui pais e/ou mães LGBTI+ poderia vir a ser “influenciada” a também ter uma orientação sexual e/ou identidade de gênero diferente da heterocisnormatividade (GARCIA et al., 2007). Pesquisas já constataram que crianças criadas por casais formados por pessoas de mesmo gênero não possuem qualquer falha de desenvolvimento psicossocial (GATO; FONTAINE, 2011).

Essas crenças alimentam na sociedade uma marginalização da parentalidade LGBTI+, podendo ser um desincentivo às pessoas LGBTI+ para optarem por se tornarem pais e/ou mães. Sendo assim, os preconceitos enfrentados por pessoas LGBTI+ que desejam vivenciar a parentalidade pode ser um dos principais fatores que explicam a baixa incidência de respondentes que possuem descendentes diretos.

Ressalta-se que nem todas as pessoas que possuem filhas/os/es são casadas ou possuem uma união estável. No Brasil, é possível a parentalidade unilateral, ou seja, uma pessoa sozinha adotar ou ter uma criança de forma biológica. Por serem distintas do modelo tradicional familiar, pessoas que são pais e/ou mães sozinhas enfrentam apenas por esse motivo preconceitos. Entretanto, quando se trata de pessoas LGBTI+, especialmente as que fazem parte população de travestis e trans, as dificuldades enfrentadas com a discriminação são ainda mais alarmantes, mesmo que não possuam qualquer impedimento legal de adotarem ou de realizarem métodos de contracepção. É uma dupla marginalização: por não ter a/o/e filha/o/e em conjunto com outra pessoa e por ser parte da população LGBTI+.

Outra dificuldade enfrentada é com relação à discriminação institucional. Conforme já mencionado, o regime jurídico atual possibilita a adoção por casais formados por pessoas do mesmo gênero ou individualmente. Porém, a discriminação institucional, de

agentes públicos responsáveis pela realização do processo de adoção legal, que pode vir a ser sofrida por essas pessoas, é um fator que gera um desincentivo para se procurar a via legal da adoção (ZAMBRANO, 2006), o que pode explicar o alto número de pessoas que possuem filhos/as/es, mas nenhum é adotada/o/e (Gráfico 21).

Essa dificuldade é ainda mais alarmante nos casos de pessoas trans. Não apenas um preconceito em razão da transsexualidade, mas também porque a maior parte da população trans e travesti do Brasil hoje está na prostituição⁴³, o que dificulta no processo de adoção legal na fase de avaliação da pessoa que deseja adotar. Assim, muitas pessoas trans buscam a adoção informal, ou seja, acolher crianças de familiares, amigas/os/es/, ou qualquer outra criança sem responsável (ZAMBRANO, 2006). Essa forma de se ter uma criança é muito comum das classes mais baixas brasileiras (ZAMBRANO, 2006), a qual a maior parte da população trans e travestis faz parte.

Analisando de forma combinada os Gráficos 20 a 22, observa-se que a maior parte das pessoas LGBTI+ têm filhas/os/es de maneira biológica, e não adotada. Deve-se ter em mente que uma parcela de pais e/ou mães LGBTI+ tem filhas/os/es frutos de relações heterossexuais anteriores (ZAMBRANO, 2006), nos casos de pessoas gays ou lésbicas que se assumem ou se descobrem em idades mais avançadas.

Além disso, existem as hipóteses de pessoas que fazem parte de um relacionamento composto por uma pessoa com pênis e outra com útero, como no caso de bissexuais, pansexuais, e em relações homossexuais com uma pessoa parceira trans (Ex: homem cis e

43. Estima-se que 90% da população trans tem a prostituição como fonte de renda (ANTRA, 2020).

um homem trans). Nos dados apresentados no presente Relatório, não há como saber a porcentagem de pessoas que se inserem nesse grupo, mas acredita-se que esse seja um dos motivos que explique por que 82,07% das pessoas não possuem nenhum/a/e filha/o/e adotiva/o/e (Gráfico 21), mas 86,84% com pelo menos 1 filha/o/e de forma biológica (Gráficos 22).

Assim, o alto índice de filhas/os/es biológicas/os/es pode ser explicado por serem fruto de relações anteriores ou pela utilização de métodos conceptivos alternativos que, no entanto, têm alto custo financeiro e podem ser empregados apenas por uma parcela da população LGBTI+. Em adicional, o alto índice de pessoas sem filha/o/e adotiva/o/e, para além da questão de a concepção ser possível para uma variedade de vivências LGBTI+, a possibilidade de preconceito institucional durante o processo de adoção pode ser um grande desincentivo para que pessoas LGBTI+ busquem essa via.

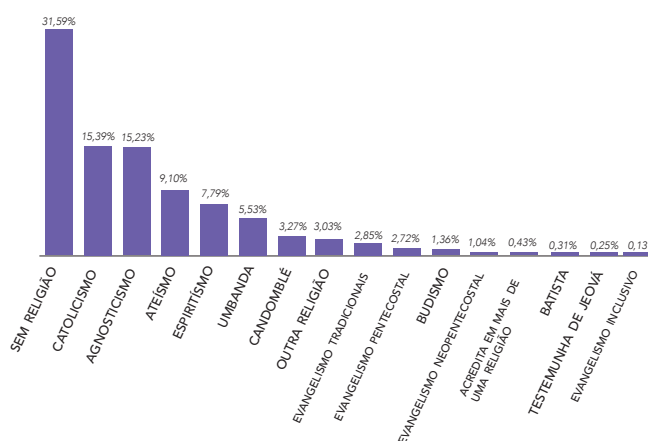
RELIGIÃO

NA TEMÁTICA RELIGIÃO, AS PERGUNTAS SE REFERIAM SOBRE COM QUAL RELIGIÃO AS PESSOAS LGBTI+ se identificavam e qual a regularidade com que frequentavam essa prática. Para a pergunta “Qual a sua religião?” as alternativas foram: Agnosticismo, Ateísmo, Batista, Budismo, Candomblé, Catolicismo, Espiritismo, Evangelismo Tradicionais, Evangelismo Neopentecostal, Evangelismo Pentecostal, Testemunha de Jeová, Umbanda, Sem religião, Outra religião.

Dentro das respostas abertas de “outra religião”, 65 pessoas responderam que acreditavam em mais de uma religião, por esse motivo foi criada uma categoria “Acredita em mais de uma religião” para abranger esse grupo.

De forma similar, 19 pessoas responderam “Evangelismo inclusivo” o que demonstrou necessidade de se criar essa categoria específica. Por outro lado, 272 respostas não foram consideradas para a análise por ausência ou insuficiência de informações capazes de evidenciar uma religião específica, visto que não foi possível enquadrar a resposta em um microsistema.

GRÁFICO 23: QUAL A SUA RELIGIÃO?



NÚMERO DE RESPOSTAS: 15054

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de porcentagem sobre a religião dos respondentes, mostrando que 31,59% se considera sem religião, 15,39% seguem catolicismo, 15,23% agnosticismo, 9,10% ateísmo, 7,79% espiritismo, 5,53% umbanda, 3,27% candomblé, 3,03% outra religião, 2,85% evangelismo tradicional, 2,72% evangelismo pentecostal, 1,36% budismo, 1,04% evangelismo neopentecostal, 0,43% acredita em mais de uma religião, 0,31% batista, 0,25% testemunha de jeová e 0,13% evangelismo inclusivo.

As pessoas LGBTI+ que não se identificam com alguma religião corresponderam a 55,92%, ou seja, mais da metade das respostas, sendo 31,59% de pessoas sem religião⁴⁴, 15,23% são pessoas agnósticas⁴⁵ e 9,1% são pessoas ateias⁴⁶. Em comparação ao cenário nacional, a partir do Censo de 2010 realizado pelo IBGE, já é notável o aumento da proporção de pessoas sem religião.

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

O Censo registrou um total de 8% (15 milhões, em número absoluto) da população que não possui religião, sendo esse um aumento em número absoluto de 2,5 milhões em relação ao Censo de 2000.

Nessa perspectiva, pode-se interpretar que a proporção elevada de pessoas sem religião, agnósticas e ateias entre a população LGBTI+, público alvo da Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+, tem relação com a discriminação e a LGBTIfobia presente em alguns espaços e discursos religiosos.

Para tanto é importante considerar que, na sociedade brasileira, concepções e preceitos religiosos constituíram a base para a instituição da heteronormatividade⁴⁷ (SILVA; BARBOSA, 2016). Natividade e Oliveira (2009) destacam a prevalência no cenário religioso brasileiro de posições adversas a indivíduos LGBTI+, desqualificando manifestações de sexualidade e de gênero que sejam dissidentes da norma. A reiteração da heterossexualidade compulsória em discursos religiosos se manifesta de maneiras e em graus distintos, desde o total silêncio acerca da diversidade sexual e de gênero, até a produção de estereótipos que operam para subjugar pessoas LGBTI+, tomando crenças e valores religiosos como justificativa para formas de

opressão (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2009).

Apesar do pluralismo religioso presente no Brasil, o pertencimento cristão, em suas várias correntes, domina e impõe suas representações arcaicas sobre gênero e sexualidade, segundo Felipe Bruno Martins Fernandes (2013). As imagens sobre as pessoas LGBTI+ presentes em discursos religiosos caracterizam tais pessoas como promíscuas e perigosas, defendendo que sejam combatidas, uma vez que ameaçam os valores religiosos hegemônicos (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2009). Ademais, também é frequente a percepção da diversidade sexual e de gênero não como uma identidade, mas como um sintoma de uma anomalia ou pecado, sendo suas manifestações “práticas referidas como “anormais”, “anômalas”, “pervertidas”, “mórbidas”, “obscenas”, portanto, “antibíblicas” e “antinaturais”” (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2009, p. 149). Não se pode ignorar também as concepções religiosas fundamentalistas, que ainda defendem a ideia de que é possível “livrar” as pessoas dessa “doença espiritual”, tal como algumas iniciativas de “acolhimento” de pessoas LGBTI+, visando o seu engajamento em um processo de regeneração moral e de eliminação de tal “marca” por meio de exorcismos, curas ou terapias de conversão (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2009; SILVA; BARBOSA, 2016).

As recentes transformações culturais ligadas ao reconhecimento e à visibilidade da população LGBTI+ no Brasil também têm desencadeado movimentos contrários a essas conquistas, que ultrapassam a esfera privada e adentram o

44. *Contempla pessoas que não estão vinculadas a uma instituição religiosa. Em 18 relatos houve resposta como “outra religião”, por exemplo: “Apenas creio em Deus, sem igreja”. Nesses casos, foi possível realocar para a categoria “Sem religião”, uma vez que é colocada de forma explícita a não identificação com alguma religião. Tais respostas reforçam a sensibilidade da temática da religião em nossa sociedade, pois muitos preferiram compartilhar o que acreditavam, suas experiências, mesmo que concluindo não possuírem religião, ao invés de selecionar a resposta “Sem religião” presente no questionário.*

45. *O agnosticismo afirma que a questão da existência de divindades ainda não foi decidida, ou não pode ser decidida, de acordo com a Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos (ATEA, s.d.).*

46. *Ateísmo é a ausência de crença em quaisquer divindades (ATEA, s.d.).*

47. *O conceito de heteronormatividade, cunhado por Michael Warner (1991), consiste em uma ordem social em que as expectativas, as demandas e as obrigações sociais derivam do pressuposto da heterossexualidade como fundamento da sociedade. A heteronormatividade se expressa através de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, impondo um modelo supostamente superior da heterossexualidade, que desqualifica e subordina modos de vivência de sexualidade e de gênero que sejam dissidentes a essa norma (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2009).*

espaço público, como observado em segmentos religiosos conservadores mais radicais que não só subtraem a legitimidade das identidades LGBTI+, como também são contrários às reivindicações por cidadania desse grupo, “desde o direito à expressão pública de afeto até a possibilidade de adoção conjunta de crianças por casais de pessoas do mesmo sexo⁴⁸” (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2009, p. 158).

Nesse contexto, políticas e programas voltados para a população LGBTI+ são vistos como motivo de preocupação por lideranças religiosas e políticas ligadas a igrejas evangélicas, especialmente quando voltados para a orientação sexual na educação básica, uma vez que, segundo seus críticos, ameaçariam a família e os valores cristãos, gerando um “pânico moral” reforçado por lideranças religiosas (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2009). Cabe ressaltar também o crescimento da participação de pessoas religiosas cristãs no Legislativo e em outras instâncias de tomadas de decisão, pressionando o Estado brasileiro pela marcação e manutenção de valores religiosos cristãos para toda a sociedade, independentemente das crenças das pessoas (FERNANDES, 2013).

Por outro lado, é necessário destacar a existência de perspectivas diversas que variam entre religiões distintas, assim como no interior de uma mesma denominação ou de um grupo local (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2009). Natividade e Oliveira (2009) apontam que há religiões em que há espaço para uma relativa valorização da diversidade sexual e de gênero, tais como as afro-brasileiras, além de vozes e iniciativas dissidentes no interior das religiões cristãs, que flexibilizam as prescrições normativas voltadas para pessoas LGBTI+. Um exemplo dessa vertente minoritária é a

recente emergência de “igrejas inclusivas”, que formulam uma nova teologia de aceitação das diversidades sexuais e de gênero, reinterpretadas como uma “criação de Deus”, uma benção divina, e não mais um pecado (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2009). De qualquer maneira, não se pode ignorar a predominância de discursos religiosos contrários à população LGBTI+, sendo necessário refletir como as pressões religiosas contra as identidades consideradas “anormais” podem impactar a subjetividade humana, tanto na construção da sua própria identidade como pessoa, quanto na formação das suas crenças religiosas (SILVA; BARBOSA, 2016).

De acordo com o Gráfico 23, entre os 44,08% de pessoas LGBTI+ que declararam ter uma religião, 15,39% se consideram pessoas católicas, 7,79% espíritas, 5,53% umbandistas, 3,27% candomblecistas, 0,25% testemunhas de Jeová e, entre as pessoas evangélicas, que totalizaram 7,04%, quando somadas as categorias Evangelismo Tradicionais (2,85%), Evangelismo Pentecostal (2,72%), Evangelismo Neopentecostal (1,04%), Batista (0,31%) e Evangelismo Inclusiva (0,13%). A categoria “outra religião” abrangeu 3,03% das respostas totais, essa categoria, de modo geral, abarcou a religião Judaica, religiões Neopagãs, como Wicca, Politeísmo e Xamânicas.

Pessoas católicas e espíritas são a maioria entre as pessoas LGBTI+ religiosas, seguindo em concordância com o cenário geral brasileiro, no qual 65% da população se consideram pessoas católicas e 2% se consideram espíritas, taxa que tem aumentado no decorrer dos anos segundo o IBGE (2010).

As pessoas evangélicas, no cenário geral nacional, representam um total de 17,5%, sendo divididas em evangélicas pentecostal/neopentecostal e evangélicas de Missão, que corresponde à categoria Evangelismo Tradicional nesta pesquisa, sendo o segmento

48. Termo utilizado no texto para se referir a pessoas do mesmo gênero

religioso que mais tem aumentado fiéis ao longo dos anos⁴⁹.

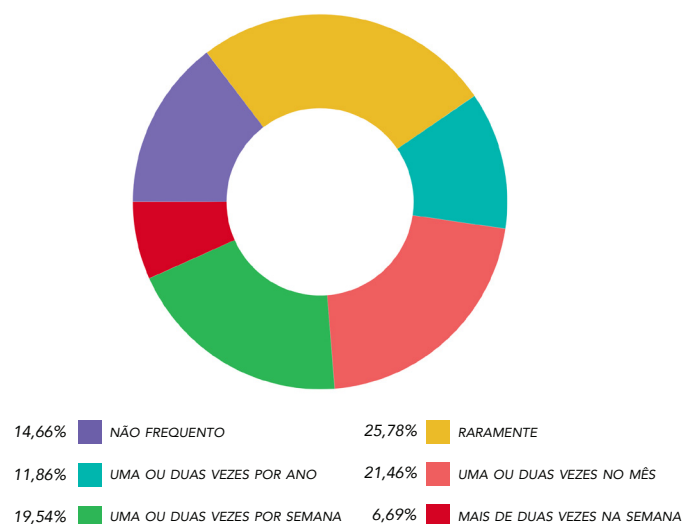
No Censo de 2010, a Umbanda e o Candomblé foram classificados juntos, por serem religiões de matriz africana, assim, a proporção nacional das duas é de 0,3%, enquanto, ao se observar dentre a população LGBTI+, nota-se que as religiões de matriz africana - sendo estas o somatório da Umbanda com o Candomblé - representam 8,8% da totalidade.

Uma hipótese possível que explica o elevado percentual de pessoas LGBTI+ identificadas com essas religiões, em comparação com o cenário nacional, diz respeito à maneira que as religiões africanas acolhem as vivências desse grupo. Nascimento e Costa (2015) afirmam que os terreiros são espaços abertos para as expressões de pessoas LGBTI+, havendo inclusive pessoas adeptas que acreditam em “divindades homossexuais”, com base nas concepções de espiritualidade dessas religiões. Além de ser um espaço receptivo, afirmam que essas religiões auxiliam na construção da identidade das pessoas, em que a desconstrução de gênero é uma meta para grande parte da população LGBTI+. Assim, esse ambiente de acolhimento gera maior sentimento de pertencimento, pois proporciona a essas pessoas um espaço físico de sociabilidade no qual podem conectar suas identidades com a sua religiosidade.

Por sua vez, as pessoas budistas representaram 1,36% e as pessoas que acreditam em mais de uma religião representaram 0,43% do total. O fenômeno de “duplo pertencimento religioso” é característico do Brasil, especialmente com

relação às religiões de matrizes africanas e as católicas, por motivos histórico-coloniais. Desse modo, por mais que seja um número baixo de pessoas na categoria de pessoas que acreditam em mais de uma religião, cabe ressaltar que esse pertencimento as duas religiões gera uma subnotificação de participantes das religiões afro-brasileiras (FERNANDES, 2013).

GRÁFICO 24: COM QUAL ASSIDUIDADE VOCÊ FREQUENTA SUA RELIGIÃO?



NÚMERO DE RESPOSTAS: 6636

Descrição do Gráfico: Gráfico de rosca de porcentagem da assiduidade que a pessoa frequenta sua religião, mostrando que 25,78% raramente frequentam sua religião, 21,46% frequentam uma ou duas vezes por mês, 19,54% vão uma ou duas vezes na semana, apenas 6,69% mais de duas vezes na semana, 11,86% uma ou duas vezes por ano e 14,66% responderam não frequentam.

49. No Censo de 2000, pessoas evangélicas representavam 15,4% da população. Em 2010, chegaram a 22,2%, um aumento de cerca de 16 milhões de pessoas (de 26,2 milhões para 42,3 milhões) (IBGE, 2012a).

Já em relação à assiduidade que pessoas LGBTI+ religiosas frequentam sua religião, ou seja, não inclui as pessoas sem religião, ateias e agnósticas, observa-se, a partir do Gráfico 24, que 25,78% raramente frequentam sua religião, 21,46% frequentam uma ou duas vezes por mês. E, quando comparecem de forma mais regular, 19,54% vão uma ou duas vezes na semana e apenas 6,69% frequentam mais de duas vezes na semana. De maneira anual, ou seja, uma ou duas vezes por ano 11,86% das pessoas comparecem, por fim, 14,66% responderam que não frequentam.

A religião pode ser compreendida como um macrosistema, formada pelos valores, tradições, práticas culturais e comportamentos sociais defendidos por ela; e um microsistema formado pela comunidade religiosa frequentada pela pessoa (RIBEIRO; SCORSOLINI-COMIN, 2017).

A variável da frequência que respondentes frequentam a sua religião deve ser analisada principalmente na perspectiva de microsistemas, vez que são pessoas que declararam que se identificam com uma religião e seus valores.

Brevemente, cabe ressaltar que com relação ao fenômeno de pessoas LGBTI+ com crenças religiosas, Ribeiro e Scorsolini-Comin (2017) constataram que muitas delas adaptam os ensinamentos das suas religiões. Isso é realizado por meio de releituras para ressignificar, de modo a compatibilizar suas vivências e identidades aos valores ensinados. Todavia, com relação à comunidade religiosa, ela pode fomentar ou não uma pessoa a frequentar as suas práticas.

O tratamento que uma pessoa LGBTI+ receberá em um espaço religioso, portanto, pode depender mais da

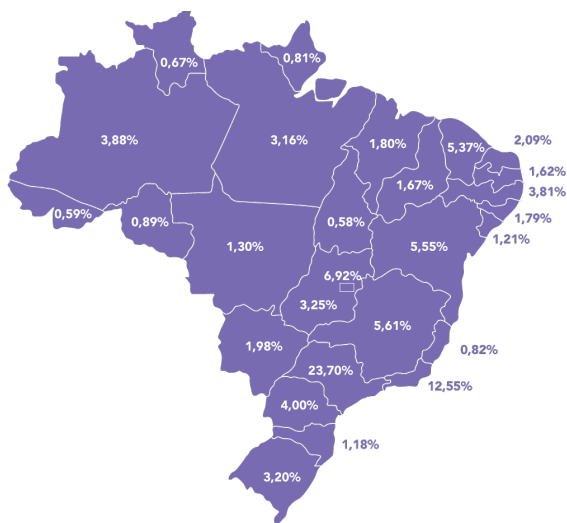
comunidade religiosa local escolhida, do que com a religião em si. Os locais da prática religiosa são espaços de formação de laços sociais, vínculos e rede de apoio, podendo, então, gerar um sentimento de acolhimento ou exclusão. Nesse sentido, pode-se afirmar que a regularidade com que uma pessoa frequenta sua religião pode ter mais relação com a comunidade religiosa do que com as crenças defendidas.

DOMICÍLIO

EM UM PAÍS COM GRANDE EXTENSÃO TERRITORIAL COMO O BRASIL, a visibilidade de demandas e lutas específicas do segmento LGBTI+ é tensionada por barreiras regionais que perpassam certos aspectos culturais. A história do movimento LGBTI+, como é contada por autores como McRae (1990), Facchini (2005; 2013) e Trevisan (2018), focaliza as ações políticas empreendidas nas grandes cidades da região sudeste, porém torna-se necessário pontuar que LGBTI+ estão presentes em todos os estados do país. Suas realidades e experiências são influenciadas pelas dinâmicas regionais que impactam em normas e valores culturalmente localizados.

Nesse contexto de oportunidades diferenciadas que são impactadas pela região e local onde a pessoa vive, torna-se necessário compreender e refletir a respeito das questões relativas à unidade federativa onde vive a pessoa e à moradia. Assim, a presente seção tem como objetivo conhecer onde moram as pessoas LGBTI+ no Brasil. A primeira pergunta da categoria domicílio questionava o estado de residência de cada pessoa respondente⁵⁰. Na tabela abaixo, compilou-se o número total e a porcentagem de participantes para cada um dos estados brasileiros.

IMAGEM 1: DISTRIBUIÇÃO DE RESPONDENTES PELAS UNIDADES FEDERATIVAS

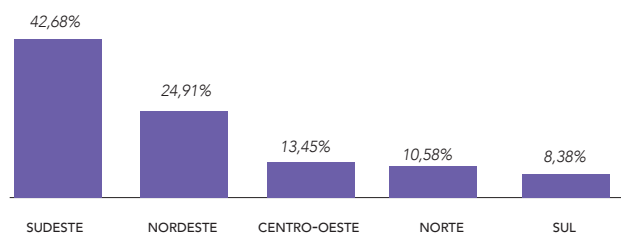


Descrição da Imagem: Mapa do Brasil com porcentagem da distribuição de respondentes pelas Unidades Federativas. Os dados são apresentados na tabela a seguir.

UF	Porcentagem
Acre (AC)	0,59%
Alagoas (AL)	1,79%
Amapá (AP)	0,81%
Amazonas (AM)	3,88%
Bahia (BA)	5,55%
Ceará (CE)	5,37%
Distrito Federal (DF)	6,92%
Espírito Santo (ES)	0,82%
Goiás (GO)	3,25%
Maranhão (MA)	1,80%
Mato Grosso (MT)	1,30%
Mato Grosso do Sul (MS)	1,98%
Minas Gerais (MG)	5,61%
Pará (PA)	3,16%
Paraíba (PB)	1,62%
Paraná (PR)	4,00%
Pernambuco (PE)	3,81%
Piauí (PI)	1,67%
Rio de Janeiro (RJ)	12,55%
Rio Grande do Norte (RN)	2,09%
Rio Grande do Sul (RS)	3,20%
Rondônia (RO)	0,89%
Roraima (RR)	0,67%
Santa Catarina (SC)	1,18%
São Paulo (SP)	23,70%
Sergipe (SE)	1,21%
Tocantins (TO)	0,58%

Com os dados da imagem 1, agruparam-se respondentes por regiões brasileiras, conforme Gráfico 25.

GRÁFICO 25: EM QUAL REGIÃO BRASILEIRA VOCÊ MORA?



NÚMERO DE RESPOSTAS: 15326

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de porcentagem da região brasileira que as pessoas moram, mostrando que 42,68% estão no Sudeste, 24,91% no Nordeste, 13,45% no Centro-Oeste, 10,58% no Norte e 8,38% no Sul.

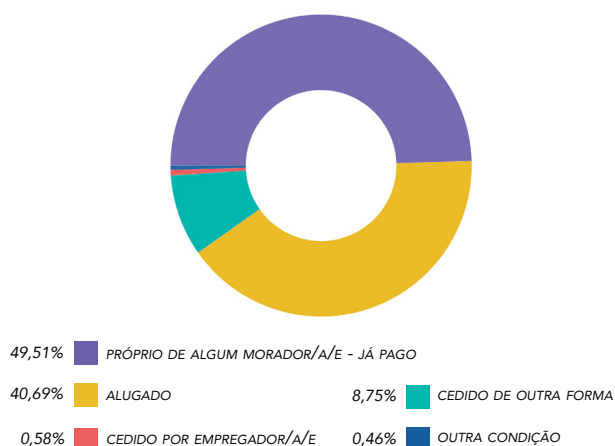
O resultado foi que uma maioria expressiva residia na região Sudeste, totalizando 42,68%; seguido da região Nordeste, com 24,91%; Centro-Oeste, com 13,45%; Norte com 10,58%; e, finalmente, a região Sul, com 8,38%. Observa-se que há um número significativo de LGBTI+ do estado de São Paulo, somando 23,7% do total entre os participantes.

Na sequência, perguntou-se sobre a condição do domicílio das pessoas participantes. A intenção era descobrir se o público vivia, em sua maioria, em residência própria ou alugada.

50. É importante reforçar, conforme indicado na seção de Metodologia, que a pesquisa foi aplicada apenas às capitais das Unidades Federativas Brasileiras.

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

GRÁFICO 26: QUAL A CONDIÇÃO DO SEU DOMICÍLIO?



NÚMERO DE RESPOSTAS: 15166

Descrição do Gráfico: Gráfico de rosca de porcentagem da condição do domicílio da pessoa, mostrando que 49,51% moram em imóvel próprio que já está quitado, 40,69% moram em residência alugada, 8,75% vivem num local financiado e que ainda estão pagando, 0,58% vivem num local cedido por pessoa empregadora e 0,46% vivem em outra condição.

Grande parte das pessoas participantes da pesquisa moram num imóvel próprio que pertence a alguma das pessoas moradoras (pais, avós, cônjuge ou a própria pessoa respondente é responsável pelo domicílio). De todas pessoas respondentes, 49,51% moram em imóvel próprio que já está quitado e 8,75% vivem num local financiado e que ainda estão pagando. Já as que moram em residência alugada totalizaram 40,69%.

As duas últimas categorias – “Cedido por pessoa empregadora” e “Outra condição”- tiveram cada uma menos de 1% de respondentes. Nesta última, foram incluídas pessoas que vivem em comunidades religiosas, moram em imóveis de propriedade da União ou que estão em situação de rua.

Segundo dados gerais da população brasileira fornecidos pelo IBGE (2019), a

porcentagem dos que moram em imóvel próprio quitado é 66,40% - um valor quase 20% maior do que encontra-se nesta pesquisa. Ainda segundo os dados do IBGE (2019), 18,35% da população brasileira aluga sua moradia - em contrapartida dos 40,69% encontrado na pesquisa nacional da TODXS (todes).

ANÁLISES CRUZADAS

COM O INTUITO DE APROFUNDAR A COMPREENSÃO A RESPEITO DO ENTRECruzAMENTO DE MARCADORES SOCIAIS DEFINIDOS A PARTIR DAS CATEGORIAS DO FORMULÁRIO DA PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DA POPULAÇÃO LGBTI+, foi desenvolvida esta seção de análises cruzadas entre as variáveis, sendo que, em alguns pontos, explora-se a interseccionalidade entre os marcadores.

Cunhado em 1989 pela feminista negra Kimberlé Crenshaw (2004), o termo interseccionalidade é utilizado para indicar que os indivíduos são constituídos pelo entrecruzamento de marcadores sociais da diferença, ou seja, é uma forma de entender como as múltiplas formas de desigualdades e opressões combinam-se entre si e estruturam obstáculos para alguns grupos. O termo interseccionalidade pode ser utilizado como uma lente que evidencia como estereótipos de gênero, raça, classe, sexualidade e outros marcadores encontram-se profundamente interconectados entre si (BARBABELA, 2020). A partir de uma análise interseccional, por exemplo, fica evidente que uma mulher negra, pobre e lésbica, em nossa sociedade, estará mais vulnerável que uma mulher branca, classe média e heterossexual ou que uma mulher branca, classe média e lésbica, entre outras.

Buscou-se, assim, estabelecer diálogos que visibilizassem questões que envolvessem (I) a população LGBTI+ indígena, (II) população LGBTI+ Negra, (III) LGBTI+ com deficiência, (IV)

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

o conhecimento público sobre a sociabilidade LGBTI+, (V) nupcialidade, (VI) escolaridade, (VII) filiação e (VIII) religião.

Ressalta-se que a utilização do qualificador “LGBTI+” em primeiro lugar se deu em razão do objetivo do relatório ser o de produção de dados inéditos e confiáveis, a partir de parâmetros mínimos, para o embasamento qualificado acerca de demandas e necessidades de pessoas LGBTI+ em diversas áreas correlatas. Assim, não significa qualquer tentativa de hierarquização em relação aos outros marcadores, pois se reconhece que as vivências são produto da interação dos múltiplos marcadores que, inclusive, vão além dos abordados aqui.

Nos próximos blocos da Pesquisa Nacional, a análise interseccional será aprofundada, fornecendo um panorama acerca de como os marcadores interagem no cotidiano de cada grupo.

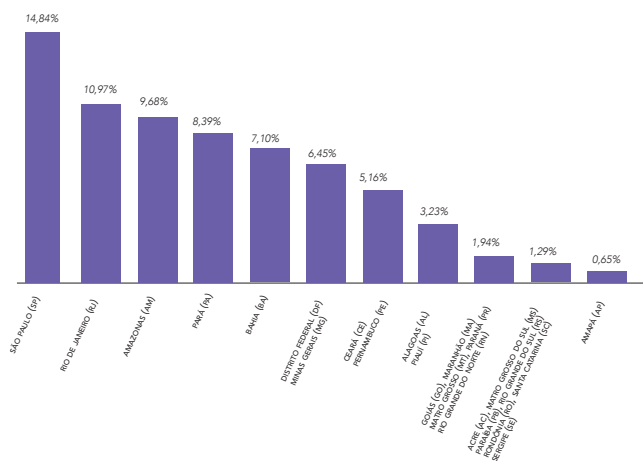
POPULAÇÃO LGBTI+ INDÍGENA

COMO APONTADO ANTERIORMENTE, A PRESENÇA DE PARTICIPANTES INDÍGENAS NA PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DA POPULAÇÃO LGBTI+, vide Gráfico 2, remete-nos para uma nova direção capaz de visibilizar e ecoar as vozes já existentes de pessoas do segmento em diversas regiões do Brasil. Assim, com o intuito de compreender de forma mais aprofundada o perfil de indígenas participantes e em diálogo com as produções acadêmicas recentes sobre a temática, elaboramos este tópico, buscando, ao longo do texto, apontar para as diferentes realidades vividas por cerca de 1,02% de respondentes, o que representa cerca de 155 pessoas. Tais realidades são perpassadas por questões envolvendo orientação sexual, identidade de gênero, escolaridade, religiosidade e outros

marcadores sociais.

A relação entre a unidade da federação onde residem os/as/es indígenas que responderam o questionário e o número de respostas pode ser observada no Gráfico 27.

GRÁFICO 27: DISTRIBUIÇÃO DE RESPONDENTES LGBTI+ INDÍGENAS PELAS UNIDADES FEDERATIVAS



NÚMERO DE RESPOSTAS: 155

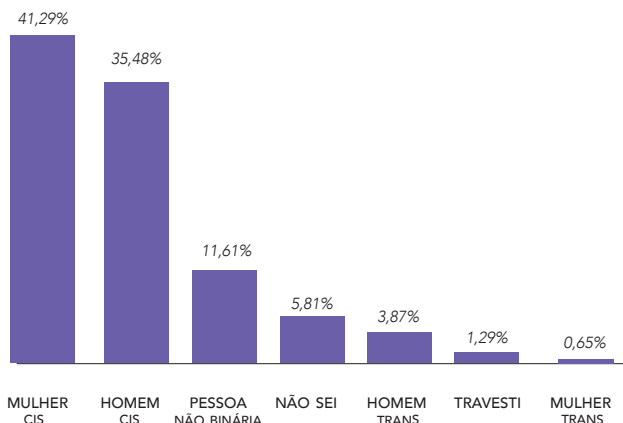
Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de porcentagem mostrando a distribuição de respondentes LGBTI+ indígenas pelas Unidades Federativas mostrando que 14,84% residem em São Paulo, 10,97% no Rio de Janeiro, 9,68% no Amazonas, 8,39% no Pará, 7,10% na Bahia, 6,45% em Distrito Federal e em Minas Gerais, 5,16% no Ceará e em Pernambuco, 3,23% em Alagoas e no Piauí, 1,94% em Goiás, no Maranhão, em Mato Grosso, no Paraná e no Rio Grande do Norte, 1,29% no Acre, em Mato Grosso do Sul, na Paraíba, no Rio Grande do Sul, em Rondônia, em Santa Catarina e em Sergipe, e 0,65% no Amapá.

A maior parte é residente da capital do estado de São Paulo, cerca de 14,84%, seguido por Rio de Janeiro/RJ com 10,97%, Manaus/AM com 9,68% e Belém/PA com 8,39%. Obtivemos informação sobre a presença de indígenas LGBTI+ residentes em 24 das 27 unidades federativas brasileiras. As capitais que não registraram respostas foram Vitória (ES), Boa Vista (RR) e Palmas (TO).

Diferente do encontrado pelo Censo 2010, em que a região norte é a mais habitada por indígenas (IBGE, 2012), houve maior concentração de respostas nesta pesquisa na região Sudeste, com 32,26%, principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Os motivos para tal diferença ainda são incertos. Porém, tem-se como hipótese que ela pode ser explicada a partir de dois eixos, que se relacionam entre si. O primeiro deles refere-se a melhores condições de infraestrutura que possibilitam, por exemplo, um maior acesso a serviços de internet⁵¹ – essencial para responder ao questionário da pesquisa. O segundo, que julga-se ser um desdobramento do primeiro, diz respeito ao contato do indivíduo, tanto com a organização como com a divulgação da pesquisa nas redes sociais.

Com a intenção de compreender de forma mais aprofundada o perfil de indígenas que responderam à pesquisa, selecionaram-se algumas respostas do questionário relativas à identidade de gênero, orientação sexual, escolaridade e religiosidade. O primeiro entrecruzamento de marcadores sociais da diferença que selecionamos para a análise foi com a identidade de gênero de respondentes, vide Gráfico 28.

GRÁFICO 28: IDENTIDADE DE GÊNERO DE RESPONDENTES LGBTI+ INDÍGENAS



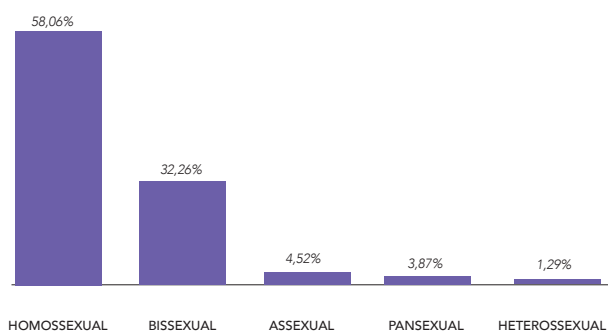
NÚMERO DE RESPOSTAS: 155

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de porcentagem sobre a identidade de gênero de respondentes LGBTI+ indígena, mostrando que 41,29% são mulheres cis, 35,48% são homens cis, 11,61% são pessoas não binárias, 5,81% não sabem, 3,78% são homens trans, 1,29% são travestis e 0,65% são mulheres trans.

A maior parte dos indivíduos que participou da pesquisa foram mulheres cis, representando 41,29%, seguidas por homens cis com 35,48% e pessoas não binárias com 11,61%. Houve baixa participação de indígenas trans e travestis, o que pode ser explicado pelo cenário de uma dupla exclusão e invisibilidade a que essas pessoas estão expostas em nossa sociedade, tanto por serem LGBTI+ como por serem indígenas, vide Gráfico 28.

Um dado interessante que se deve pontuar diz respeito à não identificação ou ao entendimento de algumas pessoas respondentes em relação à sua identidade. Foram 9 casos que responderam “Não sei” quanto à sua identidade de gênero.

GRÁFICO 29: ORIENTAÇÃO SEXUAL DE RESPONDENTES LGBTI+ INDÍGENAS



NÚMERO DE RESPOSTAS: 155

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras em relação à orientação sexual de respondentes LGBTI+ indígena, mostrando que 58,06% se considera homossexual, 32,26% bissexual, 4,52% assexual, 3,87% pansexual e 1,29% heterossexual.

51. A região Sudeste do Brasil apresenta um índice de 75% de domicílios com acesso à internet (NIC.BR,2020).

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

No que tange à orientação sexual, a maior parte de indígenas que responderam à pesquisa declarou-se como homossexual (gays e lésbicas) e representaram 58,06% da amostra, seguidos por bissexuais com 32,26%, assexuais com 4,52% e pansexuais com 3,87%. Além disso, 1,29% respondentes, o que representa 2 participantes, declararam-se heterossexuais, vide Gráfico 29.

Dessa forma, foi possível perceber que o maior número de indígenas que responderam ao questionário foi de homens cis gays com 24,52% de respondentes, seguido por mulheres cis lésbicas com 21,29% e mulheres cis bissexuais com 16,13%.

Uma discussão importante, desenvolvida na tese de Fernandes (2015b) e que se relaciona com essa intersecção, diz respeito à tradição das pessoas two spirits, ou dois espíritos, comumente teorizada pela tradição de populações originárias na América do Norte. Percebemos que o termo faz parte do vocabulário de alguns estudiosos e ativistas indígenas brasileiros.

Segundo essa tradição, os indivíduos não seriam homossexuais (gays e lésbicas), mas sim pessoas que possuiriam dois espíritos, de homem e de mulher, vivendo em um estado de transição entre dois mundos⁵², que garantiria a esses indivíduos certo prestígio em sua comunidade. Assumir a classificação e os entendimentos de pessoas two spirits significa não focar apenas no papel espiritual “da pessoa (e não em suas práticas sexuais) como também significa uma crítica ao processo de colonização” (FERNANDES, 2015b, p.14).

Devemos pontuar também que algumas páginas como a @indigenaslgbtq, por exemplo, que realiza postagens sobre a temática e a própria descrição do perfil apresenta o termo, muitos indígenas LGBTI+ não o reconhecem, assumindo nomenclaturas próprias, como o termo indígenas dissidentes.

Articulam-se os modos de ser e viver “indígenas” (considerando que as especificidades variam de acordo com a etnia) com as relações dos afetos e desejos, bem como nas performances de gênero. Com isso, cada povo tem sua própria perspectiva sobre o que é chamado, na lógica não indígena, de homossexualidade, bissexualidade, travestilidade e/ou transgeneridade. Adotam, então, termos próprios:

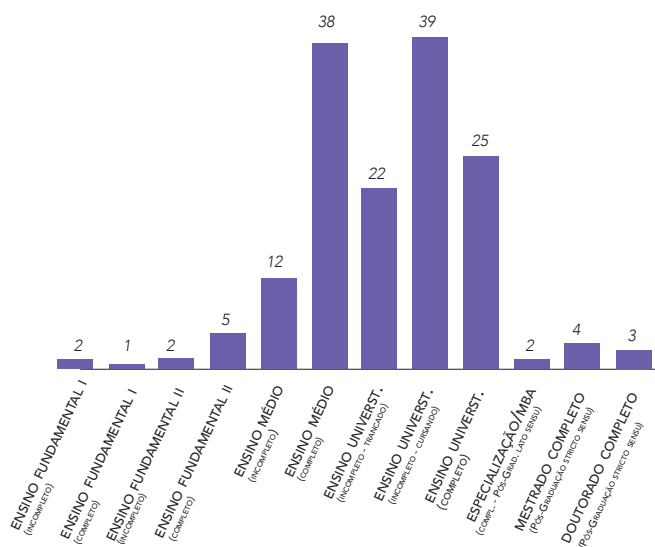
Como exemplo, no povo Boe há diversas expressões utilizadas para designar sexualidade e gênero: Pobogo, Atubo, Biaraka, Imedu/aredu e Aredu/imedu são algumas delas, mesmo que sejam utilizadas de forma pejorativa e ofensiva na maioria das vezes.

Pobogo significa veado campeiro. Há relatos de que já existiam entre os Boe o que chamamos atualmente de homossexuais. Quando avistaram o veado campeiro pela primeira vez e não souberam sua sexualidade, os nomearam de Pobogo. Atubo é o veado galheiro, que tem o porte maior que o veado campeiro e é usado para pessoas homossexuais que tem uma estatura maior. Imedu é homem e Aredu é mulher. Imedu/aredu seria Homem/mulher e Aredu/imedu é Mulher/homem, que se referem às pessoas que não seguem o binarismo de gênero (KIGA, 2020).

A fim de aprofundarmos ainda mais nossa análise e compreendermos as multiplicidades e pluralidades de identidades, cruzamos os marcadores de identidade de gênero e orientação sexual de indígenas participantes da pesquisa, conforme o Gráfico 30.

52. Fernandes (2015b) refere-se a mundos paradoxalmente opostos, sendo eles “masculino e feminino, espiritual e terreno, indígena e não indígena” (p.14).

GRÁFICO 30: ESCOLARIDADE DE RESPONDENTES LGBTI+ INDÍGENAS



NÚMERO DE RESPOSTAS: 155

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de porcentagem mostrando a escolaridade de respondentes LGBTI+ indígenas mostrando que 2 possuem ensino fundamental 1 incompleto, 1 possui ensino fundamental 1 completo, 2 possuem ensino fundamental 2 incompleto, 5 possuem ensino fundamental 2 completo, 12 possuem ensino médio incompleto, 38 possuem ensino médio completo, 22 possuem ensino universitário incompleto e trancado, 39 possuem ensino universitário incompleto e cursando, 25 possuem ensino universitário completo, 2 possuem especialização ou MBA completo, 4 possuem mestrado completo e 3 possuem doutorado completo.

Ao analisar a relação entre participantes e a escolaridade desses indivíduos, vide Gráfico 30, pode-se perceber que a maior parte dos respondentes do questionário está envolvida em meios universitários. Se somarmos o número de indivíduos com ensino universitário completo, em curso, trancado, realizando especialização/MBA, mestrado e doutorado, obtemos um total de 95 indígenas, em um universo de 155, representando 61,29%. Aliado a isso, observa-se um número considerável de indivíduos com ensino médio completo, o que pode indicar um caminho possível para a continuidade da formação educacional formal.

Nos últimos anos, uma série de ações empreendidas pelo governo federal possibilitou a criação de canais e meios de acesso e permanência de estudantes indígenas no meio universitário. As ações do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) buscaram estabelecer, a partir de 2008, medidas que impactaram no aumento de vagas, ampliação e/ou abertura de cursos noturnos, flexibilização de currículos, combate à evasão e outras ações focalizadas (BRASIL, s.d.).

O Reuni possibilitou que diversas universidades criassem cursos específicos voltados para as realidades indígenas. Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por exemplo, foram criados, em 2009, os cursos de Licenciatura em Educação do Campo e Licenciatura Intercultural Indígena. Ambos os cursos buscam oferecer meios e instrumentos pedagógicos para que professores, indígenas ou pessoas que vivem no campo, possam atuar em suas comunidades, na formação de crianças, jovens e adultos, buscando impactar positivamente a educação local (UFMG, s.d.; UFMG, 2020a).

Para além de tais cursos voltados para indígenas, o Reuni possibilitou ainda o acesso desses indivíduos a outras áreas do conhecimento, como Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Direito, Enfermagem, Medicina, Odontologia, entre outras⁵³. Além disso, muitos estudantes passaram a ser assistidos por fundações de assistência estudantil, o que pode possibilitar ao estudante a gratuidade na utilização de serviços de alimentação e moradia, além do recebimento de bolsas de estudos.

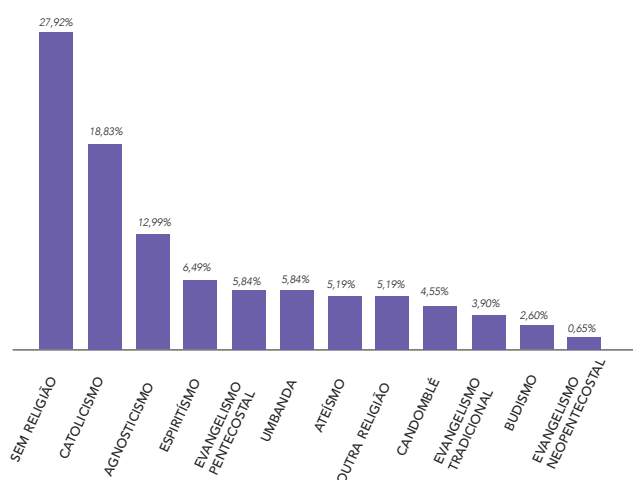
Nos anos mais recentes, em conformidade com as ações das Instituições de Ensino Superior na estruturação dos cursos da graduação, diversos Programas de pós-graduação, principalmente aqueles de Antropologia e Educação em todo o país,

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

passaram a criar editais específicos para pessoas indígenas. Essas ações possibilitaram, mesmo que ainda de forma incipiente, o acesso de alguns desses indivíduos aos cursos de mestrado e doutorado.

No aspecto que concerne a religiosidade desses indivíduos, vide Gráfico 31, nota-se que a maior parte de respondentes afirmou não possuir nenhuma religião, sendo 43 casos⁵⁴, cerca de 27,74%.

GRÁFICO 31: RELIGIOSIDADE DE RESPONDENTES LGBTI+ INDÍGENAS



NÚMERO DE RESPOSTAS: 154

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de porcentagem de respondentes LGBTI+ indígenas em relação à religião, mostrando que 27,92% se considera sem religião, 18,83% seguem catolicismo, 12,99% agnosticismo, 6,49% espiritismo, 5,84% evangelismo pentecostal, 5,84% umbanda, 5,19% ateísmo, 5,19% outra religião, 4,55% candomblé, 3,90% evangelismo tradicional, 2,60% budismo e 0,65% evangelismo neopentecostal.

53. A UFMG, por exemplo, possui um edital de seleção específico para indígenas com vagas para determinados cursos, como Ciências Sociais e Medicina (UFMG, 2020b).

54. Temos que pontuar que a resposta sobre possuir ou não religião pode significar muito mais do que ter um vínculo a algum doãa religioso. Por si só a resposta não significa muito. Para muitos indivíduos, indígenas ou não, existem outras formas de compreender e vivenciar o mundo que pode, muitas vezes, não passar pela adoção de práticas baseadas em pensamentos religiosos.

O segundo maior percentual foi de pessoas católicas com 18,83%, seguidas por pessoas agnósticas com 12,99%, espíritas com 6,49% e evangélicas pentecostais com 5,84%. Torna-se interessante pontuar a diversidade de religiões presentes nas respostas de participantes. Além daquelas apontadas anteriormente, pode-se destacar o ateísmo, o budismo, o candomblé, os evangelismos neopentecostal e tradicional, umbanda, entre outras religiões.

O trabalho de Cariaga (2015), por mais que não tivesse a intenção de discutir as relações entre os indígenas gays Kaiowa e as religiões, aponta para algumas reflexões a respeito das inter-relações entre as moralidades indígenas e as moralidades religiosas. A atuação desses grupos religiosos remonta à ação missionária no processo de contingenciamento territorial entre os kaiowa e os guarani no início do século XX no atual estado do Mato Grosso do Sul e foi acentuada pela presença do neopentecostalismo e a conversão de alguns indivíduos, a partir dos anos 1980. Sabe-se que vertentes dessas religiões produzem entendimentos que classificam sexualidades não hegemônicas como pecados, desvios de conduta e que buscam reafirmar as funções reprodutivas a respeito dos corpos masculinos e femininos, aplicando sanções e exclusões a indivíduos dissidentes⁵⁵.

Segundo o autor, essas relações produziram, ao longo dos anos, uma “imposição da moralidade cristã e também da monogamia e da heteronormatividade”, fazendo com que

55. Cariaga (2015) aponta para o trabalho de Pereira (2004) que buscou trabalhar com o fenômeno de conversão dos Kaiowa às religiões pentecostais a partir dos anos 1980. Além disso, Cariaga indica para outras referências etnográficas a respeito do processo de conversão religiosa de indígenas (WRIGHT, 1999; 2004; VILAÇA, WRIGHT, 2009; WIIK, 2010).

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

haja um entrecruzamento de moralidades que impacta a forma como certos indivíduos compreendem o mundo. Por mais que Cariaga (2015) não discuta as formas de resistência de indígenas à conversão, pontua-se a existência dessa dimensão política de resposta e de agência de indígenas no processo de escolha religiosa.

Buscamos, ao longo de nossa análise, compreender as realidades e as identidades múltiplas e diversas de indígenas LGBTI+ que participaram de nossa pesquisa. Reconhecemos que a amostra não é representativa da realidade das pessoas indígenas brasileiras, mas a partir dela nos é possível compreender um pouco mais sobre como os entrecruzamentos de marcadores sociais afetam a realidade dessas pessoas. Acreditamos que conseguimos, mesmo que parcialmente, começar a construir informações sobre esses segmentos da população que ainda hoje são invisibilizados em muitos espaços de nossa sociedade.

POPULAÇÃO LGBTI+ NEGRA

O NÚMERO DE PESSOAS NEGRAS RESPONDENTES DA PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DA POPULAÇÃO LGBTI+ É DE 6.991, o que corresponde a 46,08% das respostas. Segundo o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010), em seu artigo 1º, parágrafo único, inciso IV, define-se população negra como: “o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga” (BRASIL, 2010). Tal soma se justifica pela distância insignificante que separa o pardo do preto, o que pode ser observado em números do mercado de trabalho (SANTOS, 2015), assim como números de escolaridade (HENRIQUES,

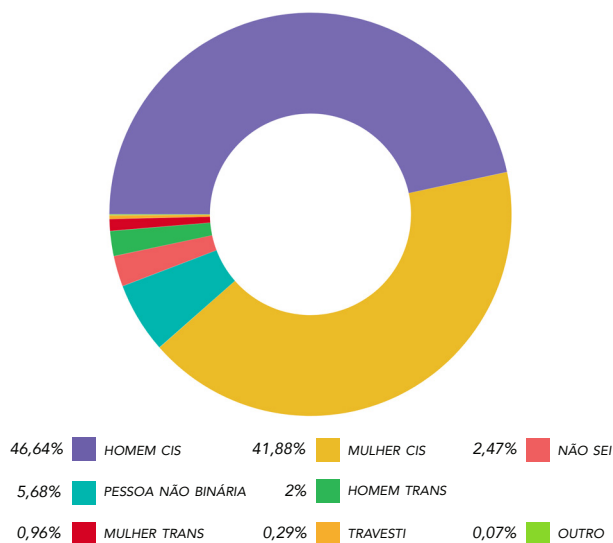
2001). Dessa forma, neste texto, analisaremos o conjunto formado a partir da soma das duas categorias.

A problemática do termo “pardo” possui diversas nuances. A negação, decorrente do processo de miscigenação, em ser uma pessoa preta resultou numa gama de 134 termos que descrevem possibilidades de identidade racial (GATES JR., 2014). A classificação pretos e pardos foi usada pela primeira vez no Recenseamento do Brasil de 1872, e os termos eram os únicos aplicáveis à parcela escravizada da população (OSÓRIO, 2013). Por alguns Censos, o termo “pardo” foi considerado residual e substitutivo do termo “mestiço”, por poder abranger, principalmente, pessoas frutos de relações interracialis, o que também abrange a população indígena.

Ainda, compreende-se o racismo brasileiro como fenotípico, ou preconceito racial de marca, como sugerido por Oracy Nogueira (1985), em que a origem não importa, porém os traços do fenótipo do grupo discriminado, como cor de pele e, muitas vezes, estrutura capilar, são os marcadores. Portanto, possuir traços negros faz com que haja preterimento sistemático dessas pessoas em relação aos demais, aos não negros (OSÓRIO, 2013). Devido ao caráter autodeclaratório desta pesquisa e à impossibilidade de heteroidentificação, o critério classificatório de identidade racial depende exclusivamente dos limites internos das pessoas respondentes.

Dessa forma, nessa parte, buscamos analisar os dados acerca das pessoas LGBTI+ negras no que tange à identidade de gênero, orientação sexual, religiosidade, escolaridade e regionalidade.

GRÁFICO 32: IDENTIDADE DE GÊNERO DE RESPONDENTES LGBTI+ NEGRAS/OS/ES

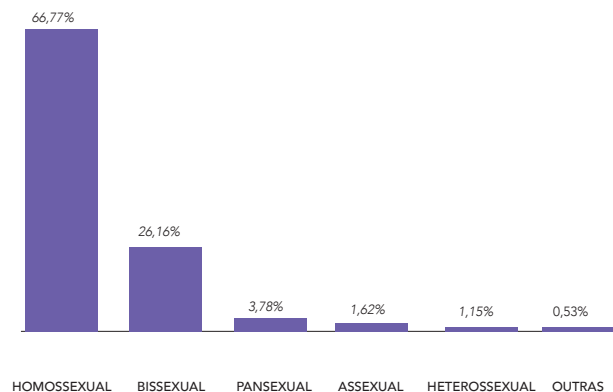


NÚMERO DE RESPOSTAS: 6951

Descrição do Gráfico: Gráfico de rosca de porcentagem sobre a identidade de gênero de pessoas LGBTI+ negras, mostrando que 46,64% são homens cis, 41,88% são mulheres cis, 5,68% são pessoas não binárias, 2,47% não sabem, 2% são homens trans, 0,96% são mulheres trans, 0,29% são travestis e 0,07% se identificam com outra identidade de gênero.

Ao cruzar os dados acerca de identidade de gênero e pessoas negras, 87,52% das pessoas negras respondentes se identificam como cisgênero, sendo 46,64% homens cis e 41,88% mulheres cis. Identificam-se como pessoa não binária 5,68% dos respondentes. Ainda, 2,47%, responderam que não sabem sobre sua identidade de gênero. Dentre o número de pessoas negras LGBTI+, 3,25% são homens e mulher trans e travestis, sendo 2% de homens trans, 0,96% de mulheres trans e 0,29% de travestis. O número de pessoas que optou por "outros" corresponde a 0,07%, sendo 5 respostas. Por fim, 40 pessoas não responderam a esta pergunta, uma vez que deixaram o espaço destinado à resposta em branco.

GRÁFICO 33: ORIENTAÇÃO SEXUAL DE RESPONDENTES LGBTI+ NEGRAS/OS/ES



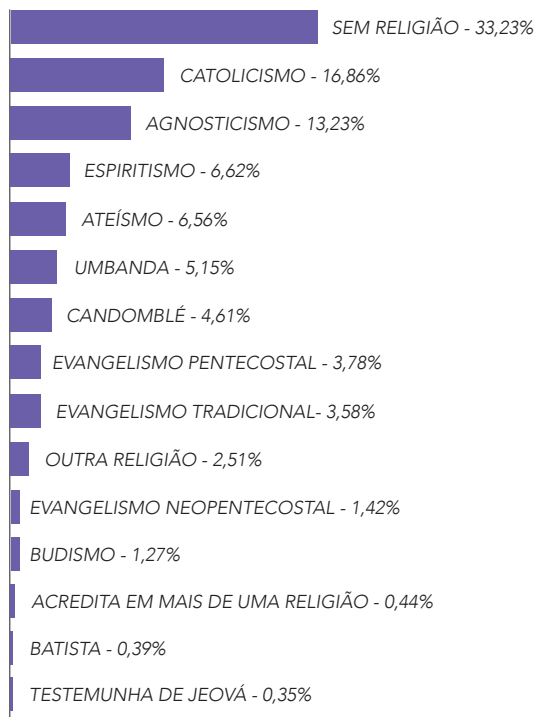
NÚMERO DE RESPOSTAS: 6981

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de porcentagem em relação à orientação sexual de pessoas LGBTI+ negras, mostrando que 66,77% se considera homossexual, 26,16% bissexual, 3,78% pansexual, 1,62% assexual e 1,15% heterossexual.

No que se refere à orientação sexual das pessoas negras respondentes, 66,77% se declaram homossexuais, sendo a grande maioria, assim como no número total, sendo ele 65,46%. Já, 26,16% das pessoas se consideram bissexuais, e 3,78%, pansexuais. De pessoas assexuais, temos o número de 113 pessoas, o que corresponde a 1,62%. Na categoria heterossexual, foram consideradas as respostas de homens e mulheres trans, travesti e intersexo, o que correspondeu a 1,15%. O número de pessoas que respondeu "outros" corresponde a 0,53%, ou seja, 37 pessoas. Por fim, 10 respostas não foram contabilizadas, uma vez que as pessoas deixaram o espaço em branco.

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

GRÁFICO 34: RELIGIOSIDADE DE RESPONDENTES LGBTI+ NEGRAS/OS/ES

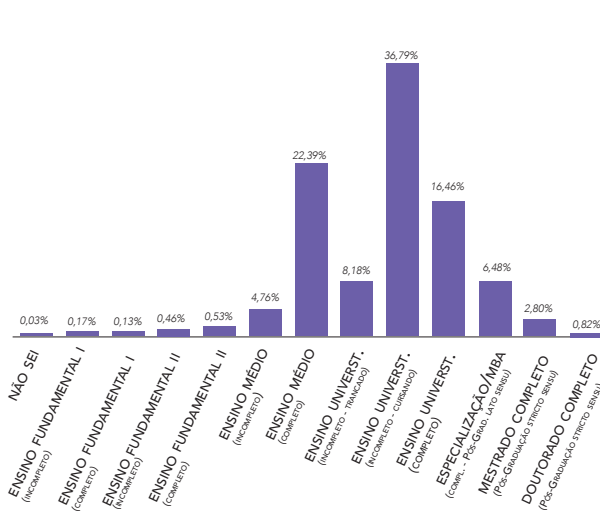


NÚMERO DE RESPOSTAS: 6851

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de porcentagens de pessoas LGBTI+ negras em relação à religião, mostrando que 33,23% se considera sem religião, 16,86% seguem catolicismo, 13,23% agnosticismo, 6,62% espiritismo, 6,56% ateísmo, 5,15% umbanda, 4,61% candomblé, 3,78% evangelismo pentecostal, 3,58% evangelismo tradicional, 2,51% outra religião, 1,42% evangelismo neopentecostal, 1,27% budismo, 0,44% acredita em mais de uma religião, 0,39% batista, 0,35% testemunha de jeová.

Sobre religiosidade, 33,19% das pessoas negras LGBTI+ que responderam a pesquisa se declararam sem religião. Dessa forma, 53,60% das pessoas respondentes possuem religião, sendo elas: 16,84% católicas; 6,61% espíritas; 5,14% umbandistas, 4,60% candomblecistas, 9,63% protestantes de diversas vertentes, 2,51% outra religião, 1,27% budistas, 0,44% acreditam em mais de uma religião. Ainda, 13,21% consideram-se agnósticas, e 6,55%, ateístas. Por fim, 140 pessoas não responderam à pergunta.

GRÁFICO 35: ESCOLARIDADE DE RESPONDENTES LGBTI+ NEGRAS/OS/ES



NÚMERO DE RESPOSTAS: 6991

Descrição do Gráfico: Gráfico de rosca de porcentagens de pessoas LGBTI+ negras em relação à escolaridade, mostrando 0,03% disseram que não sabem, 0,17% possuem ensino fundamental 1 incompleto, 0,13% possuem ensino fundamental 1 completo, 0,46% possuem ensino fundamental 2 incompleto, 0,53% possuem ensino fundamental 2 completo, 4,76% possuem ensino médio incompleto, 22,39% possuem ensino médio completo, 8,18% possuem ensino universitário incompleto e trancado, 36,79% possuem ensino universitário incompleto e cursando, 16,46% possuem ensino universitário completo, 6,48% possuem especialização ou MBA completo, 2,80% possuem mestrado completo e 0,82% possuem doutorado completo.

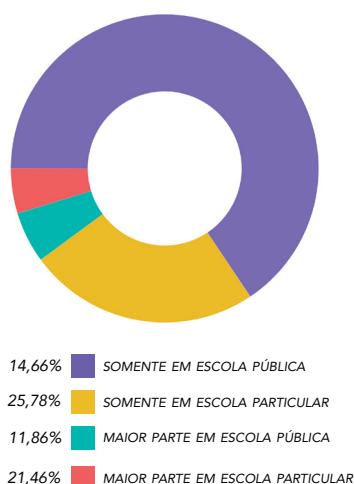
Sobre a escolaridade, 71,53% das pessoas negras LGBTI+ respondentes tiveram acesso ao ensino superior, sendo: 36,79% cursando o ensino universitário; 16,46% com o ensino universitário completo; 8,18% com o ensino universitário trancado; 6,48% com pós-graduação lato sensu completa; 2,80% com mestrado completo; e 0,82% com doutorado completo. No que se refere ao ensino básico, 4,76% das pessoas respondentes não finalizaram o ensino médio; 22,39% possuem o ensino médio completo; 0,46% não finalizaram o ensino fundamental II; 0,53% possuem o

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

ensino fundamental II completo; 0,17% não completaram o ensino fundamental I; e 0,13% finalizaram o ensino fundamental I. Por fim, 0,03%, o que corresponde a 2 pessoas, não possuem escolaridade formal.

O acesso ao ensino superior pelas pessoas negras dialoga bastante com a ampliação desse acesso por meio de políticas públicas, como ampliação de universidades e de vagas, como o REUNI, e ações afirmativas, por meio de sistema de cotas raciais.

GRÁFICO 36: LOCAIS EM QUE RESPONDENTES LGBTI+ NEGRAS/OS/ES ESTUDARAM NO ENSINO MÉDIO

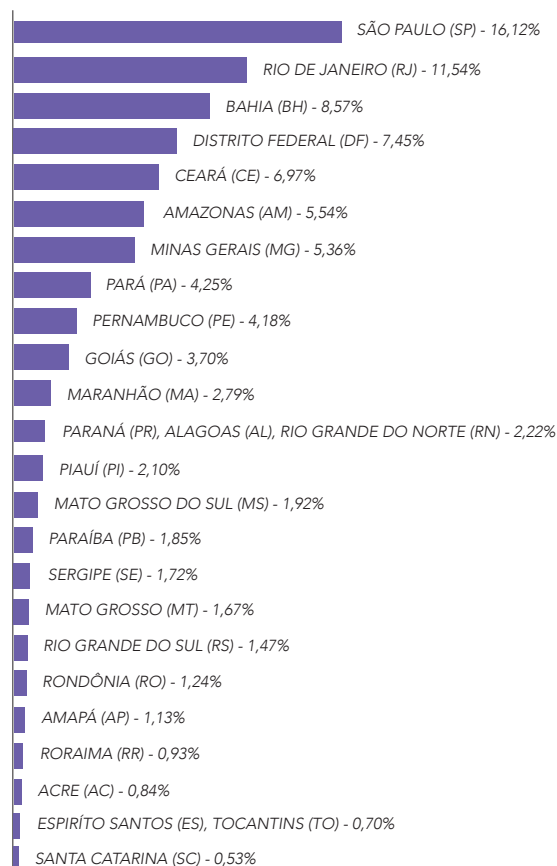


NÚMERO DE RESPOSTAS: 6899

Descrição do Gráfico: Gráfico de barra de porcentagem sobre onde as pessoas LGBTI+ negras cursaram o ensino médio, mostrando que 65,62% cursaram somente em escola pública, 24,29% cursaram somente em escola particular, 5,38% cursou a maior parte em escola pública e 4,71% cursou a maior parte em escola particular.

Relacionado ao ensino médio, 65,62% das pessoas negras respondentes cursaram o ensino médio somente em escola pública; 24,29% cursaram em escola particular; 5,38% cursaram a maior parte em escola pública; 4,71% cursaram a maior parte em escola particular.

GRÁFICO 37: DISTRIBUIÇÃO DE RESPONDENTES LGBTI+ NEGRAS/OS/ES PELAS UNIDADES FEDERATIVAS



NÚMERO DE RESPOSTAS: 6991

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de porcentagem mostrando a distribuição de pessoas LGBTI+ negras pelas Unidades Federativas mostrando que 16,12% residem em São Paulo, 11,54% no Rio de Janeiro, 8,57% na Bahia, 7,45% em Distrito Federal, 6,97% no Ceará, 5,54% no Amazonas, 5,36% em Minas Gerais, 4,25% no Pará, 4,18% em Pernambuco, 3,70% em Goiás, 2,79% no Maranhão, 2,22% no Paraná, em Alagoas e no Rio Grande do Norte, 2,10% no Piauí, 1,92% em Mato Grosso do Sul, 1,85% na Paraíba, 1,72% em Sergipe, 1,67% em Mato Grosso, 1,47% no Rio Grande do Sul, 1,24% em Rondônia, 1,13% no Amapá, 0,93% em Roraima, 0,84% no Acre, 0,70% no Espírito Santo e no Tocantins, 0,53% em Santa Catarina.

No que tange à presença de pessoas negras LGBTI+ nas regiões brasileiras, 33,79% são provenientes da Região Sudeste; 4,22%

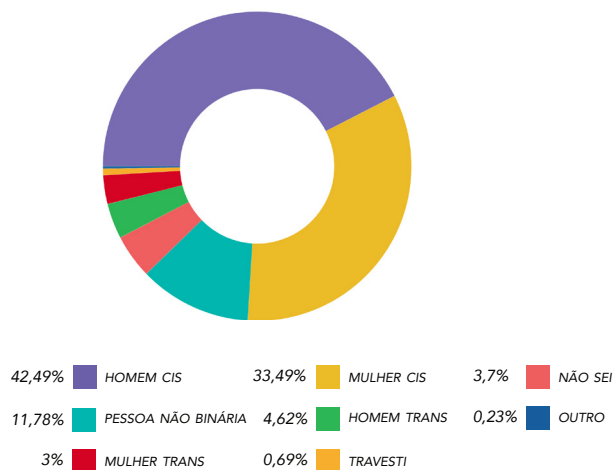
da Região Sul; 14,75% da Região Centro-Oeste; 14,68% da Região Norte; 32,57% da Região Nordeste. Os cinco estados com o maior número de pessoas negras LGBTI+ respondentes são: São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Distrito Federal e Ceará.

Sendo a Bahia o estado mais negro do país, enfatiza-se que a presença massiva de respondentes da região sudeste ocorre devido à visibilidade da ONG na região sudeste.

POPULAÇÃO LGBTI+ COM DEFICIÊNCIA

NESTA SEÇÃO, ANALISAM-SE OS DADOS ACERCA DAS PESSOAS LGBTI+ COM DEFICIÊNCIA NO QUE TANGE À IDENTIDADE DE GÊNERO, orientação sexual, identidade étnico-racial e escolaridade. No Gráfico 38, pode-se observar as identidades de gênero indicadas por esse grupo de pessoas.

GRÁFICO 38: IDENTIDADE DE GÊNERO DE RESPONDENTES LGBTI+ COM DEFICIÊNCIA

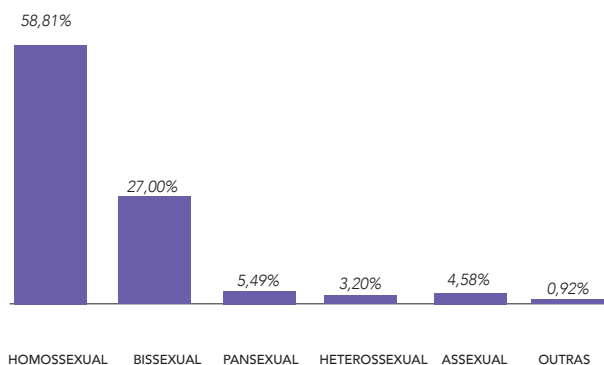


NÚMERO DE RESPOSTAS: 437

Descrição do Gráfico: Gráfico de rosca de porcentagem sobre a identidade de gênero de respondentes LGBTI+ com deficiência, mostrando que 42,49% são homens cis, 33,49% são mulheres cis, 11,78% são pessoas não binárias, 3,70% não sabem, 4,62% são homens trans, 3% são mulheres trans, 0,69% são travestis e 0,23% se identificam com outra identidade de gênero.

Dentre as pessoas com deficiência, 42,49% são homens cis e 33,49% são mulheres cis. As pessoas não binárias representam 11,78%, os homens trans representam o percentual de 4,62% e as mulheres trans de 3%. As travestis por sua vez, obtiveram um percentual de 0,69% e as pessoas que não sabem obtiveram um percentual de 3,70%.

GRÁFICO 39: ORIENTAÇÃO SEXUAL DE RESPONDENTES LGBTI+ COM DEFICIÊNCIA



NÚMERO DE RESPOSTAS: 437

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras em relação à orientação sexual de respondentes LGBTI+ com deficiência, mostrando que 58,81% se considera homossexual, 27% bissexual, 5,49% pansexual, 4,58% assexual e 0,92% outras.

Há uma predominância de 58,81% homossexuais (gays e lésbicas) entre as pessoas com deficiência. Entre o percentual restante, 27% são bissexuais, 5,49% pansexuais, 4,58% assexuais e 0,92% outras.

Noonan e Gomez (2011) apresentam que as atitudes pervasivas contra a expressão sexual de pessoas com deficiência giram em torno de duas acepções: que a pessoa é assexuada ou hiperssexuada, ou, se tem sua sexualidade reconhecida, que tal pessoa é heterossexual. Assim, Harley, Nowak, Gassaway e Savage (2002) pontuam que, apesar de tradicionalmente serem abordadas como entidades separadas, deficiência e sexualidade devem ser vistas também de forma conjunta,

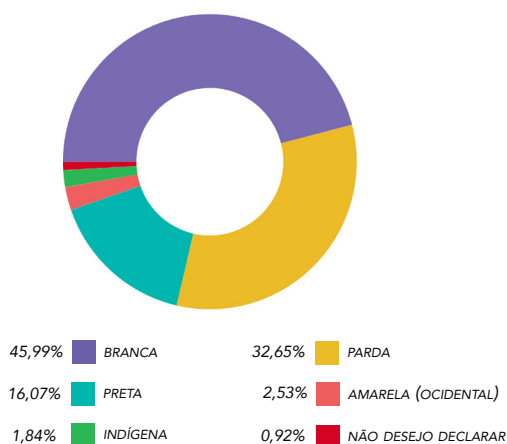
Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

com uma fazendo parte da configuração da outra.

Harley, Nowak, Gassaway e Savage (2002) destacam que pessoas LGBTI+ com deficiência são alvos de dupla opressão pela sociedade - pela sua deficiência e por ser LGBTI+. Além disso, o nível de aceitação e acolhimento de pessoas LGBTI+ com deficiência varia de acordo com a comunidade em que essas pessoas se encontram. Por exemplo, comunidades de pessoas com deficiência em geral aceitam bem pessoas LGBTI+, porém o contrário nem sempre ocorre (HARLEY; NOWAK; GASSAWAY; SAVAGE, 2002). Saad (1997 apud HARLEY; NOWAK; GASSAWAY; SAVAGE, 2002) apresenta que homens gays com deficiência alegaram sofrer discriminação por outros gays devido à sua aparência física. Em nível menor, mulheres lésbicas com deficiência também destacaram esse tipo de discriminação, além de serem percebidas como assexuadas por outras lésbicas.

A respeito da identidade étnico-racial, o Gráfico 40 mostra a distribuição de respostas para pessoas com deficiência.

GRÁFICO 40: IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL DE RESPONDENTES LGBTI+ COM DEFICIÊNCIA



NÚMERO DE RESPOSTAS: 426

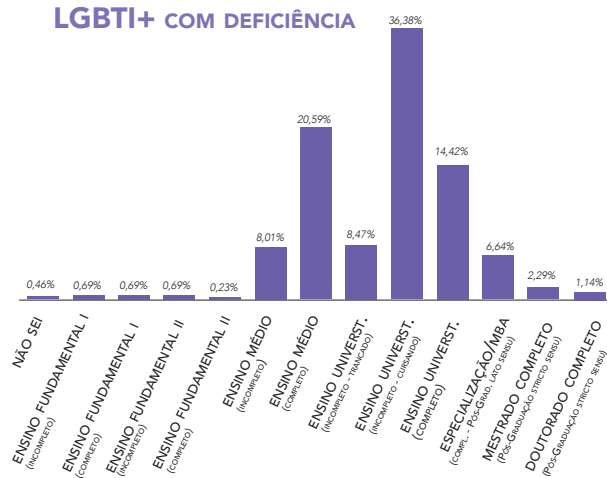
Descrição do Gráfico: Gráfico de rosca sobre a identidade étnico-racial de respondentes LGBTI+ com deficiência mostrando que 45,99% das pessoas responderam serem

brancas, 32,65 % pardas, 16,07% pretas, 2,53% amarelas (ocidental), 1,84% indígenas e 0,92% não desejam declarar.

Entre as pessoas LGBTI+ com deficiência, há um percentual de 33,33% de pessoas pardas, e 16,41%, de pessoas pretas. Ainda 2,58%, são amarelas e 1,88% se autodeclararam indígenas. Quanto às pessoas brancas, o percentual é de 46,95%.

De acordo com o Censo 2010, em relação à identidade étnico-racial, as pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas eram em maior percentual pretas ou amarelas, ambas com 27,1%, enquanto o menor percentual foi entre a população indígena, com 20,1%. O que demonstra relativa congruência com os dados obtidos na pesquisa, pois o maior percentual se deu entre pessoas brancas e pardas, mas deve-se levar em conta que este é o perfil majoritário da pesquisa como um todo.

GRÁFICO 41: ESCOLARIDADE DE RESPONDENTES LGBTI+ COM DEFICIÊNCIA



NÚMERO DE RESPOSTAS: 437

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de porcentagens de pessoas LGBTI+ com deficiência em relação à escolaridade, mostrando 0,46% disseram que não sabem, 0,69% possuem ensino fundamental 1 incompleto, 0,69% possuem ensino fundamental 1 completo, 0,69% possuem ensino fundamental 2 incompleto, 0,23% possuem ensino fundamental 2 completo, 8,01% possuem ensino médio incompleto, 20,59% possuem ensino médio completo, 8,47% possuem ensino universitário

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

incompleto e trancado, 36,38% possuem ensino universitário incompleto e cursando, 14,42% possuem ensino universitário completo, 6,64% possuem especialização ou MBA completo, 2,29% possuem mestrado completo e 1,14% possuem doutorado completo.

Em relação às pessoas com deficiência que não possuem escolaridade formal, o total é de 0,46%. O nível de escolaridade mais alto o ensino fundamental I completo representa 0,69%, mesmo percentual, 0,69%, para o ensino fundamental II incompleto. Apenas entre as pessoas com ensino fundamental II completo que houve um percentual menor, sendo 0,23%. Entre as pessoas LGBTI+ com deficiência não foi registrado que possuíam enquanto maior escolaridade o ensino fundamental I incompleto.

Ainda observando a escolaridade, conforme aponta o Gráfico 41, as pessoas com deficiência possuem, em sequência, maior percentual nos níveis de ensino universitário incompleto (cursando) com 36,38%, 20,59% com ensino médio completo e 14,42% com ensino universitário completo. As pessoas com deficiência que possuem o ensino médio incompleto e ensino universitário incompleto (trancado) são 8,01% e 8,47% respectivamente.

Ao se comparar tais percentuais com aqueles apresentados na seção específica de Escolaridade da população LGBTI+, conforme Gráfico 15, verifica-se que há números bem similares, o que demonstra como as pessoas com deficiência têm níveis de formação equiparáveis às pessoas que não têm deficiência. Contudo, dentre as pessoas com deficiência, há percentuais maiores até “ensino universitário incompleto (trancado)”, ocorrendo uma redução gradual à medida em que se aumenta o nível de escolaridade. Tal fato pode estar atrelado às dificuldades de acessibilidade existentes em tais espaços.

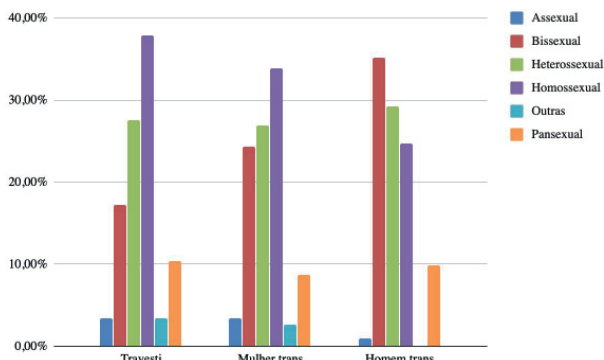
QUEM SABE QUE VOCÊ É LGBTI+

PARA ENTENDER MELHOR OS ACHADOS DA PESQUISA, foram cruzados os dados referentes à identidade de gênero e quem sabe que a pessoa participante é LGBTI+. Dessa forma, adotaram-se as identidades como referencial, de modo que os percentuais variam conforme elas. Para tanto, foram separadas as análises entre identidade trans (travestis, mulheres e homens trans), conforme já trabalhado, identidade cis (mulher e homem cis) e outras (pessoa não binária, não sei e outras). Além disso, estabeleceu-se relação também com as orientações sexuais (Assexual, Bissexual, Heterossexual, Homossexual, Pansexual e Outras).

Nesse sentido, os Gráficos 42 e 43 traçam os perfis das pessoas que são publicamente LGBTI+, de acordo com a identidade de gênero e orientação sexual. Inicialmente, vale mencionar que, dentre as travestis, 85,29% são publicamente LGBTI+, já entre mulheres trans e homens trans são 65,34% e 61,77%, respectivamente. É preciso pontuar que homens e mulheres trans e travestis correspondem a 3,53% do total da pesquisa, portanto esse pequeno universo não nos permite generalizar que a realidade da população T no Brasil é que mais de 50% entre cada identidade seja publicamente LGBTI+.

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

GRÁFICO 42: TODO MUNDO SABE (SOU PUBLICAMENTE LGBTI+) X ID. TRANS X ORIENTAÇÃO SEXUAL



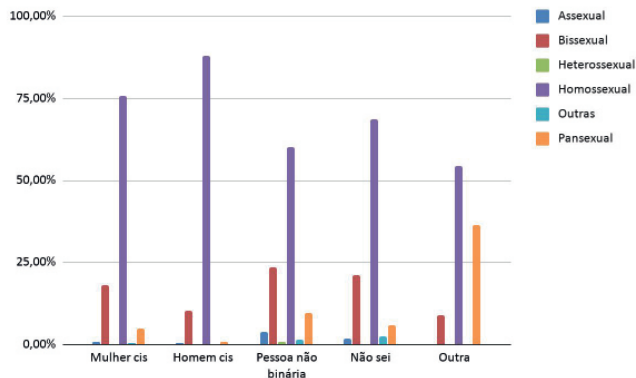
NÚMERO DE RESPOSTAS "TRAVESTI": 29
NÚMERO DE RESPOSTAS "MULHER TRANS": 115
NÚMERO DE RESPOSTAS "HOMEM TRANS": 202

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de respondentes que indicaram que todo mundo sabe (sou publicamente LGBTI+) de acordo com a identidade trans e orientação sexual. Os dados são apresentados na tabela a seguir.

Orientação sexual \ Identidade trans	Travesti	Mulher trans	Homem trans
Assexual	3,45%	3,48%	0,99%
Bissexual	17,24%	24,35%	35,15%
Heterossexual	27,59%	26,96%	29,21%
Homossexual	37,93%	33,91%	24,75%
Outras	3,45%	2,61%	0%
Pansexual	10,34%	8,70%	9,90%

De acordo com o Gráfico 43, percebe-se que a orientação homossexual (lésbicas) é majoritária dentre as travestis e as mulheres trans, com 37,93% e 33,91% respectivamente. Dentre os homens trans, a orientação bissexual possui o maior percentual, com 35,15%.

GRÁFICO 43: TODO MUNDO SABE (SOU PUBLICAMENTE LGBTI+) X ID. CIS E OUTRAS X ORIENTAÇÃO SEXUAL



NÚMERO DE RESPOSTAS "MULHER CIS": 3027
NÚMERO DE RESPOSTAS "HOMEM CIS": 3825
NÚMERO DE RESPOSTAS "PESSOA NÃO BINÁRIA": 559
NÚMERO DE RESPOSTAS "NÃO SEI": 165
NÚMERO DE RESPOSTAS "OUTRA": 11

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de respondentes que indicaram que todo mundo sabe (sou publicamente LGBTI+) de acordo com a identidade cis e outras e orientação sexual. Os dados são apresentados na tabela a seguir.

Orientação sexual \ Identidade cis e outras	Mulher cis	Homem cis	Pessoa não binária	Não sei	Outra
Assexual	0,99%	0,63%	3,94%	1,82%	0%
Bissexual	18,00%	10,38%	23,61%	21,21%	9,09%
Heterossexual	0,03%	0%	0,89%	0%	0%
Homossexual	75,82%	87,87%	60,29%	68,48%	54,55%
Outras	0,36%	0,21%	1,61%	2,42%	0%
Pansexual	4,79%	0,92%	9,66%	6,06%	36,36%

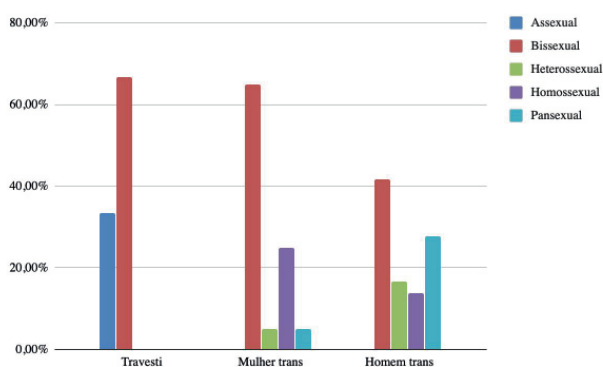
Ainda analisando a mesma resposta, mas entre identidades cis e outras, percebe-se que, entre as mulheres cis menos da metade são publicamente LGBTI+, sendo um total de 45,48%. Dentre elas, de acordo com Gráfico 43, a orientação homossexual (lésbicas) é a majoritária, com 75,82%. Entre os homens cis, 56,64% responderam que todos sabem de sua sexualidade, o que é uma diferença notável, em relação às mulheres cis, de um pouco mais de 10%. Dentre eles, a orientação homossexual (gays) é a mais expressiva, com 87,87%. Já entre as pessoas que se identificam enquanto outra identidade de gênero, 73,33%

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

são publicamente LGBTI+, sendo 54,55% homossexuais. As pessoas que não sabem com qual gênero se identificam, 47,41% responderam que todo mundo sabe, sendo 68,48% homossexuais. Por fim, entre as pessoas não binárias, 60,96% colocaram que todo mundo sabe, sendo 60,29% homossexuais.

Grande parcela do percentual restante de acordo com as identidades de gênero se concentram entre as pessoas que responderam que apenas amigas/os/es sabem que são LGBTI+. Assim, também foram construídos Gráficos 44 e 45 para identidades trans, cis e outras.

GRÁFICO 44: APENAS AMIGAS/OS/ES X ID. TRANS



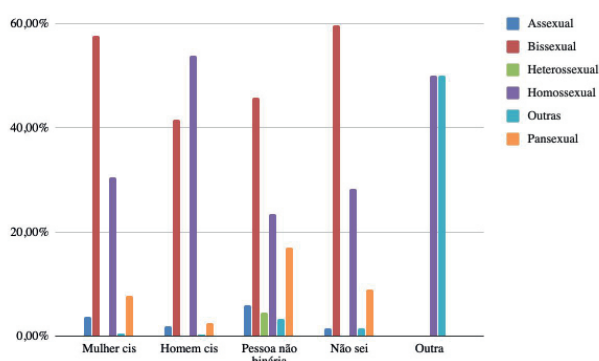
NÚMERO DE RESPOSTAS "TRAVESTI": 3
NÚMERO DE RESPOSTAS "MULHER TRANS": 20
NÚMERO DE RESPOSTAS "HOMEM TRANS": 36

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de respondentes que indicaram que apenas amigas/os/es sabem que elas são LGBTI+ de acordo com a identidade trans e orientação sexual. Os dados são apresentados na tabela a seguir.

Orientação sexual	Identidade trans	Travesti	Mulher trans	Homem trans
Assexual		33,33%	0%	0%
Bissexual		66,67%	65,00%	41,67%
Heterossexual		0%	5,00%	16,67%
Homossexual		0%	25,00%	13,89%
Outras		0%	0%	0%
Pansexual		0%	5,00%	27,78%

Observa-se que entre as pessoas de identidades trans, 8,82% das travestis, afirmaram que apenas amigas/os/es sabem, sendo 66,67% delas bissexuais. Já entre as mulheres trans a porcentagem é de 11,36%, entre elas 65,00% são bissexuais. Entre os homens trans o resultado é parecido, 11,01% declararam que apenas amigas/os/es sabem, sendo que a categoria bissexual ainda tem uma maior representatividade, com 41,67%.

GRÁFICO 45: APENAS AMIGAS/OS/ES X ID. CIS E OUTRAS



NÚMERO DE RESPOSTAS "MULHER CIS": 1518
NÚMERO DE RESPOSTAS "HOMEM CIS": 952
NÚMERO DE RESPOSTAS "PESSOA NÃO BINÁRIA": 153
NÚMERO DE RESPOSTAS "NÃO SEI": 67
NÚMERO DE RESPOSTAS "OUTRA": 2

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de respondentes que indicaram que apenas amigas/os/es sabem que elas são LGBTI+ de acordo com a identidade cis e outras e orientação sexual. Os dados são apresentados na tabela a seguir.

Orientação sexual	Identidade cis e outras	Mulher cis	Homem cis	Pessoa não binária	Não sei	Outra
Assexual		3,62%	2,00%	5,88%	1,49%	0%
Bissexual		57,71%	41,60%	45,75%	59,70%	0%
Heterossexual		0%	0%	4,58%	0,00%	0%
Homossexual		30,50%	53,78%	23,53%	28,36%	50,00%
Outras		0,46%	0,21%	3,27%	1,49%	50,00%
Pansexual		7,71%	2,42%	16,99%	8,96%	0%

Entre as mulheres cis, 22,81% afirmaram que apenas amigas/os/es sabem que são LGBTI+, sendo que 57,71% são bissexuais. Dos homens cis, 14,10% apenas amigas/os/es

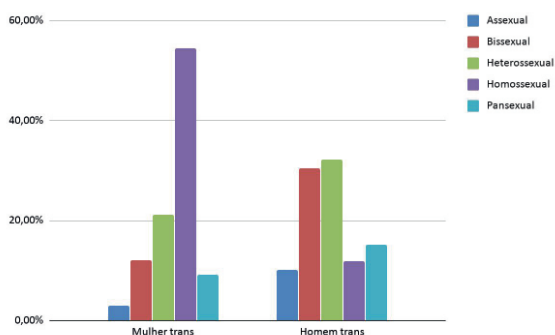
Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

sabem e, dentre eles, a orientação homossexual é majoritária, com 53,78%.

Já em relação as pessoas não binárias, 16,68% afirmaram que somente amigas/os/es sabem, sendo que 45,75% são bissexuais. Entre as pessoas que não sabem com que gênero se identificam e as que se identificam com outro, aquelas que apenas amigas/os/es sabem possuem o percentual de 19,25% e 13,33% respectivamente.

Em relação ao círculo social familiar também foi observado quantas pessoas responderam: “apenas família” e “somente familiares e amigas/os/es” sabem que são LGBTI+.

GRÁFICO 46: SOMENTE FAMILIARES E AMIGAS/OS/ES X ID. TRANS



NÚMERO DE RESPOSTAS “TRAVESTI”: 0
NÚMERO DE RESPOSTAS “MULHER TRANS”: 33
NÚMERO DE RESPOSTAS “HOMEM TRANS”: 59

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de respondentes que indicaram que somente familiares e amigas/os/es sabem que elas são LGBTI+ de acordo com a identidade trans e orientação sexual. Os dados são apresentados na tabela a seguir.

Orientação sexual	Identidade trans	Mulher trans	Homem trans	Travesti
Assexual		3,03%	10,17%	0%
Bissexual		12,12%	30,51%	0%
Heterossexual		21,21%	32,20%	0%
Homossexual		54,55%	11,86%	0%
Outras		0%	0%	0%
Pansexual		9,09%	15,25%	0%

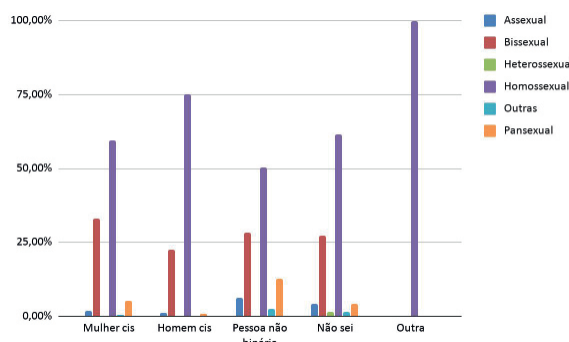
Observa-se que nenhuma travesti respondeu a essa categoria, o que permite levantar a problemática sobre a marginalização e questões de discriminação que vivenciam desde seu círculo familiar. Enquanto 18,75% e 18,04% das mulheres trans e homens trans, respectivamente, responderam que somente familiares e amigas/os/es sabem.

Dentre as mulheres trans que somente familiares e amigas/os/es sabem, a orientação homossexual foi a mais expressiva com 54,55%. Quanto aos homens trans, a maioria é heterossexual com 32,20%.

Assim, concluiu-se, de modo geral, que todas as identidades trans chegaram a pelo menos 90% de respondentes nas respostas: sou publicamente LGBTI+; apenas amigas/os/es; e somente familiares e amigas/os/es sabem. Dessa forma, vale apenas a menção sobre as outras respostas.

Apenas 2,94% das travestis colocaram que somente Colegas de trabalho e amigas/os/es (aqui foi considerado: “Apenas colegas de trabalho”; “Somente amigas/os/es e colegas de trabalho”) sabem que são LGBTI+. Entre as mulheres trans esse percentual foi de 2,27% e entre os homens trans chegou a 8,26%.

GRÁFICO 47: SOMENTE FAMILIARES E AMIGAS/OS/ES X ID. CIS E OUTRAS



NÚMERO DE RESPOSTAS “MULHER CIS”: 1456
NÚMERO DE RESPOSTAS “HOMEM CIS”: 1310
NÚMERO DE RESPOSTAS “PESSOA NÃO BINÁRIA”: 127
NÚMERO DE RESPOSTAS “NÃO SEI”: 73
NÚMERO DE RESPOSTAS “OUTRA”: 1

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de respondentes que indicaram que somente familiares e amigas/os/es sabem que elas são LGBTI+ de acordo com a identidade cis e outras e orientação sexual. Os dados são apresentados na tabela a seguir.

Orientação sexual	Identidade cis e outras	Mulher cis	Homem cis	Pessoa não binária	Não sei	Outra
Assexual		1,85%	1,15%	6,30%	4,11%	0%
Bissexual		32,97%	22,67%	28,35%	27,40%	0%
Heterossexual		0%	0%	0%	1,37%	0%
Homossexual		59,55%	75,19%	50,39%	61,64%	100,00%
Outras		0,55%	0,15%	2,36%	1,37%	0%
Pansexual		5,08%	0,84%	12,60%	4,11%	0%

Entre as identidades cis e outras, por sua vez, 21,87% das mulheres cis lésbicas possuem familiares e/ou amigas/os/es que sabem sobre sua sexualidade, sendo a orientação homossexual mais recorrente com 59,55%, e para os homens cis o percentual é de 19,40%, também com maior expressividade da orientação homossexual com 75,19%. No caso de pessoas não binárias, foi de 13,85%, sendo que, dentre elas 50,39% são homossexuais. Já entre as que não sabem com que gênero se identificam são 20,98%, majoritariamente com orientação homossexual, com 61,64%. Por fim, as pessoas que se identificam com outro gênero e somente familiares e amigas/os/es sabem são 6,67%.

De mesma forma, a soma do percentual das respostas analisadas corresponderam a quase 90%. Logo, também serão mencionadas apenas as outras respostas. Em relação a “Apenas colegas de trabalho e amigas/os/es sabem que sou LGBTI+”, 8,50% das mulheres cis e o mesmo percentual de homens cis se afirmaram dentro dessa realidade. Entre as pessoas não binárias, as que não sabem com qual gênero se identificam e as que se identificam com outro são 7,09%, 7,76% e 6,67%, respectivamente, são conhecidas enquanto LGBTI+ entre colegas de trabalho e amigas/os/es.

A resposta “Ninguém sabe que sou

LGBTI+” é a que possui menor percentual na nossa pesquisa, demonstrando que grande parte da comunidade LGBTI+ em algum círculo social conseguem ser quem são abertamente. Entre as identidades trans o percentual aumenta um pouco entre as pessoas de identidade trans, sendo que 2,94% das travestis, 2,27% das mulheres trans e 0,92% dos homens trans não são assumidas como LGBTI+ para ninguém. Por sua vez, nas identidades cis e outras, apenas 1,34% das mulheres cis, 1,33% dos homens cis, 1,42% das pessoas não binárias, 4,60% dos que não sabem com que gênero se identificam não são assumidas como LGBTI+.

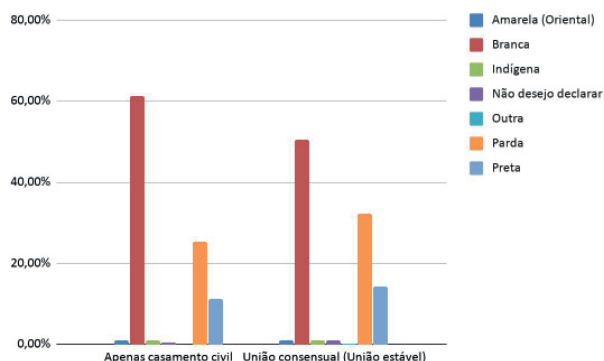
NUPCIALIDADE

NESTA CATEGORIA FORAM COMPARADAS PESSOAS QUE RESPONDERAM À NATUREZA DA UNIÃO ENQUANTO APENAS CASAMENTO CIVIL E UNIÃO ESTÁVEL, com as suas identidades raciais. Foram utilizadas essas duas naturezas de união por representarem, juntamente, 96,96% das respostas totais. Observa-se uma maioria branca em ambas uniões, o que é de se esperar devido ao perfil de respondentes desta pesquisa, sendo entre as pessoas que possuem apenas casamento civil 61,40% são brancas e entre as pessoas que responderam estar em união estável 50,48% são brancas.

Nas uniões que são apenas casamento civil, 25,22% das pessoas que responderam são pardas, 11,18% pretas, 0,88% indígenas, 0,88% amarelas e 0,44% não declararam. Para as uniões estáveis, seguiu-se o mesmo padrão de representação, em que a segunda maior são pardas, correspondendo a 32,13% de respondentes, já as pessoas pretas representam 14,29% dessas uniões. Entre as pessoas amarelas e indígenas o percentual foi maior nesse tipo de união, sendo respectivamente, 1,13% e 0,95%.

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

GRÁFICO 48: APENAS CASAMENTO CIVIL E UNIÃO CONSENSUAL (UNIÃO ESTÁVEL) X ID. ÉTNICO-RACIAL



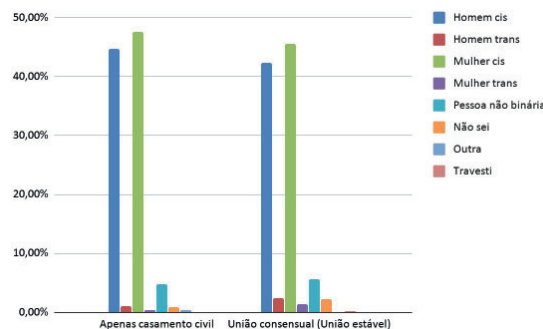
NÚMERO DE RESPOSTAS "APENAS CASAMENTO CIVIL": 448
NÚMERO DE RESPOSTAS "UNIÃO CONSENSUAL": 2796

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de respondentes que indicaram que estão em apenas casamento civil e união consensual (união estável) de acordo com a identidade étnico-racial. Os dados são apresentados na tabela a seguir.

Natureza da união	Identidade étnico-racial	Amarela (oriental)	Branca	Indígena	Não desejo declarar	Outra	Parda	Preta
Apenas casamento civil		0,88%	61,40%	0,88%	0,44%	0,00%	25,22%	11,18%
União consensual (União estável)		1,13%	50,48%	0,95%	0,99%	0,04%	32,13%	14,29%

Em relação ao gênero, elaborou-se o Gráfico 49, que articula as identidades de gênero com a natureza da união. Assim, busca-se observar as identidades de gênero das pessoas que são civilmente casadas, o que também é verificado para aquelas que vivem em união estável. Segue-se a lógica anterior em que foram utilizadas apenas essas naturezas por corresponderem a quase totalidade das respostas.

GRÁFICO 49: APENAS CASAMENTO CIVIL E UNIÃO CONSENSUAL (UNIÃO ESTÁVEL) X ID. GÊNERO



NÚMERO DE RESPOSTAS "APENAS CASAMENTO CIVIL": 447
NÚMERO DE RESPOSTAS "UNIÃO CONSENSUAL": 2806

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de respondentes que indicaram que estão em apenas casamento civil e união consensual (união estável) de acordo com a identidade de gênero. Os dados são apresentados na tabela a seguir.

Natureza da união	Identidade de gênero	Homem cis	Homem trans	Mulher cis	Mulher trans	Pessoa não binária	Não sei	Outra	Travesti
Apenas casamento civil		44,74%	1,12%	47,65%	0,45%	4,70%	0,89%	0,45%	0,00%
União consensual (União estável)		42,34%	2,46%	45,47%	1,39%	5,70%	2,28%	0,11%	0,25%

Assim, dentre as pessoas que são civilmente casadas, mulheres cis representam 47,65%, homens cis são 44,74%, pessoas não binárias com 4,7%, homens trans representam 1,12%, "não sei" equivale a 0,89%, mulheres trans e "outra" com 0,45% cada e, por fim, nenhuma travesti.

Quanto às pessoas que vivem em união estável, mulheres cis representam 45,47%, homens cis são 42,34%, pessoas não binárias com 5,7%, homens trans representam 2,46%, "não sei" equivale a 2,28%, mulheres trans com 1,39%, travestis são 0,25% e "outra" com 0,11%.

ESCOLARIDADE

PARA ENTENDER MELHOR O NÍVEL DE ESCOLARIDADE ENTRE AS PESSOAS LGBTI+ A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL, buscou-se analisar os dados de forma a destacar as interconexões

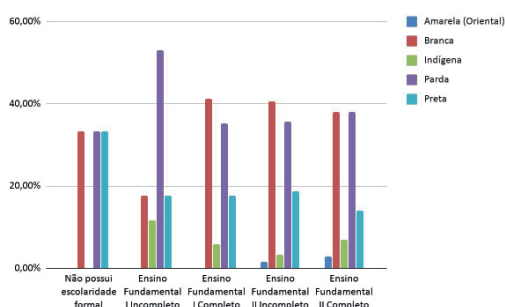
Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões em fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

entre escolaridade, as identidades étnico-raciais e as identidades de gênero. Para essa seção, foram utilizadas 15011 respostas válidas de raça e escolaridade e 15234 de gênero e escolaridade. Em ambos cruzamentos, não foi considerada a opção “outras”.

Como apontado anteriormente, na seção específica de Escolaridade, trata-se aqui do acesso ao ensino formal. Ademais, não se considera essa como a única forma válida ou superior de conhecimento, visto que pode ser obtido por outros meios e vivências.

Os Gráficos 50 a 52 correlacionam a identidade étnico-racial com o nível de escolaridade mais alto das pessoas respondentes.

GRÁFICO 50: NÍVEL DE ESCOLARIDADE ATÉ ENSINO FUNDAMENTAL II X ID. ÉTNICO-RACIAL



NÚMERO DE RESPOSTAS “NÃO POSSUI ESCOLARIDADE FORMAL”: 3
NÚMERO DE RESPOSTAS “ENSINO FUNDAMENTAL I INCOMPLETO”: 17
NÚMERO DE RESPOSTAS “ENSINO FUNDAMENTAL I COMPLETO”: 17
NÚMERO DE RESPOSTAS “ENSINO FUNDAMENTAL II INCOMPLETO”: 59
NÚMERO DE RESPOSTAS “ENSINO FUNDAMENTAL II COMPLETO”: 71

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de respondentes que indicaram que o nível de escolaridade até ensino fundamental II de acordo com a identidade étnico-racial. Os dados são apresentados na tabela a seguir.

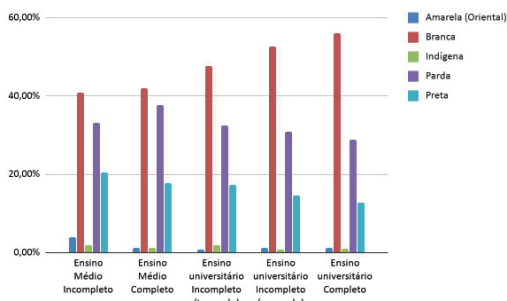
Nível de escolaridade	Identidade étnico-racial	Amarela (oriental)	Branca	Indígena	Parda	Preta
Não possui escolaridade formal		0%	33,33%	0%	33,33%	33,33%
Ensino Fundamental I Incompleto		0%	17,65%	11,76%	52,94%	17,65%
Ensino Fundamental I Completo		0%	41,18%	5,88%	35,29%	17,65%
Ensino Fundamental II Incompleto		1,69%	40,68%	3,39%	35,59%	18,64%
Ensino Fundamental II Completo		2,82%	38,03%	7,04%	38,03%	14,08%

No que tange às pessoas que não possuem escolaridade formal, há o mesmo percentual para pessoas brancas, pretas e pardas, de 33,33% cada. Ainda assim, importante pontuar que, ao se somar pretas e pardas, há um valor superior ao de brancas. Inclusive, na descrição dos gráficos, serão apresentados os percentuais desses três grupos étnico-raciais em cada nível de escolaridade, visto que têm o maior número de respostas e são ilustrativos das discrepâncias existentes.

Já entre as pessoas que possuem como maior nível de escolaridade o fundamental I incompleto, a maioria se identificou como parda, com 52,94%, seguida por preta e branca com 17,65% cada. Esse nível foi o que registrou maior presença de indígenas em comparação com os demais. No ensino fundamental I completo, há maior expressividade de pessoas brancas, com 41,18%, na sequência estão as pardas com 35,29% e pretas com 17,65%.

Dentre as pessoas com ensino fundamental II incompleto, as brancas representam 40,68%, pardas são 35,59% e pretas são 18,24%. Registra-se, pela primeira vez, a presença de pessoas amarelas. No mesmo nível escolar, porém completo, as pessoas brancas e pardas são 38,03% cada e 14,08% de pretas.

GRÁFICO 51: NÍVEL DE ESCOLARIDADE DE ENSINO MÉDIO ATÉ ENSINO UNIVERSITÁRIO X ID. ÉTNICO-RACIAL



NÚMERO DE RESPOSTAS “ENSINO MÉDIO INCOMPLETO”: 623
NÚMERO DE RESPOSTAS “ENSINO MÉDIO COMPLETO”: 2824
NÚMERO DE RESPOSTAS “ENSINO UNIVERSITÁRIO INCOMPLETO (TRANCADO)”: 1150
NÚMERO DE RESPOSTAS “ENSINO UNIVERSITÁRIO INCOMPLETO (CURSANDO)”: 5652
NÚMERO DE RESPOSTAS “ENSINO UNIVERSITÁRIO COMPLETO”: 2753

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

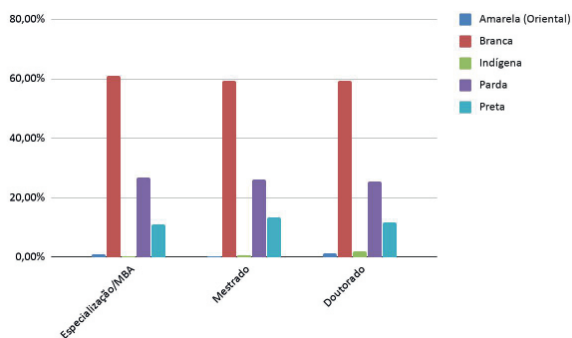
Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de respondentes que indicaram que o nível de escolaridade de ensino médio até ensino universitário de acordo com a identidade étnico-racial. Os dados são apresentados na tabela a seguir.

Nível de escolaridade	Identidade étnico-racial	Amarela (oriental)	Branca	Indígena	Parda	Preta
Ensino Médio Incompleto		3,85%	40,77%	1,93%	33,07%	20,39%
Ensino Médio Completo		1,17%	42,07%	1,35%	37,64%	17,78%
Ensino universitário Incompleto (trancado)		0,70%	47,65%	1,91%	32,52%	17,22%
Ensino universitário Incompleto (cursando)		1,15%	52,65%	0,69%	30,86%	14,65%
Ensino universitário Completo		1,24%	56,05%	0,91%	28,91%	12,90%

De acordo com o Gráfico 51, no ensino médio incompleto, há 40,77% de pessoas brancas, 33,07% de pardas e 20,39% de pretas. Já no ensino médio completo, 42,07% são brancas, 37,64% pardas e 17,78% pretas.

O percentual de pessoas que possuem como maior nível de escolaridade o ensino universitário incompleto (trancado) é de 47,65% brancas, 32,52% pardas e 17,22% pretas. Para o nível de escolaridade universitário incompleto (cursando), o percentual de pessoas brancas é 52,65%, pardas são 30,86% e pretas são 14,65%. No ensino universitário completo, percebe-se que 56,05% são brancas, 28,91% são pardas e 12,09% são pretas.

GRÁFICO 52: NÍVEL DE ESCOLARIDADE DE PÓS-GRADUAÇÃO X ID. ÉTNICO-RACIAL



NÚMERO DE RESPOSTAS "ESPECIALIZAÇÃO/MBA COMPLETO": 1193

NÚMERO DE RESPOSTAS " MESTRADO COMPLETO": 496

NÚMERO DE RESPOSTAS " DOUTORADO COMPLETO": 153

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de respondentes que indicaram que o nível de escolaridade de pós-graduação de acordo com a identidade étnico-racial. Os dados são apresentados na tabela a seguir.

Nível de escolaridade	Identidade étnico-racial	Amarela (oriental)	Branca	Indígena	Parda	Preta
Especialização/MBA Completo (Pós-Graduação lato sensu)		0,84%	61,02%	0,17%	26,99%	10,98%
Mestrado completo (Pós-Graduação stricto sensu)		0,40%	59,27%	0,81%	26,21%	13,31%
Doutorado completo (Pós-Graduação stricto sensu)		1,31%	59,48%	1,96%	25,49%	11,76%

Segundo o Gráfico 52, para os níveis de pós-graduação, na especialização/MBA completo há 61,02% de pessoas brancas, 26,99% pardas e 10,98% pretas. No mestrado completo, 59,27% são brancas, 26,21% são pardas e 13,31% são pretas. Por fim, no doutorado completo, tem-se que 59,48% das pessoas são brancas, 25,49% pardas e 11,76% pretas.

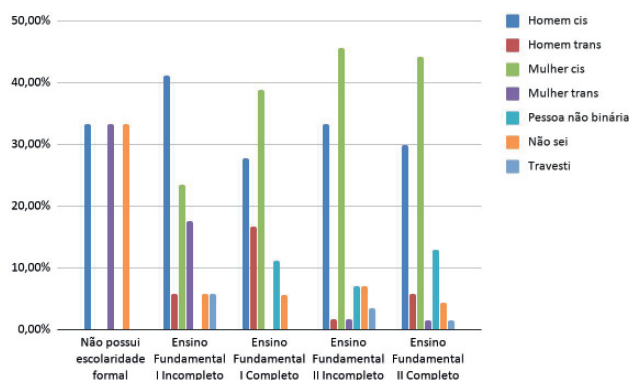
De forma geral, extrai-se que, ao considerar pessoas negras (pretas + pardas), são a maioria até o ensino universitário incompleto (trancado). A partir de tal nível de escolaridade, há expressivo aumento da presença de pessoas brancas, atingindo seu ápice em especialização/MBA completo e com pouca alteração até mesmo no nível mais alto (doutorado completo). Essa tendência no sentido de crescimento do nível de escolaridade de pessoas brancas é acompanhada pela redução da proporção de pessoas negras nos mesmos espaços. Inclusive, destaca-se que, a partir do nível de ensino universitário incompleto, a proporção de pessoas brancas é maior do que a soma de todos os outros grupos étnico-raciais. Tal panorama reforça a necessidade de adoção de políticas de ações afirmativas, que garantam o acesso aos mais altos níveis de ensino, bem como a sua permanência neles.

Além disso, valendo-se de outra perspectiva de análise, que verifica o mais alto nível de escolaridade por grupo étnico-racial, tem-se que ensino universitário incompleto

(cursando) foi o predominante dentre todos os grupos: branca (38,73%); negra (36,79%); amarela (35,91%); e indígena (25,16%).

Os Gráficos 53 a 55 correlacionam a identidade de gênero com o nível de escolaridade mais alto das pessoas respondentes.

GRÁFICO 53: NÍVEL DE ESCOLARIDADE ATÉ ENSINO FUNDAMENTAL II X ID. GÊNERO CONSENSUAL (UNIÃO ESTÁVEL) X ID. GÊNERO



NÚMERO DE RESPOSTAS "NÃO POSSUI ESCOLARIDADE FORMAL": 3

NÚMERO DE RESPOSTAS " ENSINO FUNDAMENTAL I INCOMPLETO": 17

NÚMERO DE RESPOSTAS " ENSINO FUNDAMENTAL I COMPLETO": 18

NÚMERO DE RESPOSTAS " ENSINO FUNDAMENTAL II INCOMPLETO": 57

NÚMERO DE RESPOSTAS " ENSINO FUNDAMENTAL II COMPLETO": 70

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de respondentes que indicaram que o nível de escolaridade até ensino fundamental II de acordo com a identidade de gênero. Os dados são apresentados na tabela a seguir.

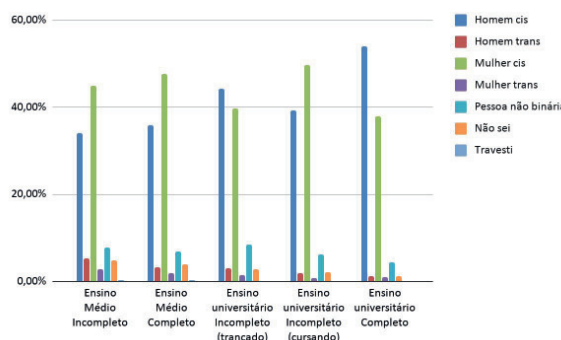
Nível de escolaridade	Identidade de gênero	Homem cis	Homem trans	Mulher cis	Mulher trans	Pessoa não binária	Não sei	Travesti
Não possui escolaridade formal		33,33%	0%	0%	33,33%	0%	0%	0%
Ensino Fundamental I Incompleto		41,18%	5,88%	23,53%	17,65%	0%	0%	5,88%
Ensino Fundamental I Completo		27,78%	16,67%	38,89%	0%	11,11%	11,11%	0%
Ensino Fundamental II Incompleto		33,33%	1,75%	45,61%	1,75%	7,02%	7,02%	3,51%
Ensino Fundamental II Completo		30,00%	5,71%	44,29%	1,43%	12,86%	12,86%	1,43%

No que tange ao cruzamento de dados com a identidade de gênero, quanto às pessoas que não possuem escolaridade formal, há o mesmo percentual para homens cis, mulheres trans e "não sei", de 33,33% cada. Para o nível de escolaridade fundamental I incompleto, o percentual de pessoas que declararam ter

esse nível como o seu maior de escolaridade são 41,18% homens cis, 23,53% mulheres cis e 17,65% mulheres trans. Quanto ao nível fundamental I completo, possui a seguinte distribuição: 38,89% mulheres cis; 27,78% homens cis; e 16,67% homens trans.

Já o percentual de pessoas que possuem como maior nível de escolaridade o fundamental II incompleto, 45,61% são mulheres cis, 33,33% são homens cis e, por fim, pessoas não binárias e "não sei" com 7,02% cada. No ensino fundamental II completo, verifica-se que 44,29% são mulheres cis, 30,00% são homens cis e 12,86% são pessoas não binárias.

GRÁFICO 54: NÍVEL DE ESCOLARIDADE DE ENSINO MÉDIO ATÉ ENSINO UNIVERSITÁRIO X ID. GÊNERO



NÚMERO DE RESPOSTAS "ENSINO MÉDIO INCOMPLETO": 633

NÚMERO DE RESPOSTAS " ENSINO MÉDIO COMPLETO": 2857

NÚMERO DE RESPOSTAS " ENSINO UNIVERSITÁRIO INCOMPLETO (TRANCADO)": 1168

NÚMERO DE RESPOSTAS " ENSINO UNIVERSITÁRIO INCOMPLETO (CURSANDO)": 5732

NÚMERO DE RESPOSTAS " ENSINO UNIVERSITÁRIO COMPLETO": 2809

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de respondentes que indicaram que o nível de escolaridade de ensino médio até ensino universitário de acordo com a identidade de gênero. Os dados são apresentados na tabela a seguir.

Nível de escolaridade	Identidade de gênero	Homem cis	Homem trans	Mulher cis	Mulher trans	Pessoa não binária	Não sei	Travesti
Ensino Médio Incompleto		33,97%	5,21%	44,87%	2,84%	7,90%	4,90%	0,32%
Ensino Médio Completo		35,81%	3,29%	47,78%	1,82%	7,00%	3,89%	0,42%
Ensino universitário Incompleto (trancado)		44,26%	3,00%	39,73%	1,46%	8,48%	2,91%	0,17%
Ensino universitário Incompleto (cursando)		39,24%	2,01%	49,76%	0,68%	6,18%	2,04%	0,10%
Ensino universitário Completo		54,00%	1,25%	38,02%	1,03%	4,38%	1,21%	0,11%

Conforme Gráfico 54, entre as pessoas

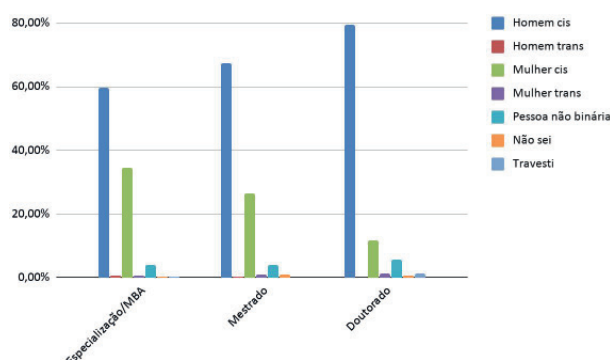
Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

que possuem como maior nível de escolaridade o ensino médio incompleto, 44,87% são pessoas que se declararam mulheres cis, 33,97% são homens cis e 7,90% são pessoas não binárias. Quanto ao ensino médio completo, 47,78% são mulheres cis, 35,81% são homens cis e 7,00% são pessoas não binárias.

Já o percentual de pessoas que possuem como maior nível de escolaridade o ensino universitário incompleto (trancado), 44,26% são homens cis, 39,73% são mulheres cis e 8,48% são pessoas não binárias. Com relação ao nível de ensino universitário incompleto (cursando), há a seguinte distribuição: 49,76% são mulheres cis; 39,24% são homens cis e 6,18% são pessoas não binárias.

Dentre as pessoas que declararam que o maior grau de escolaridade é o ensino universitário completo, 54,00% são homens cis, 38,02% são mulheres cis e 4,38% são pessoas não binárias.

GRÁFICO 55: NÍVEL DE ESCOLARIDADE DE PÓS-GRADUAÇÃO X ID. GÊNERO



NÚMERO DE RESPOSTAS "ESPECIALIZAÇÃO/MBA COMPLETO": 1209

NÚMERO DE RESPOSTAS " MESTRADO COMPLETO": 506

NÚMERO DE RESPOSTAS " DOUTORADO COMPLETO": 155

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de respondentes que indicaram que o nível de escolaridade de pós-graduação de acordo com a identidade de gênero. Os dados são apresentados na tabela a seguir.

Nível de escolaridade	Identidade de gênero	Homem cis	Homem trans	Mulher cis	Mulher trans	Pessoa não binária	Não sei	Travesti
Especialização/MBA Completo (Pós-Graduação lato sensu)		59,72%	0,50%	34,41%	0,74%	3,97%	0,41%	0,25%
Mestrado completo (Pós-Graduação stricto sensu)		67,39%	0,20%	26,48%	0,99%	3,95%	0,99%	0%
Doutorado completo (Pós-Graduação stricto sensu)		79,35%	0%	11,61%	1,29%	5,81%	0,65%	1,29%

De acordo com Gráfico 55, para o nível de especialização/MBA, 59,72% são homens cis, 34,41% são mulheres cis e 3,97% são pessoas não binárias. No mestrado, 67,39% são homens cis, 26,48% são mulheres cis e 3,95% são pessoas não binárias. Para doutorado, tem-se que 79,35% são homens cis, 11,61% são mulheres cis e 5,71% são pessoas não binárias.

De modo geral, a respeito dos Gráficos 53 a 55, é possível perceber a progressiva redução de diversidade, visto que, à medida que se eleva o nível de escolaridade, amplia-se a discrepância proporcional entre homens cis e as outras identidades. Com isso, reafirma-se a existência de privilégios possuídos por tal grupo em relação aos demais.

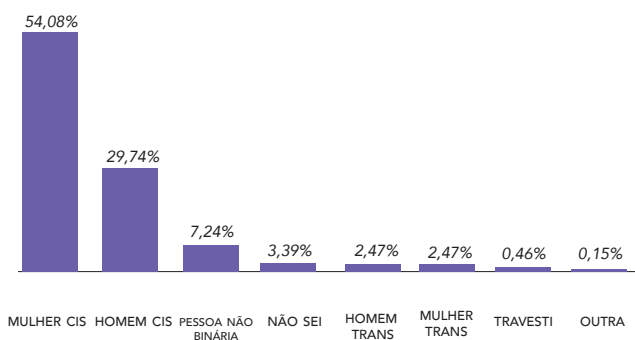
Com relação à escolaridade, outra perspectiva de análise é verificar o mais alto nível dentro de cada identidade de gênero. Nesse sentido, tem-se que o ensino universitário incompleto (cursando) é o mais alto nível de ensino para mulheres cis (42,77%), pessoas não binárias (38,56%), homens trans (35,06%), "não sei" (33,62%) e homens cis (33,27%). Por sua vez, o ensino médio completo é o maior nível de ensino registrado por travestis (35,29%) e mulheres trans (29,38%).

ANÁLISE INTERSECCIONAL

DENTRE AS DIVERSAS TEMÁTICAS RETRATADAS NESTA ANÁLISE INTERSECCIONAL, um ponto importante que merece ser destacado diz respeito às conexões entre a identidade de gênero de respondentes e possuir filhas/os/es. Os dados analisados estão disponíveis a seguir no Gráfico 56.

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

GRÁFICO 56: ID. DE GÊNERO X POSSUI FILHAS/OS/ES



NÚMERO DE RESPOSTAS: 649

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de respondentes que possuem filhas, filhos ou filhas de acordo com a sua identidade de gênero, mostrando que 54,08% é mulher cis, 29,74% é homem cis, 7,24% é pessoa não binária, 3,39% não sabe, 2,47% é homem trans, 2,47% é mulher trans, 0,46% é travesti e 0,15% possui outra identidade de gênero.

Percebe-se que o percentual de mulher cis que possuem filhas/os/es é maior que das outras categorias deste grupo, com 54,08%. Seguido por homem cis com 29,74%, depois por pessoa não binária com 7,24% e “não sei” com 3,39%. Na sequência, estão homem e mulher trans com 2,47% cada, travesti com 0,46% e “outra” com 0,15%.

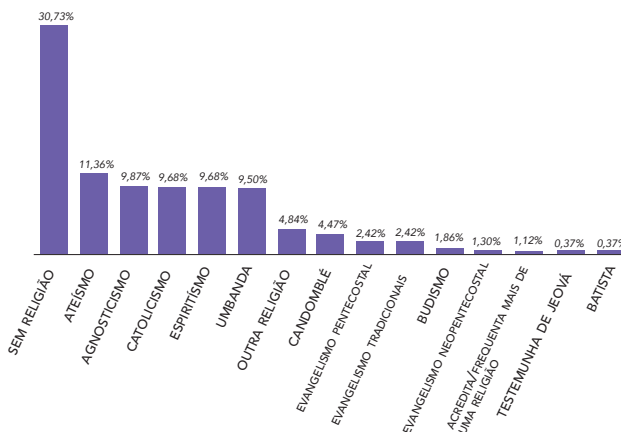
Ademais, dentro de cada identidade de gênero, ao se comparar a proporção de pessoas que têm filhas/os/es com as que não têm, verifica-se que mulheres trans e travestis têm os maiores percentuais, com 9,04% e 8,82%, respectivamente. Em contrapartida, homens cis detêm o menor percentual, que é 2,86%. Assim, conforme o Gráfico 20, o percentual geral da população LGBTI+ que tem filhas/os/es é de 4,29%, logo, dentre mulheres trans e travestis, os percentuais são maiores que o dobro do percentual geral. Com relação aos homens cis, seu percentual é praticamente a metade do

registrado para a população LGBTI+ em geral, enquanto todas as outras identidades tiveram percentuais maiores que o geral.

RELIGIÃO

POR FIM, O ÚLTIMO TÓPICO DE APROFUNDAMENTO EM NOSSA ANÁLISE INTERSECCIONAL BUSCOU DISCUTIR SOBRE A RELIGIOSIDADE E SUAS CONEXÕES. Para tanto, nesta seção, buscou-se identificar, entre as pessoas de identidade trans (homens e mulheres) e travestis, suas ligações ou não com alguma das correntes religiosas.

GRÁFICO 57: RELIGIÃO X ID. TRANS



NÚMERO DE RESPOSTAS: 537

Descrição do Gráfico: Gráfico de barras de respondentes de identidade trans em relação à religião, mostrando que 30,73% se considera sem religião, 11,36% seguem ateísmo, 9,87% agnosticismo, 9,68% catolicismo, 9,68% espiritismo, 9,50% umbanda, 4,84% outra religião, 4,47% candomblé, 2,42% evangelismo pentecostal, 2,42% evangelismo tradicional, 1,86% budismo, 1,30% evangelismo neopentecostal, 1,12% acredita ou frequenta mais de uma religião, 0,37% testemunha de jeová, 0,37% batista.

Descrição de página: Esta página possui a continuação dos resultados e discussões com fundo branco, título em roxo, letras pretas e é dividida em duas colunas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

Entre homens e mulheres trans e travestis, 30,73% se declararam sem religião, 11,36% se apresentaram como pessoas ateias e 9,87% como agnósticas, ou seja, 51,96% não possuem alguma religião. Entre o percentual das outras pessoas deste grupo, 9,68% se identificam com catolicismo, o mesmo com espiritismo e 4,84% com outra religião.

Das religiões de matrizes africanas, Candomblé e Umbanda, quando somadas, representam um total de 13,97%, maior que a Catolicismo, o que vai ao encontro com o debate levantado, por serem religiões que são mais acolhedoras à diversidade. A menor frequência neste grupo encontra-se entre evangelismo que, quando somadas, resultam em um total de 6,52%, percentual ainda menor se comparado às outras.

CONCLUSÃO

O relatório apresentado foi resultado de um longo processo, que teve início no primeiro semestre de 2017. De lá até esta primeira entrega, a área de Pesquisa e Desenvolvimento trilhou um caminho que envolveu revisão da literatura, definição do objeto, criação do questionário, validação da pesquisa, pré-teste e piloto, aplicação do formulário, análise de dados e escrita do relatório. Todo o esforço empreendido pelo time de Pesquisa e Desenvolvimento, e também de outras áreas da TODXS, teve como objetivo compreender as especificidades de vivências e os entrecruzamentos de alguns marcadores sociais que impactam as identidades e os perfis sociodemográficos da população LGBTI+ nas capitais brasileiras.

A pesquisa mobilizou muito mais do que o time de Pesquisa e Desenvolvimento da TODXS, contando com a colaboração de 15 mil pessoas brasileiras⁵⁶ que participaram do estudo respondendo às questões que compunham o formulário online. Por meio desse esforço conjunto, foi possível preencher uma lacuna sobre o conhecimento acerca da realidade LGBTI+ no Brasil, ao construir uma pesquisa pioneira capaz de compreender as experiências e identidades plurais que criam quadros de oportunidades e dificuldades que impactam essas vidas.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, buscou-se sinalizar, mesmo que

indiretamente, a relação existente entre a utilização do método de construção de dados por amostragem e os resultados encontrados a partir da análise. O emprego do formulário online teve a intenção de buscar compreender um universo amostral de grande magnitude para traçar relações causais e que fossem representativas de uma certa localidade. Porém, ao adotar tal método, algumas consequências foram evidentes, como a maior participação de indivíduos que acessam com maior facilidade a Internet e apresentam algumas características em comum que perpassam identidade de gênero e étnico-racial, orientação sexual, deficiência, idade, domicílio e escolaridade. Assim, evidenciou-se a necessidade de aprimorar a metodologia para futuros levantamentos, tendo em vista a necessidade de aumentar a representatividade, em especial da população T e pessoas não binárias.

Mesmo com o viés presente no método, a pesquisa foi capaz, de forma exploratória, de produzir conhecimentos sobre a realidade da população LGBTI+ no Brasil. Conforme pontuado anteriormente, o trabalho foi estruturado a partir de dois pilares, sendo eles: (i) identidade e (ii) perfil sociodemográfico. Em cada um deles, foram levantadas as respostas do questionário e analisadas a fim de delimitar e compreender diferentes aspectos das vidas dessas pessoas.

56. Foram contabilizadas cerca de 35 mil respostas coletadas, porém após a validação dos dados passamos a utilizar uma amostra de cerca de 15 mil respondentes.

Assim, em um primeiro momento, focaram-se as atenções nas identidades, buscando compreender as dimensões relativas à identidade de gênero, orientação sexual, geração, deficiência e raça/etnia. Passando, então, para o perfil sociodemográfico, onde buscou-se situar suas condições na sociedade, por meio de quem sabe que a pessoa é LGBTI+, nupcialidade, escolaridade, filiação, e domicílio.

Buscou-se construir as variáveis e análises tendo como base as pesquisas do Censo Demográfico IBGE 2010. É esperado que assim seja mais fácil para pessoas pesquisadoras realizarem estudos futuros de forma comparativa, a partir dos diálogos entre as bases de respostas. Além disso, por meio dos dados construídos, foi possível perceber uma diversidade de pessoas participantes da pesquisa advindas de origens e repertórios diversos.

Vale pontuar que, ao longo do relatório, buscou-se assumir uma perspectiva analítica interseccional. A adoção da abordagem influenciou diretamente a compreensão das respostas. Sempre que possível, foi feito o entrecruzamento de marcadores sociais de modo a complexificar nossa análise, tentando aproximar das realidades vividas pelas pessoas, por meio do entendimento de que tais realidades são constituídas por múltiplas camadas de significados e sentidos. Como dito anteriormente, foram cruzados os marcadores de geração, deficiência, raça/etnia, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, nupcialidade, religiosidade, educação e outros, o que proporcionou dados multidimensionais sobre as pessoas respondentes.

Por fim, deve-se pontuar que o presente relatório é o primeiro de uma coletânea de textos que serão produzidos e publicados pela TODXS. Em cada publicação, será analisada uma faceta ou dimensão das realidades de milhares de brasileiras, brasileiros e brasileiras LGBTI+, que perpassam questões envolvendo mercado de trabalho e renda (bloco b); saúde (bloco c); participação e compreensão política (bloco d) e discriminação (bloco e) – além das discussões tecidas no presente relatório a respeito de identidade e perfil sociodemográfico (bloco a). Por meio desse esforço de compreensão sobre nossas vivências, esperamos contribuir para a construção de um conhecimento localizado feito por e para nós, LGBTI+.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

ALVES, Jones Figueirêdo. Estado civil de convivente de acordo com o Código de Processo Civil de 2015. **Conjur**, 4 set. 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-set-04/processo-familiar-estado-civil-convivente-acordo-cpc2015>. Acesso em : 31 jul. 2020.

ANDRADE, Luma N. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

ARAN, Márcia; CORREA, Marilena V. Sexualidade e política na cultura contemporânea: o reconhecimento social e jurídico do casal homossexual. **Physis** [online], v. 14, n. 2, p. 329-341, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ATEUS E AGNÓSTICOS [ATEA]. **O que é ateísmo? O que é agnosticismo?** s. d. Disponível em: <https://www.atea.org.br/perguntas-frequentes/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS [ABGLT]. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais**. Curitiba: ABGLT, 2016.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS [ANTRA]. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (orgs). São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aados-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>. Acesso em: 10 maio 2020.

BARBABELA, Pedro. **“La paz sin las mujeres ¡No va!”**: um estudo sobre os ativismos interseccionais feministas nos processos de construção da paz na Colômbia (2012-2016). 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência

Política) – Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BEZERRA, Paulo Victor. **Avessos do excesso: a assexualidade**. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos / Ministério da Saúde. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual**. Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013**. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Brasília: CNJ, 2013a. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/07/resol_gp_175_2013.pdf. Acesso em: 02 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013b.

BRASIL. Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Ministério da Justiça, 1996.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT**. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009a.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Presidência da República, 2009b.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília: Presidência da República, 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016.** Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019. Brasília - DF: Diário Oficial da União, 2016a.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018.** Regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que assegura validade nacional às Carteiras de Identidade e regula sua expedição. Brasília: Presidência da República, 2018a.

BRASIL. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).** s.d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/reuni-sp-93318841>. Acesso em: 12 maio 2020.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013.** Brasília: SDH, 2016b. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/RelatorioViolenciaHomofobicaBR2013.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa.** Notícias STF, 13 jun. 2019. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em: 18 maio 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **STF reafirma direito de transgêneros de alterar registro civil sem mudança de sexo.** Notícias STF, 15 ago. 2018b. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=386930>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Supremo reconhece união homoafetiva**. Notícias STF, 05 maio 2011. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de. (Coord.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 13. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

CAMPBELL, Fiona Kumari. Introducing Studies in Ableism (SiA). In: WOMENS LIBERATION CONFERENCE 50TH UNIVERSITY, **Disabled Women & Activism Workshop**. Londres, 1 fev. 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/41803337/Introducing_Studies_in_Ableism_SiA_. Acesso em: 30 jun. 2020.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**. v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010.

CARIAGA, Diógenes. Gênero e sexualidades indígenas: alguns aspectos das transformações nas relações a partir dos Kaiowa no Mato Grosso do Sul. **Cadernos de campo**, v. 24, n. 24, p. 441-464, 2015.

CARRARA, Sérgio; AGUIÃO, Silvia; LOPES, Paulo Victor Leite; TOTA, Martinho. **Retratos da Política LGBT no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2017.

CAVALCANTI, Céu; BARBOSA, Roberta Brasilino; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pós-redemocratização. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 38, n. spe2, p. 175-191, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v38nspe2/1982-3703-pcp-38-spe2-0175.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2020.

CERTEZA, Leandra Migotto. O que é capacitismo? **Revista AzMina**, 14 nov. 2019. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/o-que-e-capacitismo/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. Nova Iorque: Routledge, 2005.

COSTA, A. Bichas pretas: entre o objeto, o abjeto – poucas vezes afeto. **Correio Nagô**, 2017. Disponível em: <https://correionago.com.br/portal/bichas-pretas-entre-oobjeto-o-abjeto-poucas-vezes-afeto/>. Acesso em: 17 jun. 2020.

COSTA, Ramon S.; OLIVEIRA, S. R. Famílias homoafetivas e pluralidade: uma análise sobre o reconhecimento de direitos LGBTI nos tribunais superiores brasileiros. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, v. 4, p. 56-76, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

DANTAS, T. C.; SILVA, J. S. S.; CARVALHO, M. E. P. Entrelace entre Gênero, Sexualidade e Deficiência: Uma História Feminina de Rupturas e Empoderamento. **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol. 20, n. 4, p. 555-568, 2014.

DENARI, F. E. Adolescência & deficiência mental: desvendando aspectos de afetividade e sexualidade. In: MARTINS, L. A. R. S.; PIRES, J.; PIRES, G. N. L.; MELO, F. R. L. V. (Orgs.). **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis: Vozes, 2006.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

FACCHINI, Regina. **“Sopa de letrinhas”? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo**. 2002. (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: estudo sobre sexualidade e suas conexões. **Revista de Ciências Sociais**, v. 44, n. 1, p. 161-193, 2013.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista de Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 47-71, 2004.

FERNANDES, Estevão Rafael. Ativismo homossexual indígena e decolonialidade: da teoria queer às críticas two-spirits. In: **Anais do 37º Encontro Anual da Anpocs** – SPG 16: Sexualidade e Gênero: Espaço, Corporalidade e Relações de Poder. Águas de Lindóia, ANPOCS, 2013.

FERNANDES, Estevão Rafael. Ativismo Homossexual Indígena: uma análise comparativa entre Brasil e América do Norte. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 58, n. 1, p. 257-294, 2015a.

FERNANDES, Estevão Rafael. **Decolonizando sexualidades: enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos**. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados sobre as Américas) - Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2015b.

FERNANDES, Estevão Rafael. Homossexualidade indígena no Brasil: um roteiro histórico-bibliográfico. **ACENO**, v. 3, n. 5, p. 14-38, 2016.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Assassinatos de travestis e “pais de santo” no Brasil: homofobia, transfobia e intolerância religiosa. **Saúde em Debate**, v. 37, n. 98, p. 485-492, 2013.

FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2018, p. 91 -120.

GARCIA, M. R. V. et al. **Não podemos falhar: a busca pela normalidade em famílias homoparentais**. In: GROSSI, M.; UZIEL, A. P.; MELLO, L. (Org.). Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2007

GATES JR., H. L. **Os negros na América Latina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GATO, Jorge; FONTAINE, Anne Marie. Impacto da orientação sexual e do gênero na parentalidade: uma revisão dos estudos empíricos com famílias homoparentais. **Ex aequo**, Vila Franca de Xira, n. 23, p. 83-96, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: HENRIQUES, Ricardo. (Org.). **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03**. Brasília: SECAD/MEC, 2005, p. 39-62.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 27, n. 1, p. 109-121, 2011.

GROSGOUEL, Ramón. La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Um manifesto y un caso. **Tabula Rasa**, n. 8, p. 243-282, 2008.

HARLEY, D. A.; NOWAK, T. M.; GASSAWAY, L. J.; SAVAGE, T. A. Lesbian, gay, bisexual, and transgender college students with disabilities: A look at multiple cultural minorities. **Psychology in Schools**, v. 39, n. 5, p. 525-538, 2002.

HENNING, Carlos. O panorama heteronormativo sobre a velhice e a literatura que entrelaça homossexualidade, bissexualidade, transgêneros e envelhecimento. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, **Anais...**, Florianópolis, 2013.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

HIGA, Felipe. **OKAMA**: vozes LGBT nipo-brasileiras. Documentário com histórias de vida de pessoas LGBT asiáticas. Resultado do Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo na ECA-USP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RLp2Ddaz0uc>. Acesso em: 15 maio 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Censo 2010**: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. 2012a. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2170&view=noticia>. Acesso em: 30 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Censo demográfico 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. 2012c. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 27 maio 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Censo demográfico 2010**: educação e deslocamento. 2012d. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/545/cd_2010_educacao_e_deslocamento.pdf. Acesso em: 27 maio 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Estatísticas do registro civil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014-2018.

Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7135>. Acesso em: 27 maio 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010**: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf. Acesso em: 23 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual**. Tabela 6821 - Domicílios e Moradores, por condição de ocupação do domicílio. 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6821>. Acesso em: 11 maio 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - Acesso à Internet e a televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**. 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?#2017-acesso-a-internet-e-a-te-levisao-e-posse-de-telefone-movel-celular-para-uso-pessoal>. Acesso em: 17 de maio 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Pesquisa Nacional de Saúde 2013**. Ciclos de vida: Brasil e grandes regiões. Coord. de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94522.pdf>. Acesso em 01 de junho de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Resolução nº 3, de 26 de agosto de 2019**. População residente segundo as Unidades da Federação e Municípios. 2019. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-3-de-26-de-agosto-de-2019-212912380>. Acesso em: 13 jul. 2020.

JAEGGER, Melissa Bittencourt et al. Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos. *Periódicus*, Salvador, v. 2, n. 11, p. 01-16, 2019.

JESUS, Jaqueline G. **Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos**. Goiânia: UFG Ser-Tão, 2012. Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/n/42117-orientacoes-sobre-identidade-de-genero-conceitos-e-terminos>. Acesso em: 14 jul. 2020.

JESUS, Jaqueline G. **Homofobia: Identificar e Prevenir**. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2015.

KATSUO, Hugo. **Pornografia gay e racismo: a representação e o consumo do corpo amarelo na pornografia gay ocidental**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Cinema e Audiovisual) – Departamento de Cinema e Áudio, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

KIGA, Neimar. **Precisamos descolonizar o sentido de ser LGBTI+ no Brasil**. 19 abr. 2020. Disponível em: <https://medium.com/todxs/precisamos-descolonizar-o-sentido-de-ser-lgbti-no-brasil-d8532a935dc3>. Acesso em: 20 jul. 2020.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LELIS, Rafael Carrano; ALMEIDA, Marcos Felipe Lopes de; ROSA, Waleska Marcy. Quem conta como nação? A exclusão de temáticas LGBTI nas assembleias constituintes de Brasil e Colômbia. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 9, n. 2 p. 84-112, 2019.

LOURENÇO, Beatriz. Dicionário feminista: conheça termos importantes para o movimento. **Galileu**. 14 mar. 2020. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/03/dicionario-feminista-conheca-termos-importantes-para-o-movimento.html>. Acesso em: 15 jun. 2020.

MARQUES JUNIOR, Joilson Santana. LGBT+ Negras: Conhecimento e políticas em revista. **[SYN]THESIS**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 17-27, jan./jun. 2016.

MARTINS, Helena. Decisão da OMS sobre identidade trans deve reforçar políticas públicas: Nova Classificação Internacional de Doenças quebrou paradigma antigo. **Agência Brasil**, Brasília, 19 jun. 2018. Disponível: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-06/decisao-da-oms-sobre-identidade-trans-deve-reforcar-politicas>. Acesso em: 31 jul. 2020.,

MASAO, Hikaru. 'Me reconheci homem trans aos 45 anos'. **The Intercept Brasil**. 24 jan. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/01/24/penis-nao-define-masculinidade-trans/>. Acesso em: 15 maio 2020.

MATOS, Victor Chagas; LARA, Erick Baptista Amaral de. **Dossiê LGBT+ 2018**. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2018.

MCCALLUM, Cecília. Notas sobre as categorias “gênero” e “sexualidade” e os povos indígenas. **Cadernos Pagu**, n. 41, p. 53-61, 2013.

MCRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura**. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

MELLO, Luiz; AVELLAR, Rezende Bruno; MAROJA, Daniela. Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 289-312, 2012.

MIGNOLO, Walter. El pensamiento decolonial: despredimiento y apertura. In: CASTRO-GÓMES, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007, p. 25-47.

MORANDO, Luiz. **Paraíso das Maravilhas: uma história do crime no parque**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL [ONUBR]. ONU e ativistas debatem em SP direitos humanos das pessoas intersexo. 2017, 29 de novembro. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-e-ativistas-debatem-direitos-humanos-das-pessoas-intersexo/>. Acesso em: 8 jul. 2020.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 2, p. 121-161, 2009.

NEVES, Francisco de Jesus; BATISTA, Erika de Souza; LEVANDOSKI, Gustavo. Visões preconceituosas e homofóbicas de estudantes de ensino médio. **Textura - Revista de Educação e Letras**, v. 22, n. 49, p. 5-21, 2020.

NÚCLEO DA INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR [NIC.br]. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação: pesquisa TIC Domicílios, ano 2019: Tabelas**. Maio 2020. Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/domicilios/A4/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

NOGUEIRA, O. **Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

NOONAN, A.; GOMEZ, M. T. Who's Missing? Awareness of Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender People with Intellectual Disability. **Sexuality and Disability**, v. 29, p. 175–180, 2011.

OLIVEIRA, Joana. “Estou fazendo hora extra no mundo”: o inesperado cotidiano da velhice trans. **El País**, 22 jun. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/19/politica/1560972279_749450.html. Acesso em: 30 maio 2020.

OLIVEIRA, J. M. D. de. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019**: Relatório do Grupo Gay da Bahia. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

OLIVEIRA, V. M. de. **Um olhar interseccional sobre feminismos, negritudes e lesbianidades em Goiás**. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. Conselho de Direitos Humanos. **Resolução A/HRC/29/23**. Annual report of the United Nations High Commissioner for Human Rights and reports of the Office of the High Commissioner and the Secretary-General: Discrimination and violence against individuals based on their sexual orientation and gender identity. Genebra, 2015. Disponível em: https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/HRC/29/23. Acesso em: 8 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE [OMS]. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - CID 10**. 10a. rev. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

OSORIO, R. G. A classificação de cor ou raça do IBGE revisitada. In: PETRUCCELLI, J. L & SABOIA, A. L. **Características Étnico-raciais da População**: Classificações e Identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

PASSAMANI, Guilherme. **Batalha de Confetes no “Mar de Xarayés”**: condutas homossexuais, envelhecimento e regimes de visibilidade. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.

PEREIRA, Levi M. O pentecostalismo Kaiowá: uma aproximação aos aspectos sociocosmológicos e históricos. In: WRIGHT, R. M. (Org). **Transformando os deuses**. v. 2. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 267-302.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 107-130.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James et al. (org.) **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda Editorial, 2018, p. 15-38.

RIBEIRO, Laura Moraes; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Relações entre Religiosidade e Homossexualidade em Jovens Adultos Religiosos. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 29, e162267, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-psoc-29-e162267.pdf>. Acesso em: 27 maio 2020.

SANTOS, Émerson Silva; LAGE, Allene Carvalho. LGBTfobia na Escola: implicações da gestão escolar. **Revistas Fórum Identidades**, v. 26, p. 95-108, 2018.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O saber no Negro**. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

SANTOS, R. C. B.; GÓIS, J. B. H. Gênero, Raça e Solidariedade: um estudo da organização política de lésbicas negras. **Revista Gênero**, v. 8, 2 sem, 2007.

SAYURI, Juliana. O mito da minoria modelo. **VICE**. 2017. Disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/787gka/o-mito-da-minoria-modelo. Acesso em: 03 maio 2020.

SENKEVICS, Adriano. A cor e raça nos censos demográficos nacionais. **Portal Geledés**. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/cor-e-raca-nos-censos-demograficos-nacionais>. Acesso em: 26 maio 2020.

SILVA, L. V.; BARBOSA, B. R. S. N. Sobrevivência no armário: dores do silêncio LGBT em uma sociedade de religiosidade heteronormativa. **Estudos de Religião**, v. 30, n. 3, p. 129-154, 2016.

SIMÕES, Nathan. Pensando um mercado arco-íris: as empresas brasileiras e a Proteção Internacional dos Direitos LGBTI. 2018. 95 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais). **Universidade de Brasília**, Brasília, 2018.

TEIXEIRA, Fabiano Augusto; CARDOSO, Fernando Luiz. Orientação sexual e fatores associados em homens homossexuais. **Cinergis**, v. 18, n. 2, p. 88-92, 2017.

THE YOGYAKARTA PRINCIPLES PLUS 10 [YP+10]. **Additional Principles and State Obligations on the Application of International Human Rights Law in Relation to Sexual Orientation, Gender Identity, Gender Expression and Sex Characteristics to Complement The Yogyakarta Principles**, Genebra, nov. 2017. Disponível em: http://yogyakartaprinciples.org/wp-content/uploads/2017/11/A5_yogyakartaWEB-2.pdf. Acesso em: 16 jul. 2020.

TODXS. TODXS Núcleo – Centro de Pesquisa em Políticas Públicas LGBTI+. **Mapeando Violências Contra Pessoas LGBTI+ no Brasil**. São Paulo: TODXS, 2019.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso** – a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

UNAIDS. **Guia de terminologia do UNAIDS**. Brasília: UNAIDS, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS [UFMG]. **Licenciatura Intercultural Indígena**. Belo Horizonte, s.d. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/LICENCIATURA%20INTERCULTURAL%20INDIGENA.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS [UFMG]. **Licenciatura em línguas, artes e literatura/FCA/FL**. Belo Horizonte, 2020a. Disponível em: <<https://ufmg.br/cursos/graduacao/2423/90337>>. Acesso em: 12 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS [UFMG]. **UFMG recebe estudantes indígenas aprovados em vestibular**. Belo Horizonte, 2020b. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ufmg-realiza-recepcao-de-estudantes-indigenas-aprovados-em-direito>>. Acesso em: 12 maio de 2020.

VILAÇA, Aparecida N.; WRIGHT, Robin M. (Org.). **Native Christian: modes and effects of christianity among indigenous peoples of the americas**. Farham: Ashgate Publishing Ltd, 2009.

WARNER, Michael. Introduction: Fear of a Queer Planet. **Social Text**, n. 29, p. 3-17, 1991.

WIIK, Flávio Braune. “**Somos índios crentes**”: dialéticas do contato, alteridade e mediação cultural entre os Xokleng (Jê) de Santa Catarina. Campo Grande: Editora UCDB, 2009.

WRIGHT, Robin M. (Org.). **Transformando os deuses**. V. 1. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

WRIGHT, Robin M. (Org.). **Transformando os deuses**. V. 2. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

Z

AMBRANO, Elizabeth. Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 123-147, dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v12n26/a06v1226.pdf> . Acesso em: 21 maio 2020..

ZEQUINÃO, Marcela Almeida; MEDEIROS, Pâmella de; PEREIRA, Beatriz; CARDOSO, Fernando Luiz. Bullying escolar: um fenômeno multifacetado. **Educação e Pesquisa**, v. 42, n. 1, p. 181-198, 2016.

APÊNDICE

A SEGURANÇA E INCLUSÃO DIGITAL DE PESSOAS LGBTI+

A Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+ pode ser compreendida como uma pesquisa realizada a partir de uma “metodologia digitalizada”, tendo em vista que seu instrumento de coleta de dados foi uma plataforma online e o alcance de sua população se deu expressivamente pelas redes sociais. Nesse sentido, a pesquisa foi estruturada a partir das facilidades e potencialidades geradas pelo ambiente digital, enquadrando-se na cibercultura, que é o processo de apropriação das tecnologias no estabelecimento das relações humanas, responsável pelo aumento exponencial das possibilidades comunicacionais, informacionais e interacionais entre as pessoas (LEMOS, 2013).

Nesse cenário estão inclusos os diversos usos feitos pela população LGBTI+, que apropria-se das tecnologias para promoverem espaços de representação, militância, informação e estabelecimento de relações (MONICA; COSTA, 2020). Tal contexto justifica a relevância do meio digital para o alcance da população pesquisada. Contudo, a análise sobre os resultados da pesquisa demonstra dois pontos relevantes para a discussão acerca da inclusão digital e do uso da internet por

peças LGBTI+, que são: a segurança digital no que tange a privacidade das informações dos respondentes e a menor participação da população T na pesquisa.

Nas postagens de divulgação da pesquisa, algumas pessoas reagiram ao convite para responder o questionário com bastante insegurança e desconfiança. Em geral, os comentários apontaram um receio quanto à proteção das informações fornecidas. Além disso, salientaram um possível uso das respostas para montagem de um banco de dados capaz de monitorar a população LGBTI+, com intuídos discriminatórios ou até mesmo opressivos, possivelmente relacionados ao Estado, tendo em vista que o atual governo federal é marcadamente conservador e alheio às pautas e demandas do movimento LGBTI+⁵⁷. Dessa forma, é importante destacar que a pesquisa leva em conta a proteção dos dados pessoais da população, respeitando os princípios da finalidade e não discriminação ao tratar os dados levantados^{58 59}. Todavia, essas reações de estranhamento em relação à pesquisa indicam a relevância da segurança digital para a população LGBTI+, o que é justificável pelo debate cada vez mais expressivo acerca da privacidade online.

Sendo assim, a pesquisa foi

57. Algumas pessoas fizeram comentários relacionando a pesquisa com uma possível tática de mapeamento de pessoas LGBTI+ para perseguição, chegando até a fazer comparações com campos de concentração. No Brasil, não há uma perseguição formal do Estado a pessoas LGBTI+. No entanto, países como o Egito, possuem uma realidade de perseguição policial a pessoas que pratiquem atos homoeróticos, mesmo sem uma criminalização

da homossexualidade. O país se utiliza de redes de relacionamento gay para “caçar” homossexuais (KANSO, 2017). Nesse sentido, a International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (ILGA) publica anualmente o relatório “State-Sponsored Homophobia”, que aborda as leis relacionadas à orientação sexual de cada país, a partir dos aspectos da criminalização, reconhecimento e proteção (ILGA, 2019).

efetivada a partir da compreensão sobre a vulnerabilidade da população pesquisada, visto que fornecem dados sensíveis como a orientação sexual, raça, identidade de gênero etc., que podem ser convertidos em informações capazes de levar a processos sistemáticos de discriminação, especialmente pelas pessoas titulares fazerem parte de um grupo que sofre com mecanismos discriminatórios estruturais na sociedade. Nesse sentido, é possível que muitas pessoas não tenham respondido o questionário por duvidarem sobre a destinação dos dados, mesmo que a pesquisa tenha exposto satisfatoriamente seus objetivos.

O segundo fator observado nos efeitos da pesquisa digital, relaciona-se com a baixa adesão da pesquisa dentre a população T, o que revela outro obstáculo estrutural para pesquisas online, que é o acesso à internet, em especial no que tange às barreiras socioeconômicas.

Esse baixo índice de participação da população T na pesquisa pode ser compreendido como um reflexo direto da falta de acesso deste segmento social às TICs (tecnologias de informação e comunicação), que, por sua vez, é um resultado do processo histórico de marginalização no qual as pessoas trans estão submetidas, não só no Brasil,

mas no mundo todo. Portanto, para se compreender o apagamento, específico, desta população nos resultados da presente pesquisa, é necessário um olhar através dos conceitos de cidadania e inclusão digital e as intersecções entre os dois.

A cidadania é um conceito elástico, que vem assumindo diversos significados, através da história e das transformações e conquistas sociais. Em suma, entende-se como cidadania, um conjunto de direitos e prerrogativas que uma pessoa possui dentro de um determinado Estado. Teoricamente falando, ao nascer, uma pessoa deveria ser contemplada com esse conjunto básico de direitos, tais como: o direito à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, acesso à informação, dentre outros. Infelizmente, existe um grande abismo entre a ideia de cidadania defendida pelos dispositivos normativos e a sua concretização na realidade social.

Trazendo a discussão para o cenário brasileiro, com a aprovação da Constituição Federal de 1988 (popularmente conhecida como “a constituição cidadã”), esse conjunto de direitos humanos fundamentais passou a ser regulamentado, objetivando a preservação da dignidade humana. Contudo, no Brasil, há pessoas cidadãs com acesso aos direitos e outras que, infelizmente, estão à margem da ideia de

58. A proteção de dados pessoais foi regulamentada no Brasil pela Lei 13.709/2018, que entra em vigor em maio de 2021. Segundo a lei, as pesquisas são autorizadas a tratar dados pessoais, mas isso engloba o respeito a princípios como finalidade e não discriminação, como forma de não violar os direitos de titulares dos dados, inclusive em contextos de pesquisas. Assim, a presente pesquisa se ateve à finalidade de tratar os dados de acordo com seus objetivos, sem usos discriminatórios e prezando pelo anonimato de respondentes.

59. Inclusive, essa preocupação foi assinalada pelo Expert Independente em Orientação Sexual e Identidade de Gênero em parecer direcionado ao Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). Diante de um cenário com dados inexistentes ou incompletos sobre a população LGBTI+, recomendou-se a adoção de medidas para coleta e análise de dados, a partir de uma abordagem baseada em direitos humanos, que auxiliem na formulação de políticas e legislações para coibir violência e discriminação, bem como possibilitar a inclusão sociocultural e econômica (ONU, 2019).

cidadania. Tal fenômeno pode ser visto tanto “na retirada, direta ou indireta dos direitos civis à maioria da população, às fórmulas eleitorais engendradas para enviesar a manifestação da vontade popular, ao abandono de cada um à sua própria sorte” (SANTOS, 2014).

Em um país onde a expectativa de vida de uma pessoa trans (ou gênero-dissidente) é de 35 anos e onde 90% dessa mesma população vive da prostituição (ANTRA, 2020), fica evidente que a construção da cidadania é marcada, também, pelas categorias de gênero e de sexualidade. Somada aos altos índices de desemprego, há a dificuldade que esta população encontra em permanecer na escola e conseqüentemente, adentrar no ensino superior. É importante, também, atentar para o fato de que o Brasil lidera o ranking de países que mais matam pessoas trans (ANTRA, 2020). Tais dados são apenas algumas das conseqüências de um modelo de cidadania que vem sendo regido através do paradigma heterossexual e cisnormativo (SABSAY, 2011), onde o sujeito visto como “normal” e, logo, detentor de direitos básicos, é aquele que se encaixa nos padrões hegemônicos de sexualidade e de gênero: o homem branco, cis e heterossexual. Assim, os corpos que estão à margem desse modelo, sofrem os mais variados tipos de exclusão social, seja em âmbito familiar, escolar, acadêmico, profissional e (como evidenciamos também nesta pesquisa) digital.

É inegável que a globalização e a revolução tecnológica deram maior elasticidade as barreiras de tempo e espaço, proporcionando uma velocidade maior de informações, aproximando povos e culturas. Inclusão digital, assim, diz respeito à democratização das tecnologias

de informação; é o acesso igualitário ao uso da internet. Sendo assim, não basta apenas ter um computador ou um celular, é necessário, também, saber como usar essas ferramentas. Infelizmente, o processo de globalização não acontece de forma parcial ou igualitária, sendo ainda bastante seletivo, principalmente nos países do sul global (BAUMAN, 1999). O paradoxo da revolução tecnológica é justamente esse: é benéfica para poucos, deixando de fora aqueles que são vulneráveis economicamente.

No Brasil, a partir da década de 90, observa-se uma crescente propagação do uso da internet e de telefones móveis. A chegada da World Wide Web às casas da sociedade brasileira, sem dúvidas, configura-se como um indicativo de desenvolvimento. Contudo, de acordo com recente levantamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.BR, 2020), 71% dos domicílios brasileiros possuem acesso à internet. A desigualdade social, revelada principalmente através da má distribuição de renda, é um dos motivos mais marcantes para tal índice. A partir da leitura desses dados não passa a ser nenhuma surpresa a exclusão digital sofrida por determinados segmentos sociais: sejam minorias sexuais, étnicas, pessoas idosas, PcDs ou habitantes de zonas de difícil acesso, ficando cada vez mais evidente, assim, a necessidade do Estado, garantir meios, principalmente através de políticas públicas que resgatem esses grupos e que os insiram no mundo “digital”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS [ANTRA]. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (orgs). São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aadossassinatos-e-da-violc3ancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>. Acesso em: 10 maio 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As consequências humanas**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

INTERNATIONAL LESBIAN, GAY, BISEXUAL, TRANS AND INTERSEX ASSOCIATION [ILGA]. **State-Sponsored Homophobia 2019: Global Legislation Overview Update**. Genebra: ILGA, dez. 2019. Disponível em: https://ilga.org/downloads/ILGA_State_Sponsored_Homophobia_2019_light.pdf. Acesso em: 17 jun. 2020.

KANSO, Heba. Amid Egypt's anti-gay crackdown, gay dating apps send tips to stop entrapment. **Reuters**. 2017. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-egypt-gay-apps/amid-egypts-anti-gay-crackdown-gay-dating-apps-send-tips-to-stop-entrapment-idUSKBN1CS0Z5>. Acesso em: 12 maio 2020.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2013.

MONICA, Eder; COSTA, Ramon. Privacidade, liberdade sexual e sigilo: sentidos de liberdade no aplicativo Grindr. **Interfaces Científicas-Educação**, v. 8, n. 2, p. 99-116, 2020.

NÚCLEO DA INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR [NIC.br]. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação: pesquisa TIC Domicílios, ano 2019: Tabelas**. Maio 2020. Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/domicilios/A4/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Conselho de Direitos Humanos. **Resolução A/HRC/41/45**. Data collection and management as a means to create heightened awareness of violence and discrimination based on sexual orientation and gender identity: Report of the Independent Expert on protection against violence and discrimination based on sexual

orientation and gender identity. Genebra, 2019. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G19/138/27/PDF/G1913827.pdf?OpenElement>. Acesso em: 12 maio 2020.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SABSAY, Letícia. **Fronteras sexuales** – espacio urbano, cuerpos e ciudadanía. Buenos Aires: Paidós, 2011.

GLOSSÁRIO

Pensamos este glossário como uma forma de facilitar a compreensão dos termos e conteúdos abordados ao longo do relatório. Partimos do entendimento de que a comunidade LGBTI+ é ampla e diversa: novas identidades de gênero e sexualidades surgem, conceitos vão sendo repaginados, pautas que antes eram pouco discutidas, vão ganhando maior visibilidade. Desta forma, não temos a pretensão de estabelecer rótulos ou ditar “verdades”.

Acreditamos que as vivências LGBTI+ são múltiplas e que, muitas vezes, não cabem em “caixinhas” ou meras categorizações.

Frisamos também que, em uma sociedade plural e diversa, se torna imprescindível perguntar como a pessoa gostaria de ser chamada e por quais pronomes ela gostaria de ser tratada, bem como entender que somos livres para nos relacionarmos com quem e como quisermos.

ORIENTAÇÃO SEXUAL

Assexual: Pessoa que não sente atração sexual por nenhum gênero. Contudo, a comunidade assexual é múltipla e algumas pessoas sentem atração sexual parcial ou condicional a atração romântica.

Bissexual: Pessoa que sente amor, afeto e/ou atração sexual por pessoas do mesmo gênero ou de gêneros diferentes.

Heterossexual: Pessoa que sente amor, afeto e/ou atração sexual apenas pelo gênero oposto com que se identifica.

Pansexual: Pessoa que sente amor, afeto e/ou atração sexual por todos os gêneros - homens (cis e trans), mulheres (cis e trans) e pessoas não binárias (cis e trans).

Gay: Homem que sente amor, afeto e/ou atração sexual por outros homens (cis e trans). Algumas pessoas não binárias também se entendem como gays por se identificarem, em algum grau ou parcialmente, como “homem” e se relacionarem com homens.

Lésbica: Mulher que sente amor, afeto e/ou atração sexual por outras mulheres (cis e trans). Algumas pessoas não binárias também se entendem como lésbicas por se identificarem, em algum grau ou parcialmente, com a identidade “mulher” e se relacionarem com mulheres.

IDENTIDADE DE GÊNERO

Agênero: Pessoa cuja identidade é marcada pela ausência de gênero e que está inserida nos termos guarda-chuva “trans” e “não binário”, justamente por fugir das categorias “homem” e “mulher”. A pessoa “agênero” não sente a necessidade de se enquadrar em um gênero específico.

Bigênero: Pessoa cuja identidade de gênero é baseada em dois gêneros, sendo não necessariamente feminino e masculino. A pessoa bigênero se identifica com duas identidades de gênero, de forma simultânea ou variando entre os dois gêneros.

Demigênero (demigênero-fluido ou demifluido): Pessoa cuja identidade de gênero é marcada pela identificação parcial por determinado gênero. Demigirl, por exemplo, é alguém que se identifica parcialmente como “mulher/garota”, entre outras identidades.

Pessoa não binária: Pessoa que não quer se definir ou quer se definir além de “nem homem, nem mulher”, ou não segue as normas tradicionais de ser homem ou mulher.

Cisgênero (cis): Pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento.

Transgênero (trans): Pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento.

População T: Serve como um termo guarda-chuva, que abrange indivíduos cuja identidade de gênero é diferente daquela designada no momento do nascimento. A comunidade T é diversa e pode-se dizer que é formada por mulheres trans, travestis, homens trans, pessoas trans não binárias e outras identidades de gênero que cruzam ou vão além das categorias tradicionais “homem” e “mulher”.

Mulher trans: Mulher que foi designada como homem no nascimento. São pessoas que demandam reconhecimento social e legal para o gênero feminino.

Travesti: Mulher que foi designada pelo gênero masculino ao nascer, mas se reconhece numa identidade feminina. O termo “travesti” foi ressignificado positivamente, passando a ser visto como uma identidade sociopolítica por ativistas da América do Sul.

Homem trans: Homem que foi designado como mulher no nascimento. São pessoas que demandam reconhecimento social e legal para o gênero masculino.

Queer: Termo de origem estadunidense ressignificado de forma positiva. É um termo guarda-chuva usado para se referir, no geral, às pessoas da comunidade LGBTI+ que não querem se rotular.

QUESTIONÁRIO

Livro de códigos

CÓDIGOS
[VAL] = VALIDAÇÃO
[GER] = GERACIONALIDADE [COR] = RAÇA OU COR [SXI] = SEXUALIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO [NUP] = NUPCIALIDADE [FIL] = PARENTALIDADE [EDU] = EDUCAÇÃO [REL] = RELIGIÃO [HAB] = HABITAÇÃO [TRA] = MERCADO E TRABALHO [SAU] = SAÚDE GERAL [DEF] = DEFICIÊNCIAS [ACS] = ACESSO À SAÚDE [MEN] = SAÚDE MENTAL [PRE] = PREVENÇÃO SEXUAL [POL] = VISÃO POLÍTICA [PAR] = PARTICIPAÇÃO POLÍTICA [DIS] = DISCRIMINAÇÃO

Perguntas

Nome da variável (Posição)
Descrição da variável (Label)

VAL01(1) VAL01. Nome (social) completo
Measurement Level: Nominal

GER01(2) GER01. Ano de nascimento
Measurement Level: Nominal

Descrição de página: Esta página possui o início do questionário, fundo branco, título em roxo, letras pretas e cada perguntas em uma tabela com linhas pretas

VAL02 (3) VAL02. E-mail
Measurement Level: Nominal

VAL03. (4) VAL03. Você autoriza o envio de e-mail a você a fim de divulgar conteúdos e informações da TODXS (TODES)?
Measurement Level: Nominal Missing Values: 0
Value Label
0 Não
1 Sim

GER02. (5) GER02. Mês de nascimento
Measurement Level: Contínua (escalar) Missing Values: 0
Value Label
0 Janeiro
1 Fevereiro
2 Março
3 Abril
4 Maio
5 Junho
6 Julho
7 Agosto
8 Setembro
9 Outubro
10 Novembro
11 Dezembro

COR01(6)	
COR01. Como você se declara em relação a sua cor ou raça	
Measurement Level: Nominal	
Missing Values: 0	
Value	Label
0	Branca
1	Preta
2	Parda
3	Amarela (Oriental)
4	Indígena
97	Não desejo declarar
88	Outro (especifique)

COR02 (7)	
COR02. (Se COR01=88) Outra. Qual? _____	
Measurement Level: Nominal	

SEX01(8)	
SEX01. Escolha a alternativa que você se considere:	
Measurement Level: Nominal	
Missing Values: 0	
Value	Label
0	Homem cisgênero
1	Mulher cisgênero
2	Homem transexual
3	Mulher transexual
4	Travesti
5	Não binário
98	Não sei
88	Outro (especifique)

SEX02 (9)	
SEX02. (Se SEX01=88) Outro. Qual? _____	
Measurement Level: Nominal	

SEX03 (10)

SEX03. Em relação a sua orientação sexual, você se considera?	
Measurement Level: Nominal Missing Values: 0	
Value	Label
0	Heterossexual
1	Homossexual
2	Bissexual
3	Assexual
88	Outro (especifique)

SEX04 (11)
SEX04. (Se SEX03 = 88) Outro. Qual? _____
Measurement Level: Nominal

SEX05 (12)	
SEX05. Em relação ao seu sexo biológico atribuído no seu nascimento, você é ou foi:	
Measurement Level: Nominal Missing Values: 0	
Value	Label
0	Masculino
1	Feminino
2	Intersexo

DEF01 (51)	
DEF01. Você possui algum tipo de deficiência?	
Measurement Level: Nominal Missing Values: 0	
Value	Label
0	Não
1	Sim

DEF02 (52)

DEF02. (Se DEF01 =1) Se sim (posso deficiência), qual?

Measurement Level: Nominal

Missing Values: 0

Value	Label
0	Auditiva
1	Comunicação
2	De aprendizado
3	Motora
4	Visual
88	Outra (especifique)

DEF03 (53)

DEF03. (Se DEF02=88) Outra (especifique). Qual(is)? _____

Measurement Level: Nominal

DEF04 (54)

DEF04. (Se DEF01=1) Tem alguma deficiência permanente que limite suas atividades habituais, como trabalhar, ir à escola, etc?

Measurement Level: Nominal

Missing Values: 0

Value	Label
0	Não
1	Sim

SEX06 (13)

SEX06. Quem sabe que você é LGBTI+?

Measurement Level: Nominal

Missing Values: 0

Value	Label
0	Ninguém sabe

Descrição de página: Esta página possui a continuação do questionário, fundo branco, título em roxo, letras pretas e cada pergunta em uma tabela com linhas pretas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

- | | |
|---|---------------------------------------|
| 1 | Apenas Família |
| 2 | Apenas amigos/os/es |
| 3 | Apenas colegas de trabalho |
| 4 | Somente familiares e amigos |
| 5 | Somente amigos e colegas de trabalho |
| 6 | Todos sabem (sou publicamente LGBTI+) |

NUP01 (14)

NUP01. Vive em companhia de cônjuge ou companheira/o/e?

Measurement Level: Nominal

Missing Values: 0

Value	Label
0	Nunca viveu
1	Sim
2	Não, mas já viveu

NUP02 (15)

NUP02. (Se NUP01= 1) Qual é a natureza da união?

Measurement Level: Nominal

Missing Values: 0

Value	Label
0	Apenas casamento civil
1	Apenas casamento religioso
2	Casamento civil e religioso
3	União consensual (União Estável)

NUP03 (16)

NUP03. Qual é o estado civil?

Measurement Level: Nominal

Missing Values: 0

Value	Label
0	Casada/o/e
1	Desquitada/o/e ou separada/o/e judicialmente

2	Divorciada/o/e
3	Solteira/o/e
4	Viúva/o/e

EDU01 (17)

EDU01. (Se NUP03 = 0 ou 4) Em relação ao cônjuge, identifique abaixo o seu nível de escolaridade mais alto:

Measurement Level: Ordinal (qualitativa)

Missing Values: 0

Value	Label
0	Não possui escolaridade formal
1	Ensino Fundamental I Incompleto
2	Ensino Fundamental I Completo
3	Ensino Fundamental II Incompleto
4	Ensino Fundamental II Completo
5	Ensino Médio Incompleto
6	Ensino Médio Completo
7	Ensino universitário Incompleto (trancado)
8	Ensino universitário Incompleto (cursando)
9	Ensino universitário Completo
10	Mestrado completo
11	Doutorado completo
99	Não sei
987	Não tenho cônjuge / Nunca tive cônjuge

FIL01 (18)

FIL01. Possui filhos?

Measurement Level: Nominal

Missing Values: 0

Value	Label
0	Não
1	Sim

FIL02 (19)

FIL02. (Se FIL01= 1) Quantos deles são adotados?
Measurement Level: Intervalar (escalar)

FIL03 (20)
FIL02. (Se FIL01= 1) Quantos deles são biológicos?
Measurement Level: Intervalar (escalar)

EDU02 (21)	
EDU02. Identifique abaixo o seu nível de escolaridade mais alto:	
Measurement Level: Ordinal (qualitativa)	
Missing Values: 0	
Value	Label
0	Não possui escolaridade formal
1	Ensino Fundamental I Incompleto
2	Ensino Fundamental I Completo
3	Ensino Fundamental II Incompleto
4	Ensino Fundamental II Completo
5	Ensino Médio Incompleto
6	Ensino Médio Completo
7	Ensino universitário Incompleto (trancado)
8	Ensino universitário Incompleto (cursando)
9	Ensino universitário Completo
10	Mestrado completo
11	Doutorado completo

EDU03 (22)	
EDU03. (Se EDU02 \geq 5) Você cursou o Ensino Médio em :	
Measurement Level: Ordinal (qualitativa)	
Missing Values: 0	
Value	Label
0	Somente em escola Pública
1	Maior parte em escola Particular
2	Somente em escola particular
3	Maior parte em escola particular
4	Não frequentou

EDU04 (23)

EDU04. (Se EDU02 \geq 5) Durante o Ensino Médio, você escondeu ou disfarçou não ser LGBTI+:	
Measurement Level: Nominal Missing Values: 0	
Value	Label
0	Não, nunca escondi ser ou disfarcei não ser LGBTI+ (na época não tinha clareza da minha identidade de gênero e/ou orientação sexual)
1	Sim, escondi/disfarcei dos colegas de sala
2	Sim, escondi/disfarcei dos professores
3	Sim, escondi/disfarcei dos administradores pedagógicos (Diretoras/es, Coordenadoras/es)
4	Sim, escondi/disfarcei dos funcionários (Secretárias/os/es, Inspetoras/os/es, Merendeiras/os/es, Faxineiras/os/es, etc.)
5	Sim, escondi/disfarcei de todas as pessoas (colegas de sala, professores, administradores e funcionários)

EDU05 (24)	
EDU05. Em relação a mãe ou primeiro responsável, identifique abaixo o seu nível de escolaridade mais alto:	
Measurement Level: Ordinal (qualitativa) Missing Values: 0	
Value	Label
0	Não possui escolaridade formal
1	Ensino Fundamental I Incompleto
2	Ensino Fundamental I Completo
3	Ensino Fundamental II Incompleto
4	Ensino Fundamental II Completo
5	Ensino Médio Incompleto
6	Ensino Médio Completo
7	Ensino universitário Incompleto (trancado)
8	Ensino universitário Incompleto (cursando)
9	Ensino universitário Completo
10	Mestrado completo
11	Doutorado completo
99	Não sei

Descrição de página: Esta página possui a continuação do questionário, fundo branco, título em roxo, letras pretas e cada pergunta em uma tabela com linhas pretas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

EDU06 (25)	
EDU06. Em relação ao pai ou segundo responsável, identifique abaixo o seu nível de escolaridade mais alto:	
Measurement Level: Ordinal (qualitativa)	
Missing Values: 0	
Value	Label
0	Não possui escolaridade formal
1	Ensino Fundamental I Incompleto
2	Ensino Fundamental I Completo
3	Ensino Fundamental II Incompleto
4	Ensino Fundamental II Completo
5	Ensino Médio Incompleto
6	Ensino Médio Completo
7	Ensino universitário Incompleto (trancado)
8	Ensino universitário Incompleto (cursando)
9	Ensino universitário Completo
10	Mestrado completo
11	Doutorado completo
99	Não sei

REL01(26)	
REL01. Qual a sua religião?	
Measurement Level: Nominal	
Missing Values: 0	
Value	Label
0	Agnóstico
1	Ateu
2	Batista
3	Budismo
4	Candomblé
5	Católico
6	Espírita
7	Evangélica Tradicionais (Protestante, Presbiteriana, Anglicana, Batista, Metodista)
8	Evangélica Neopentecostal (Universal do Reino de Deus, Igreja Inter. da Graça de Deus, 9. Sara Nossa Terra, Renascer em Cristo)

Descrição de página: Esta página possui a continuação do questionário, fundo branco, título em roxo, letras pretas e cada pergunta em uma tabela com linhas pretas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

9	Evangélica Pentecostal (Assembleia de Deus, Congregação Cristão no Brasil, Igreja do Evangelho Quadrangular, etc.)
10	Testemunha de Jeová
11	Umbanda
12	Sem religião
88	Outra religião

REL02 (27)

REL02. (Se REL01=88) Outra religião. Especificar qual:

Measurement Level: Nominal

REL03 (28)

REL03. Qual a opção que melhor descreve a assiduidade com que você frequenta sua religião?

Measurement Level: Ordinal (qualitativa)

Missing Values: 0

Value	Label
0	Não frequento
1	Raramente
2	Uma ou duas vezes por ano
3	Uma ou duas vezes por mês
4	Uma ou duas vezes por semana
5	Mais de duas vezes por semana

HAB01(29)

HAB01. Qual estado (UF) em que você mora atualmente?

Measurement Level: Nominal

Missing Values: 0

Value	Label
0	Acre (AC)
1	Alagoas (AL)
2	Amapá (AP)
3	Amazonas (AM)
4	Bahia (BA)

Descrição de página: Esta página possui a continuação do questionário, fundo branco, título em roxo, letras pretas e cada perguntas em uma tabela com linhas pretas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

5	Ceará (CE)
6	Distrito Federal (DF)
7	Espírito Santo (ES)
8	Goiás (GO)
9	Maranhão (MA)
10	Mato Grosso (MT)
11	Mato Grosso do Sul (MS)
12	Minas Gerais (MG)
13	Pará (PA)
14	Paraíba (PB)
15	Paraná (PR)
16	Pernambuco (PE)
17	Piauí (PI)
18	Rio de Janeiro (RJ)
19	Rio Grande do Norte (RN)
20	Rio Grande do Sul (RS)
21	Rondônia (RO)
22	Roraima (RR)
23	Santa Catarina (SC)
24	São Paulo (SP)
25	Sergipe (SE)
26	Tocantins (TO)
27	Sou brasileira/o/e, mas, resido fora do país

HAB02 (30)

HAB02. Qual a cidade (município) em que você mora? (colocar Lista)

Measurement Level: Nominal

Missing Values: 0

CÓDIGOS DAS LISTAS DE MUNICÍPIOS, POR ESTADO

[HABac] Acre

[HABal] Alagoas

[HABap] Amapá

[HABam] Amazonas

[HABba] Bahia

[HABce] Ceará

[HABdf] Distrito Federal

Descrição de página: Esta página possui a continuação do questionário, fundo branco, título em roxo, letras pretas e cada pergunta em uma tabela com linhas pretas. No topo da página temos centralizado o título da pesquisa em preto.

[HABes] Espírito Santo
 [HABgo] Goiás
 [HABma] Maranhão
 [HABmt] Mato Grosso
 [HABms] Mato Grosso do Sul
 [HABmg] Minas Gerais
 [HABpa] Pará
 [HABpb] Paraíba
 [HABpr] Paraná
 [HABpe] Pernambuco
 [HABpi] Piauí
 [HABrj] Rio de Janeiro
 [HABrn] Rio Grande do Norte
 [HABrs] Rio Grande do Sul
 [HABro] Rondônia
 [HABrr] Roraima
 [HABsc] Santa Catarina
 [HABsp] São Paulo
 [HABse] Sergipe
 [HABto] Tocantins

HAB03 (31)

HAB03. Em relação ao seu domicílio, você o classificaria em qual condição?

Measurement Level: Nominal

Missing Values: 0

Value	Label
0	Alugado
1	Cedido de outra forma
2	Cedido por empregador/a/e
3	Próprio de algum morador/a/e - ainda pagando
4	Próprio de algum morador/a/e - já pago
88	Outra condição

HAB03 (32)

HAB03. (Se HAB02=88) Outra condição. Qual? _____

Measurement Level: Nominal

HAB04 (33)

HAB04. Qual a sua relação com o responsável pelo domicílio em que você mora?
--

Measurement Level: Nominal

Missing Values: 0

Value	Label
0	Agregada/o/e
1	Avô ou avó
2	Bisneta/o/e
3	Cônjuge ou companheira/o/e de sexo diferente
4	Cônjuge ou companheira/o/e do mesmo sexo
5	Convivente
6	Empregada/o/e doméstica/o/e
7	Enteada/o/e
8	Filha/o/e do responsável e do cônjuge
9	Filha/o/e somente do responsável
10	Genro ou nora
11	Individual em domicílio coletivo
12	Irmão ou irmã
13	Neta/o/e
14	Pai, mãe, padrasto/e ou madrasta/e
15	Parente da/o/e empregada/o/e doméstica/o/e
16	Pensionista
17	Sou a pessoa responsável pelo domicílio
18	Sogro/a/e
88	Outra/o/e parente

HAB05 (34)

HAB05. (Se HAB04 = 88) Outra/o/e parente. Qual?

Measurement Level: Nominal
